



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Sociologia

Especialização em Recursos Humanos e Desenvolvimento

Sustentado

Dissertação

**Depois do ensino superior: transições para a vida adulta dos
jovens europeus perante o mercado de trabalho**

Filipa C. Cachapa

Orientadora:

Maria Filomena Ferreira Mendes

Co-Orientadora:

Maria da Conceição Peixe Rego

Mestrado em Sociologia

*Especialização em Recursos Humanos e Desenvolvimento
Sustentável*

Dissertação

**Depois do ensino superior: transições para a vida adulta dos
jovens europeus perante o mercado de trabalho**

Filipa C. Cachapa

Orientadora:

Maria Filomena Ferreira Mendes

Co-Orientadora:

Maria da Conceição Peixe Rego

*Dedico esta dissertação
ao meu avô.*

*“(...) Como costuma dizer a sabedoria popular “dos
fracos não reza a história” e ficarão inevitavelmente
pelo caminho todos quantos renunciarem ao
empenhamento, à dedicação ao trabalho, acomodados
em ideias e conceitos de vida cómoda e fácil.”*

Mira Ferreira, 12.10.2011

Agradecimentos

A vida é repleta de momentos e pessoas que, mesmo sem o saberem, nos marcam e deixam em nós um contributo significativo. De forma semelhante, esta dissertação viveu momentos para os quais várias pessoas contribuíram, por motivos diferentes. Felizmente, foram várias as pessoas que tive a meu lado durante este percurso.

Assim, ficam aqui as minhas palavras de agradecimento, em primeiro lugar, às minhas orientadoras: à Professora Doutora Filomena Mendes, pelo seu exemplo de trabalho sério e rigoroso, pela sua força de motivação e inspiração, assim como por todos os desafios que me lançou; à Professora Doutora Conceição Rego, pelas oportunidades que me proporcionou e pela sua disponibilidade. A ambas, pela confiança que depositaram no meu trabalho e por todos os ensinamentos que me ajudaram a crescer academicamente.

Aos meus avós, pela inspiração de vida, motivação e eternos votos de confiança.

À minha mãe, pai e irmãos, por fazerem de mim aquilo que sou e pela incomparável paciência para os meus altos e baixos. Sobretudo, por estarem sempre presentes.

Aos professores do Departamento de Sociologia, por todo o carinho que desde o início me fizeram sentir, e em particular: ao Professor Doutor Francisco Ramos, pelas nossas conversas de corredor; à Professora Doutora Saudade Baltazar, pelas tantas palavras de apoio e sobretudo de amizade; à Professora Doutora Rosalina Costa, pelas poucas mas marcantes palavras de motivação e pelos momentos em que me encaminhou para um percurso de pesquisa rigorosa e precisa, característica do trabalho científico mas, ao mesmo tempo, criativo e inovador.

À *nossa pequena mas querida equipa* e em especial: à Andreia Maciel, pela disponibilidade e amizade com que me apoiou e auxiliou, sem pensar duas vezes; ao Rui Dias, pelas trocas de aprendizagens indispensáveis para a realização deste trabalho; ao Professor Doutor Paulo Infante, pela valiosa transmissão de conhecimentos.

E ainda aos colegas do projecto de investigação: ao Professor Doutor Carlos Vieira, à Professora Doutora Isabel Vieira e ao Professor Doutor Bento Caleiro, pela forma como

me acolheram na equipa e pela sempre disponibilidade para atender às minhas dúvidas.

Às minhas colegas e amigas Assunção Cardoso e Filipa Ramos, pelos nossos momentos de “desabafos científicos”. Ao Luís Matias, pelos primeiros passos que dei, com ele, neste caminho da investigação científica e pelas sempre palavras de encorajamento. À Ana Rita Augusto, à Elisabete Martins, à Marta Sebastião e à Gisela Santos pela força que sempre me deram, pela confiança total e pela forte amizade.

Aos meus grandes amigos Hugo, Álvaro, Kat, Nadja, João, Nuno e Pedro, Marina, Sara, Mauro, Gustavo e Rute pelos momentos *à margem* deste trabalho em que me animaram e deram força para nunca desistir. Em especial à minha grande amiga Vicktoriya, pelo enorme exemplo de vida.

E em último, porque os últimos são os primeiros, ao meu Manel, por acreditar sempre em mim, pela paciência, apoio e amor incondicionais, apesar da minha ausência e das (longas) horas que não lhe dediquei para que esta dissertação fosse possível.

A todos vós, o meu sincero agradecimento. Obrigada!

Resumo

Nas últimas décadas a sociedade assistiu a processos de mudança profunda que conduziram a novos comportamentos e a novas formas de ser e estar. Ao contrário do que se verificou em gerações passadas, a idade cronológica é cada vez menos uma referência e importa questionar como é hoje feita pelos jovens a transição para a vida adulta. Actualmente, o espaçamento entre o momento de terminar a frequência do sistema de ensino (nomeadamente, o superior), arranjar um primeiro emprego e todos os restantes acontecimentos que tradicionalmente se seguiam, torna-se maior. No presente estudo, procuramos compreender como é que o contexto social, económico e demográfico dos países europeus, e a frequência do ensino superior, contribuem para 'novos' comportamentos dos jovens na transição para a vida adulta, nomeadamente, no que diz respeito ao impacto da questão da empregabilidade. Para isso, numa análise multidisciplinar, que envolve a Sociologia, a Economia e a Demografia, e através de uma metodologia essencialmente quantitativa, procuraremos identificar indicadores que poderão compreender aquelas relações na Europa.

Palavras-chave: transição para a vida adulta, ensino superior, educação, emprego jovem, Europa

Between the degree and the labour market: the young european' transition to adulthood

Abstract

In recent decades society has suffered deep changes that lead to new behaviours in transition to the different stages along the life course. Contrary to past generations, the chronologic age is no longer a reference; thus, it is crucial to understand how young people do their transition to adulthood. In the past, childhood was followed by a rapid transition to the adulthood in which the majority of individuals, almost sequentially, entered the labour market, left the parental home, got married and had children. Currently, the spacing between the time to complete full education (including higher education) and getting a first job becomes larger. In the present study, we will try to understand how the social, economic and demographic conditions of the European countries and the participation in higher education contribute to "new" behaviours of young people in transition to adulthood, namely, in what concerns employability. Following a multidisciplinary analysis, which involves Sociology, Economy and Demography, and through a quantitative approach we will try to identify indicators that can describe the relationship between the social and economical background, higher education participation and transition to adulthood in Europe.

Keywords: Transition to adulthood; higher education; education, youth employment, Europe

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	I
Resumo	III
Abstract	IV
Introdução	15

PARTE I

JUVENTUDE, ENSINO SUPERIOR E MERCADO DE TRABALHO	18
---	-----------

CAPÍTULO 1

SER JOVEM OU SER ADULTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	19
APRESENTAÇÃO	20
1.1. A JUVENTUDE COMO CONSTRUÇÃO SOCIOLÓGICA	20
1.2. MARCAS DA ADULTÍCIA: COMO TORNAR-SE ADULTO ONTEM E HOJE	27
1.3. OS DIAS DE AMANHÃ... TRANSIÇÕES INCERTAS	32

CAPÍTULO 2

A EUROPA DOS NOSSOS DIAS.....	36
APRESENTAÇÃO	37
2.1. O CONTEXTO SOCIAL, ECONÓMICO E DEMOGRÁFICO	37
2.2. O ENSINO SUPERIOR E O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NAS SOCIEDADES EUROPEIAS ..	42
2.3. E DEPOIS DO ENSINO SUPERIOR? ENFRENTAR OU NÃO ENFRENTAR O MERCADO DE TRABALHO	47

CAPÍTULO 3

OBJECTO, METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS.....	51
3.1. OBJECTO E OBJECTIVOS: QUESTÕES E REFLEXÕES	52
3.2. OPÇÕES METODOLÓGICAS: DESENHO DA PESQUISA E SUA APLICAÇÃO	55

PARTE II

TORNAR-SE ADULTO: ENTRE O ENSINO SUPERIOR E O MERCADO DE TRABALHO	59
--	-----------

CAPÍTULO 4

JUVENTUDE E VIDA ADULTA, ENTRE O GÉNERO, AS GERAÇÕES E O CONTEXTO GEOGRÁFICO	60
APRESENTAÇÃO	61
4.1. CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS EM ESTUDO	62
4.2. EUROPA E ADULTÍCIA: ENTENDER A DIVERSIDADE	68
4.3. SER HOMEM, SER MULHER E SER ADULTO	76
4.3.1. <i>Homens e mulheres perante o ensino superior</i>	77
4.3.2. <i>Os valores perante a vida dos homens e das mulheres em transição para a vida adulta</i>	79
4.3.3. <i>Emprego, empregabilidade e atitudes perante o trabalho</i>	85
4.4. AVÓS, PAIS E NETOS... MUDANÇAS GERACIONAIS NA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA	90
4.4.1. <i>Relações com o ensino superior e o mercado de trabalho</i>	92
4.4.2. <i>Atitudes geracionais perante o emprego</i>	97

CAPÍTULO 5

PADRÕES NA ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO	100
APRESENTAÇÃO	101
5.1. DESENHO DE UM PADRÃO: PROCURA DA EXPLICAÇÃO PARA SE TER OU NÃO TER EMPREGO	102
5.1.1. <i>Avaliação do modelo</i>	107
5.2. TER E NÃO TER EMPREGO: A PROCURA DE UM PADRÃO	110
5.2.1. <i>Compreender o padrão: influência das qualificações do pai</i>	110
5.2.2. <i>Compreender o padrão: influência do género e da situação da mãe perante o emprego</i>	110
5.2.3. <i>Compreender o padrão: influência do país em função da idade</i>	111
5.2.4. <i>Compreender o padrão: influência do desemprego em função da idade</i>	114

5.2.5. <i>Compreender o padrão: influência da idade em função do país e do desemprego</i>	115
5.3. <i>SER ADULTO: O PERFIL DO JOVEM EUROPEU COM EMPREGO</i>	117
Conclusões finais	119
Referências	125
Anexo	131

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

QUADROS

QUADRO 1 – <i>Comparação das noções de U. Beck e M. Mitterauer sobre a “individualização”</i>	31
QUADRO 2 – <i>Índice de Desenvolvimento Humano e alguns dos seus componentes</i> ...	38
QUADRO 3 – <i>PIB per capita (USD em PPC) e despesa pública na educação (% do PIB), 2006-2009</i>	40
QUADRO 4 – <i>Tipos de instituições de ensino superior</i>	43
QUADRO 5 – <i>Modos de financiamento, apoio aos estudantes e propinas</i>	44
QUADRO 6 – <i>Frequências e percentagens da distribuição dos indivíduos pelos países</i>	62
QUADRO 7 – <i>Média, mediana e moda das idades aproximadas (com base no ano de nascimento)</i>	63
QUADRO 8 – <i>Percentagens de indivíduos por nível máximo de nível de educação e por situação perante o ensino superior (%)</i>	66
QUADRO 9 – <i>Jovens por número de anos de ensino completos (%)</i>	67
QUADRO 10 – <i>Percentagem de jovens segundo a sua situação perante o trabalho (%)</i>	68
QUADRO 11 – <i>Opinião dos jovens com ensino superior sobre a facilidade/dificuldade de encontrar um emprego equivalente ou melhor</i>	72
QUADRO 12 – <i>Opinião dos jovens sem ensino superior sobre a facilidade/dificuldade de encontrar um emprego equivalente ou melhor</i>	72
QUADRO 13 – <i>Comparação da importância que os jovens europeus atribuem a cada factor de escolha de um emprego (%)</i>	76
QUADRO 14 – <i>Seleccção das variáveis sobre os valores dos jovens perante a vida</i> ...	80
QUADRO 15 – <i>Índice dos valores perante a vida mais tradicionais segundo o género</i>	84
QUADRO 16 – <i>Índice dos valores perante a vida menos tradicionais segundo o género</i>	84
QUADRO 17 – <i>Taxa de empregabilidade para os indivíduos entre os 20 e os 64 anos, por género, em 2011</i>	86

QUADRO 18 – <i>Distribuição dos géneros pelo tempo em que começaram a trabalhar</i>	90
QUADRO 19 – <i>Motivos que levam os indivíduos a esforçarem-se no trabalho, segundo a coorte</i>	96
QUADRO 20 – <i>Variáveis e categorias das variáveis seleccionadas para o modelo</i>	102
QUADRO 21 – <i>Coeficientes, desvio padrão, valores p, odds ratio e intervalos de confiança da análise univariada do modelo logístico</i>	103
QUADRO 22 – <i>Número de casos por categoria das variáveis</i>	105
QUADRO 23 – <i>Coeficientes, desvio padrão e valores p do modelo final ajustado</i>	108
QUADRO 24 – <i>Influência do aumento de um ano de idade segundo o país e a situação perante o desemprego</i>	116

FIGURAS

FIGURA 1 – <i>Taxa de desemprego dos jovens com ensino superior</i>	40
FIGURA 2 – <i>Variação na população nos grupos etários 0-9, 10-19 e 20-29 na UE-27 (1985-2010)</i>	42
FIGURA 3 – <i>Taxa de participação no ensino superior</i>	42
FIGURA 4 – <i>Distribuição dos indivíduos por género, segundo o país</i>	63
FIGURA 5 – <i>Estado civil dos jovens inquiridos (todos os países)</i>	64
FIGURA 6 – <i>Zona de residência dos jovens inquiridos, segundo o género</i>	65
FIGURA 7 – <i>Indivíduos que tem um emprego pago por situação perante o ensino superior (%)</i>	69
FIGURA 8 – <i>Opiniões favoráveis à necessidade de se ter um nível de ensino além do obrigatório, segundo a posição dos jovens perante o ensino superior (%)</i>	70
FIGURA 9 – <i>Importância atribuída à segurança pelos jovens europeus na escolha do emprego (%)</i>	74
FIGURA 10 – <i>Importância atribuída ao salário elevado pelos jovens europeus na escolha do emprego (%)</i>	74
FIGURA 11 – <i>Importância atribuída às oportunidades de formação pelos jovens europeus na escolha do emprego (%)</i>	75
FIGURA 12 – <i>Distribuição da amostra segundo o género</i>	77

FIGURA 13 – <i>Distribuição dos indivíduos pelo número de anos de estudos completos em função do género.....</i>	78
FIGURA 14 – <i>Importância atribuída pelos homens ao Grupo 1 de variáveis.....</i>	81
FIGURA 15 – <i>Importância atribuída pelos homens ao Grupo 2 de variáveis.....</i>	81
FIGURA 16 – <i>Importância atribuída pelos mulheres ao Grupo 1 de variáveis.....</i>	82
FIGURA 17 – <i>Importância atribuída pelos mulheres ao Grupo 2 de variáveis.....</i>	82
FIGURA 18 – <i>Evolução da taxa de desemprego dos jovens, entre 2008 e 2011.....</i>	86
FIGURA 19 – <i>Grau de satisfação com a economia, em função do género.....</i>	87
FIGURA 20 – <i>Situação perante o emprego dos homens em função de terem ou não terem frequentado o ensino superior.....</i>	89
FIGURA 21 – <i>Situação perante o emprego das mulheres em função de terem ou não terem frequentado o ensino superior.....</i>	89
FIGURA 22 – <i>Distribuição da amostra segundo as coortes.....</i>	91
FIGURA 23 – <i>Situação perante o ensino superior segundo as coortes.....</i>	93
FIGURA 24 – <i>Respostas, segundo o grupo de idades, à questão “Acha necessário que alguém que se candidate ao seu emprego tenha formação além da obrigatória?”.....</i>	94
FIGURA 25 – <i>Dificuldade ou facilidade em encontrar um novo emprego, em função da coorte.....</i>	95
FIGURA 26 – <i>Importância dada a alguns factores aquando da escolha do emprego, segundo as coortes.....</i>	98
FIGURA 27 – <i>Linha lowess da representação dos quartis da idade.....</i>	106
FIGURA 28 – <i>Análise de resíduos (Deviance).....</i>	106
FIGURA 29 – <i>Análise de resíduos (Pearson).....</i>	106
FIGURA 30 – <i>Análise de resíduos (Distância de Cook).....</i>	107
FIGURA 31 – <i>Curva ROC associada ao modelo logístico ajustado.....</i>	109
FIGURA 32 – <i>Influência do país em função da idade, no facto de não se ter emprego.....</i>	111
FIGURA 33 – <i>Influência do país em função da idade, no facto de se ter emprego.....</i>	112
FIGURA 34 – <i>Influência do país (R. Checa) em função da idade, no facto de não se ter emprego.....</i>	113
FIGURA 35 – <i>Influência do desemprego em função da idade no facto de não ter emprego.....</i>	114
FIGURA 36 – <i>Influência do desemprego em função da idade no facto de se ter emprego.....</i>	115

Introdução

Neste estudo estudámos os comportamentos dos jovens europeus na transição para a vida adulta, seguindo-se para esse efeito o fio condutor da entrada tardia desses indivíduos no mercado de trabalho, como causa/efeito do adiamento da transição para a vida adulta. Mas os objectos de estudo não se inventam (Pappámikail, 2009), antes pelo contrário constroem-se e vão-se transformando. Assim, a temática do adiamento da transição para a vida adulta surge ao mesmo tempo como uma das consequências do novo contexto social, competitivo e instável onde cada vez mais se dá especial importância às qualificações superiores.

Se há tempos para cá podíamos enumerar um conjunto de marcadores de passagem sequenciais hoje já não o conseguimos, tal é a variedade de alternativas exploradas pelos jovens que transitam para as suas vidas de adulto (Pais, 1990; 2003, Wall, 2011). A ordem dos marcadores de passagem é variada contudo existe um deles que é incontornável e do qual podem depender as transições para a idade adulta – a entrada no mercado de trabalho (Pappámikail, 2010). Na Europa contemporânea vivem-se momentos de fortes transformações, com o decréscimo da fecundidade e o aumento da esperança de vida, onde o envelhecimento das sociedades parece revelar-se uma inevitabilidade (Guerreiro e Abrantes, 2007). Em sociedades com estas características as gerações mais novas tornam-se “um bem escasso e muito valorizado” (Guerreiro e Abrantes, 2007:6) e daqui nasce primeiro a preocupação social e depois a preocupação sociológica com a condição juvenil.

Aquela que para as gerações anteriores se revelava a chave para o sucesso e para uma adultícia relativamente estável é hoje pouco mais que uma porta para a incerteza. Com isto pretendemos dizer que as qualificações superiores e as competências universitárias, assim como o estatuto de diplomado, já não garantem um futuro profissional; antes pelo contrário, é frequente encontrarem-se jovens diplomados no desemprego, em empregos precários ou, ainda, sem conseguirem entrar no mercado de trabalho (Kugelberg, 1998; Nielson, 1998; Parente et. al., 2011; Smithson et. al. 1998). Continuar no ensino superior revela-se, face a este enquadramento, uma fuga às duras características do mercado de trabalho (Pais et al., 2005).

Poucos têm sido os estudos comparativos entre países no que diz respeito à transição para a vida adulta (Billari e Wilson, 2001; Guerreiro e Abrantes, 2007; Wall,

2001). E por esse motivo, dada a existência de uma dada lacuna no conhecimento científico, procuramos contribuir ou pelo menos lançar novas pistas de investigação para o estudo dos modos de transição dos jovens para a vida adulta, com especial enfoque no acesso ao mercado de trabalho. Assim, nesta dissertação procuramos compreender como é que o contexto social, económico e demográfico dos países europeus, e a frequência do ensino superior, contribuem ou não para 'novos' comportamentos dos jovens na transição para a vida adulta.

Sendo este o objectivo central em redor do qual se desenvolve toda a pesquisa, traçamos outros cinco objectivos, específicos, que permitem alcançar o objectivo geral. São eles: a) identificar as principais características sociais e demográficas dos países europeus, b) descrever as diferenças de género e coorte na transição para a vida adulta, c) compreender se os diferentes países europeus apresentam algumas especificidades entre si ou se seguem tendências evolutivas semelhantes no que diz respeito à transição para a vida adulta, d) compreender em que medida a sociedade facilita ou inibe a ordem cronológica dos acontecimentos que marcam a vida adulta, e) compreender como é que os jovens percebem o impacto que a sua frequência no ensino superior pode ter na aquisição do primeiro emprego.

De modo a cumprir cada um destes objectivos estruturou-se formalmente este estudo em duas grandes partes, uma de enquadramento e reflexão teórica sobre a juventude, o ensino superior e o mercado de trabalho, e outra, onde se apresentam os resultados empíricos sobre como os jovens se tornam adultos. Cada uma destas partes está organizada em capítulos e, assim sendo, podemos encontrar os primeiros três capítulos na Parte I e, na Parte II, os capítulos 4 e 5.

O primeiro capítulo tece uma reflexão sobre o que é ser jovem e como a sociedade e a sociologia entendem a juventude, ao mesmo tempo em que são apontados os diferentes modos como as gerações actuais de jovens se tornam adultas, em transições incertas, por contraste às gerações de outrora. No segundo capítulo procurou fazer-se um enquadramento das sociedades europeias contemporâneas, na medida em que se descrevem traços característicos dos seus contextos sociais, económicos e demográficos. Ao mesmo tempo, neste segundo capítulo, analisa-se a importância que o ensino superior e as universidades têm nas sociedades e nos territórios, onde os jovens se deparam com a difícil escolha de enfrentar ou não enfrentar o mercado de trabalho. O capítulo terceiro dá a conhecer o objecto e os objectivos, entre questões e reflexões que se levantaram depois da revisão bibliográfica

realizada na Parte I. Neste mesmo capítulo são expostas as opções metodológicas tomadas para o desenho da pesquisa e sua aplicação.

A Parte II deste estudo é dedicada à apresentação dos resultados empíricos. No capítulo quarto, surge uma análise essencialmente descritiva de como os jovens *fazem* a sua transição para a vida adulta, procurando-se identificar diferenças e/ou semelhanças de entre o género, as gerações e as origens geográficas desses indivíduos. Aqui não só se caracteriza a amostra em estudo como se identificam um conjunto de variáveis que poderão ajudar para melhor explicar a entrada dos jovens europeus no mercado de trabalho. No seguimento destes resultados, no capítulo quinto apresenta-se um modelo logístico generalizado através do qual se analisou a importância de um conjunto de factores que influenciam o facto dos jovens terem ou não terem emprego. Assim, foi traçado, como resultado final, o perfil do jovem europeu com emprego.

Para finalizar, resumem-se nas Conclusões Finais as principais reflexões retiradas deste estudo, entre o debate teórico e a identificação de indicadores, com o intuito de contribuir para a compreensão de um dos eventos que marca a vida dos jovens que se encontram em processo de transição para a vida adulta, no contexto da sociedade europeia contemporânea.

PARTE I

Juventude, ensino superior e mercado de trabalho

(...)

– *E vai mandar-me para a escola? – perguntou o Peter, sorrateiramente.*

– *É claro.*

– *E depois para um escritório?*

– *Creio que sim.*

– *Então em breve serei um homem.*

– *Sim, não faltará muito.*

– *Eu não quero ir para a escola para aprender coisas sérias – disse-lhe ele, com muita convicção. – Não quero ser um homem. Oh, mãe da Wendy, imagine se eu acordava e sentia que tinha uma barba!... (...) Mantenha-se longe de mim, minha senhora, ninguém me vai agarrar para me transformar num homem.*

J.M.Barrie (2005 [1904]), *Peter Pan*

CAPÍTULO 1

Ser jovem ou ser adulto na sociedade contemporânea

Para estudar a juventude ou o modo como os jovens de hoje se tornam adultos é necessário, antes de mais, compreender o que é a *juventude*. Com este primeiro capítulo pretendemos reflectir, à luz da teoria e conhecimento sociológico, o que é ser jovem. Para este efeito procurámos antes de mais identificar a razão que está por detrás do interesse que a Sociologia tem vindo a atribuir à condição juvenil. Como outros fenómenos sociais, a juventude, enquanto construção sociológica, nasce da preocupação social com as gerações mais novas. Se antes na sociedade se referia à *juventude* como uma das etapas do ciclo da vida, hoje, *ser jovem* é um tempo da vida cada vez mas incerto e diversificado. E tal não podia ser diferente, dada as características complexas onde se inserem os jovens contemporâneos.

Ser jovem tornou-se um longo caminho, entre aprendizagens e experiências, entre escolhas e reconstrução de si. Ao mesmo tempo, *ser jovem* é também viver na incerteza face ao futuro instável que a sociedade e o mercado de trabalho oferecem. A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, apesar das elevadas qualificações de alguns jovens, é um dos factores responsáveis pelo adiar de uma vida adulta. Tornar-se adulto hoje em pouco é semelhante ao que acontecia há algumas décadas. Apesar da valorização que se atribui aos marcadores de passagem, a transição para a vida adulta não se faz de modo sequencial. Os jovens contemporâneos vivem transições incertas onde vão experimentando e alternando períodos de independência com outros de dependência económica relativamente aos pais. Destas novas formas de transição para a vida adulta resulta um 'novo' conjunto de comportamentos, característicos da sociedade contemporânea.

1.1. A juventude como construção sociológica

O estudo dos jovens e da juventude tem vindo a ser objecto das ciências sociais ao longo da história (Guerreiro e Abrantes, 2007). E, como outros factos sociais, é sensível às *doxas*, levantando alguns obstáculos à investigação. As principais representações associadas à juventude são marcadas pela instabilidade e pela associação desta a determinados *problemas sociais*. A dificuldade que os jovens possam ter em ultrapassar esses *problemas* conduz a que vulgarmente a sociedade os rotule como "irresponsáveis" ou "desinteressados" (Pais, 1990:141). Há alguns anos atrás, como nos anos de 1950 a 1960 em Portugal, os jovens eram associados à

revolta, à marginalidade e à delinquência; e sobre eles caía a ideia de crise de valores, do conflito de gerações ao nível ético e cultural e ainda o espírito de utopia mas também de solidariedade. Actualmente, a visão que a sociedade tem dos jovens está ligada ao descontentamento dos jovens, ao cepticismo, ao pragmatismo e, sobretudo, ao individualismo. Os *problemas* mais sentidos pelos jovens contemporâneos, um pouco por todo o mundo, correspondem à dificuldade de entrada no mercado de trabalho e à crise do emprego (Pais, 1990).

A juventude, como qualquer outro tema de investigação no âmbito da Sociologia mas também das outras ciências sociais, tem sempre como centro uma preocupação social. Isto significa que as temáticas de investigação social derivam, regra geral, de um problema social ao qual se atribui um significado social, definido em função dos valores sociais. Problematizar sociologicamente um problema social implica que a este se atribua um significado sociológico, reflectindo os valores das teorias e métodos sociológicos. Assim a juventude nasce primeiro no seio da sociedade e é depois transportada para a ciência que a desconstrói, para efeitos de estudo, e volta a construir com uma visão mais completa, compreensiva e explicativa do fenómeno.

Ao contrário do que se possa pensar, a juventude *não existe* desde sempre e isto porque nem sempre foi sentida como uma preocupação social. Se nas sociedades modernas o modelo de referência é a juventude, há séculos atrás o enfoque estava na adultícia. Veja-se que no século XVIII os “jovens procuravam imitar os velhos nas suas atitudes ancilosadas” (Pais, 2009:373), nas suas vestes e no seu aspecto, recorrendo às cabeleiras brancas. Já hoje, pelo contrário, “os mais velhos fazem de tudo para se aparentarem mais novos” (Pais, 2009:373). É pois compreensível que noutros momentos da história nem se falasse em *juventude* ou *adolescência*. Apenas no virar do século XIX novas fases da vida começam a ganhar novas valências e relevâncias: surgem a infância e a idade de bebé. Entre as duas Grandes Guerras, já no século XX, emerge o conceito de *juventude* *sã* e começa então a preocupação com a vida dos jovens. Existiram alguns factores que contribuíram para a emergência da juventude enquanto fase de vida: falamos da democratização do acesso ao ensino, do prolongamento da escolaridade obrigatória, da legislação sobre o trabalho infantil, do surgimento da família contemporânea e da proliferação de casas de correcção para menores (Pais, 1990; Pappamikáil, 2010).

A emergência da juventude, tal como a conhecemos hoje, resulta de um processo lento de consciencialização da existência de uma nova fase de vida. Esta

noção emerge essencialmente quando entre a infância e a idade adulta se começou a verificar um prolongamento da transição, em grande parte devido à expansão da escola moderna. Acrescenta Clarissa Kugelberg (1998) que houve três grandes mudanças que influenciaram as vidas dos jovens europeus. Em primeiro lugar, o prolongamento da educação que conduz necessariamente ao adiamento da entrada no mercado de trabalho; em segundo, a redução do número de empregos permanentes, o aumento das taxas de desemprego e o mercado de trabalho precário que dificultam a inserção dos jovens na vida profissional, acabando muito deles por ficar numa situação de dependência dos familiares ou de subsídios públicos; em terceiro lugar, a multiplicidade de alternativas e de tomadas de decisão que a complexa sociedade (pós)moderna oferece.

A juventude é, sem dúvida, e como referiu Lia Pappámikail (2010: 396), “um produto da modernidade”. E neste espaço que se criam condições para legitimar o que é ser jovem. A juventude surge como um tempo de vida específico, entre a infância e a vida adulta, onde os indivíduos podem gozar de alguma liberdade, ainda que sejam economicamente dependentes da família (Pappámikail, 2009; Pappámikail, 2010; Wall, 2001; Kugelberg, 1998). O jovem, numa fase em que não está na infância mas ainda não experimentou a adultícia, é alguém inacabado, em construção, em aprendizagem e num processo de procura de si, daí o carácter transitório e ambíguo geralmente associado à juventude.

Envolta entre estes aspectos, a Sociologia confronta-se com a “complexificação e fragmentação das trajectórias da vida contemporânea” (Pappámikail, 2010:399). Dizemos que a juventude é um problema sociológico porque é um fenómeno vivenciado por um conjunto de indivíduos, que pode e deve ser visto enquanto construção social, e que ao ser analisado segundo os métodos e as técnicas da sociologia se transforma numa construção sociológica. É possível problematizar a juventude aos olhos da sociologia. A imagem que a sociedade e os meios de comunicação social passam da juventude corresponde, como já vimos, a uma geração com problemas de inserção profissional, de delinquência, de droga e com a escola. Mas será que os jovens sentem efectivamente esses problemas como os *seus* problemas? Este é o papel da Sociologia. Muitas vezes a imagem de uma “cultura juvenil” homogénea, que sente e vive os mesmos problemas, que funde os jovens numa “unidade social”, é mais uma representação social do que a realidade (Pais, 1990). O desafio que se coloca à Sociologia é o de romper com a noção de senso comum de juventude; desconstruindo

os aspectos da construção social e construindo um conceito sociológico de juventude, tornando deste modo científico aquilo que é ideológico. Considerar os jovens como uma unidade social homogénea é manipular a juventude. Afinal é certo que existirão semelhanças entre os jovens – sentimento comum da geração – mas será igualmente certo que os diversos jovens provêm de classes sociais diferentes, de grupos ideológicos e religiosos diferentes, uns serão homens, outros mulheres...

Sem dúvida que existe a necessidade de clarificar o que é a juventude. Veja-se que, o único consenso existente em relação a este conceito é no sentido da inexistência de consenso: “se há consenso em torno do debate acerca da juventude é o facto desta ser uma categoria social de definição complexa” (Pappámikail, 2010:395). No sentido de *descomplexificar* este conceito a Sociologia da Juventude segue duas tendências analíticas: em primeiro lugar ao entender a juventude numa perspectiva etária, enquanto fase da vida e, em segundo lugar, por adoptar uma perspectiva no sentido da cultura juvenil, entendendo a juventude como um conjunto social não unitário mas, sim, diversificado. Analisaremos de seguida estas perspectivas teóricas, sugeridas por José Machado Pais (2003), que nos conduzem num caminho pela Sociologia da Juventude, nos trilhos entre a unidade e a diversidade deste conceito.

Existem várias formas de olhar para a juventude ou, seguindo a terminologia correcta, para *as juventudes* (Pais, 2003), dada a sua diversidade. Cada perspectiva diferente corresponde a uma teoria e, no fundo, podemos agrupar todas as teorias em dois tipos de correntes: por um lado a corrente geracional e, por outro lado, a corrente classista. A corrente geracional considera a juventude enquanto uma fase da vida, com um carácter unitário e enquadrada naquilo que podemos designar de *cultura juvenil*. Para os defensores desta corrente a juventude tem origem nas discontinuidades intergeracionais, em que o conflito surge como uma disfunção afastando as gerações. Defende-se aqui um relacionamento problemático de tensão, confrontação e de crises intergeracionais. Neste sentido, um dos teóricos desta corrente geracional, A. Sedas Nunes (1961:9), afirma que o “uso corrente e frequente de expressões como *conflitos de gerações*, *a geração do ano X*, *as novas gerações* e outras analogias denuncia a presença, na sociedade de uma forma particular de diferenciação sócio-cultural”. A análise das gerações era feita pela comparação, considerando que as gerações surgem numa lógica encadeada, seguindo-se necessariamente uma à sua anterior. Nos anos de 1950 acreditava-se que em cada geração haveria uma *socialização contínua* (teoria dominante), em que as gerações mais velhas socializavam as mais novas e, mais tarde,

a partir de 1960/70 a base da explicação das teorias sobre a juventude assentava nos conflitos, segundo as teorias funcionalistas (Pais, 1990). Assim, os jovens cresciam e construíam uma cultura juvenil, através da descontinuidade com as outras gerações, afirmando-se pela oposição e ruptura.

Independentemente da perspectiva adoptada, na corrente geracional distinguem-se três tipos de gerações: a geração biológica, a geração demográfica e a geração social. A geração biológica – “o intervalo de tempo que abrange o número de anos que decorrem entre um certo ano e aquele em que nascem os filhos dos indivíduos nascidos nesse ano (25 a 30 anos)” (Nunes, 1961:11) – pode-se distinguir da geração demográfica – “um simples agregado estatístico de indivíduos cujas idades se situam dentro de certos limites” (Nunes, 1961:11). Por outro lado, encontramos as gerações sociais, muito mais complexas que as demográficas, na medida em que, embora de menor extensão, serão menos determináveis que estas. Veja-se que no caso das gerações demográficas é possível determinar com elevada exactidão cada geração: A. Sedas Nunes indica que a partir dos dados de recenseamento geral da população portuguesa é possível classificar os indivíduos segundo as seguintes categorias e correspondentes gerações: 0-15 (infância), 16-30 (juventude), 31-45 (maturidade jovem), 46-60 (maturidade avançada) e 61 e mais anos (anciania). Nas gerações sociais, não é possível fazer esta ou outra classificação dos indivíduos. Por outro lado, este tipo de gerações estrutura-se de forma bastante distinta, sendo considerado um grupo ou um quase grupo, de acordo com a seguinte caracterização (Nunes, 1961:11):

- 1.^a** Constituído por indivíduos cujas idades se concentram, com alguns possíveis desvios individuais, dentro de um intervalo relativamente estreito
- 2.^a** Conjunto de atitudes, concepções, preferências e comportamentos que se manifestam nesses indivíduos e que embora possam ser antagónicos se relacionam com o mesmo núcleo de temas, de premissas ou de problemas fundamentais
- 3.^a** Uma consciência comum, em tais indivíduos, de participarem num conjunto distinto – pela idade e pelas atitudes, concepções, preferências e comportamentos – de outros conjuntos formados por indivíduos mais velhos e eventualmente por indivíduos mais novos

Para A. Sedas Nunes (1961) há uma evidente distinção entre as gerações associada às diferenças mentais e de comportamento, assim como devido à

consciência colectiva que cada uma tem de si. E a maior crítica que aqui pode ser feita a esta perspectiva vem no sentido de esta corrente ter uma visão limitada da juventude. Quer isto dizer que para a corrente geracional a juventude é vista como uma entidade circunscrita em si mesma e, sobretudo, homogénea. As análises desta perspectiva procuram os denominadores comuns entre os membros de uma assumida categoria etária e, de facto, não podemos negar que existem ao longo da história vários acontecimentos que são marcados pelos jovens (veja-se o exemplo da revolta dos jovens universitários dos anos 60 do século passado) que contribuem para a mudança social. Contudo, não é dada a devida relevância às diferenças evidentes que decorrem dos contextos socioeconómicos de origem dos jovens (Pappámikail, *op.cit.*), ainda que a diferença não seja de todo negada. Efectivamente, na corrente geracional, e em particular em A. Sedas Nunes (*op. cit.*), há espaço para diferentes subculturas juvenis mas, mais uma vez, estas estão associadas à cultura juvenil de referência que, como vimos, não é mais que considerada como uma fase da vida. A juventude é entendida como uma etapa, marcada pela idade, de carácter transitório em que “se adopta um *projecto vital* a realizar, ou seja: em que se fica um conjunto de concepções, de preferências e de comportamentos, que define, aos olhos do próprio indivíduo, o que deve ser e há-de ser a sua vida responsável de adulto na sociedade” (Nunes, 1961:22).

A corrente classista vai um pouco mais longe ainda que a ideia de juventude enquanto uma fase da vida permaneça no cerne destas teorias entendidas como classistas que consideram que a heterogeneidade cultural resulta das diferenças entre classes e dependente das relações de classe. Os defensores desta corrente são geralmente bastante críticos relativamente aos conceitos mais típicos de juventude, quer estes considerem a juventude uma fase da vida, quer a vejam como uma categoria social. Para a corrente classista a juventude é mais que isso: resulta da reprodução social de classe e das relações antagónicas entre as classes. Aqui, as culturas juvenis existem mas são antes “culturas de resistência” negociadas no contexto social determinado pelas relações de classe (Pais, 1990) e a elas é atribuído, por norma, um significado político. Mas veja-se, contudo, que também esta corrente pode ser uma perspectiva limitada para entendermos a juventude. Existe um certo determinismo, ou uma fatalidade, que nos impede de compreendermos os jovens de forma holística caso afunilemos por esta corrente. Muitas trajectórias individuais acabam por ser imprevistas, por acasos da vida. Ainda que exista um forte constrangimento social, os campos de possibilidades das vidas individuais não devem ser menosprezados. Assim, como

explicar o gosto pelo futebol, pela moda ou pela música?... Ou: como explicar as taxas de desemprego jovem? Como explicar a dificuldade em entrar no mercado de trabalho e definir uma vida relativamente estável? Como explicar a transição dos jovens para a vida adulta?

Nem uma nem outra corrente parecem suficientes para responder às questões que levantámos e nenhuma se mostrou ser o caminho mais adequado para percorrer ao longo desta dissertação. Optámos antes pelo percurso sugerido por José Machado Pais (2003). Parece cientificamente mais apropriado falar em juventudes e não em juventude, em culturas juvenis e não em cultura juvenil, assim como em cursos de vida e não em ciclo de vida. Não é fácil encontrar um conceito de juventude. Mas as várias ideias sobre o que é a juventude levam-nos a uma conclusão esclarecedora. Vejamos primeiro o que é dito sobre a juventude.

José Machado Pais (2003) distingue uma juventude definida pelos padrões etários, em que vários indivíduos da mesma faixa etária partilham entre si vivências, comportamentos, gostos e atitudes, formando uma “cultura juvenil”, de uma juventude diversificada que conduz a “culturas juvenis” variadas que diferem na pertença a uma dada classe social, situação económica, interesses e formas de ocupação. Antes de mais a juventude é o “conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida” (Pais, 2003:41). Os indivíduos jovens têm pois em comum a idade.

Contudo, existem teorias que vão no sentido da ideia de senso comum da irresponsabilidade. Foi assim que Talcott Parsons, em 1942, se referiu à juventude como uma “cultura de irresponsabilidade” e em que os rapazes e as raparigas aparecem a protagonizar papéis diferentes (Picoito, 2007:20). No seguimento desta noção de juventude despreocupada e, de certo modo, fechada em si mesma, Edgar Morin fala de uma cultura adolescente que é constituída por uma solidariedade entre os pares, por oposição aos adultos. Também Béjin (1983 cit. Galland, 2001 cit. Picoito, 2007:21) fala da juventude no sentido de uma pós-adolescência que nada mais é que a irresponsabilidade projectada para além da adolescência física.

À luz de autores mais recentes a juventude é considerada como o “período prévio ao casamento” (Pappámikail, 2011:82) ou como a fase entre a infância e a adultícia (Wall, 2001; Kugelberg, 1998). De forma mais aprofundada Vítor Sérgio Ferreira e Cátia Nunes (2010:41) sugerem que “ser jovem é um tempo de vida cada vez mais indeterminado e plural” e René Bénédict (2011:20) indica que a juventude é uma

“fase da vida própria do percurso de vida, um tempo de individualização da biografia, caracterizado pela incerteza e pela adaptação permanente a condições contextuais em mutação”.

A procura de um conceito de juventude satisfatório não deve ser o objectivo de nenhum estudo sobre os jovens. É, antes pelo contrário, fundamental compreender o que é ser jovem na sua plenitude. E de encontro às palavras de Lia Pappámikail (2011) podemos afirmar que ser jovem é um processo de construção para a autonomia em que se adaptam novos comportamentos e se conquistam novas competências (entre elas a reflexividade), afastando-se o indivíduo da infância. Na juventude surgem novos interesses e novas formas de pensar: “abandonam-se definitivamente as brincadeiras com bonecos, exige-se a reformulação do quarto” e há uma adequação das atitudes e dos comportamentos ao novo corpo e às expectativas dos outros (Pappámikail, 2011:91).

A juventude é um processo de construção de identidade onde os indivíduos deambulam entre os obstáculos e desafios que a sociedade e a vida lhes colocam, os sentimentos de dúvida, incerteza e hesitação e, ao mesmo tempo, os vários contextos de interacção, onde se destaca com principal relevância o contexto familiar. A construção da identidade, ou seja, aquilo que se pensa que se quer fazer e a efectiva acção e manifestação de comportamentos dos jovens, depende sempre da (relativa) liberdade dada pelos pais. Surge pois o que aqui designamos de *falsa autonomia*. Existe uma clara diferença entre ser independente e ser autónomo. E se podemos dizer que os jovens contemporâneos são de certo modo independentes, já não se pode afirmar com igual certeza que estes sejam autónomos. Distantes do mercado de trabalho, na sua maioria, os indivíduos vêm o aspecto financeiro das suas vidas juvenis quase sempre condicionado aos pais (Pappámikail, 2009; 2010; 2011; Pais, Cairns e Pappámikail, 2005). É por isso que podemos dizer que a juventude é um “tempo de vida específico no ciclo de vida, não produtivo (do ponto de vista do capital económico), para a preparação da vida adulta” (Pappámikail, 2011:83).

1.2. Marcas da adultícia: como tornar-se adulto ontem e hoje

Situada entre a infância e a vida adulta, a juventude tem como principal representação social a *irreverência* que comumente se associa aos jovens. Esta é uma característica aceite e de tal forma generalizada que foi naturalizada pela sociedade (Pappámikail, 2009; 2011). Em simultâneo, com o avançar da idade, pede-se

aos jovens um autocontrolo e espera-se que estes ajam de forma responsável, o que nem sempre é visto com agrado por parte dos jovens. Uma das ilustrações mais conhecidas a este respeito é a da história de Peter Pan (J. M. Barrie, 1904), um jovem que se distingue precisamente pela sua irreverência e atitudes contra a sociedade adulta. A este respeito Carles Feixa (2011) comenta que, tal como Peter Pan, na sociedade contemporânea há uma tendência para os indivíduos resistirem em fazer parte da vida adulta, pelo menos durante um período de tempo relativamente longo. De facto, já desde a sociedade industrial que há uma tendência para aparentar que é melhor ser jovem do que adulto. A Terra do Nunca de Peter Pan representa esta ideia: vive-se no constante adiamento das responsabilidades de adulto em que a vida é um jogo eterno.

Mas como afirma Ann Nielsen (1998:75), “ninguém fica *jovem para sempre*”. Por mais que os jovens adiem as responsabilidades e por mais que a publicidade cosmética e as cirurgias estéticas procurem persuadir os adultos para a jovialidade, a juventude não é eterna. Por mais lentas que sejam as transições, na sociedade real, tal como na Terra do Nunca, de modo mais ou menos voluntário, os jovens tornam-se sempre adultos. É um processo inevitável. Mas, assim sendo, o que é ser adulto? Como é que um jovem se torna adulto?

Tal como acontece quando se tenta definir clara e objectivamente o que é *ser jovem*, a procura de um conceito que explique o que é *ser adulto* também não é tarefa simples. Melhor dizendo, e ainda que reafirmemos que a juventude é a “geração de referência” (Pais, 2010:21), uma das características da condição juvenil é a incerteza relativamente ao futuro. Na sociedade contemporânea há espaço e liberdade para que cada indivíduo escolha o seu curso de vida. Assim sendo, *tornar-se adulto* não é um acontecimento óbvio; antes pelo contrário é cada vez mais um percurso que pode começar mas não ter um final evidente em que os indivíduos possam suspirar e dizer: “já sou adulto!”.

O curso de vida dos indivíduos nas sociedades ocidentais está estruturado de acordo com categorias etárias que designamos como *infância*, *juventude*, *idade adulta* e *velhice*. A passagem de um sistema de idades para outro é geralmente identificada por um conjunto de *marcadores de idades*, ou seja, “um conjunto de eventos-charneira de natureza colectiva ocorridos em domínios institucionais fundamentais na regulação social das sociedades ocidentais, como a escola, o trabalho e a família” (Ferreira e Nunes, 2011:40). Se outrora existiam determinados ritos que demarcavam muito bem a

transição para a idade adulta – como os ritos de circuncisão –, hoje em dia há uma crescente reversibilidade das trajetórias para a vida adulta, daí a expressão “yoyogeneização da condição juvenil” utilizada por José Machado Pais (2009:373). Esta expressão ganha significado no contexto social, económico e cultural contemporâneo em que a “repetição ritualista das etapas da vida característica da tradicional sucessão de gerações deu lugar a uma nova época onde cabe aos indivíduos um papel activo na construção das suas trajetórias” (Pais, 2009:374).

A grande diferença entre as transições dos jovens para a vida adulta de hoje para as transições de outrora reside numa tese que é incontornável em qualquer estudo deste tema: o prolongamento da juventude. Em todas as sociedades ocidentais verifica-se uma tendência cada vez mais acentuada “para o prolongamento da coresidência familiar e para o adiamento, dessincronização e reversibilidade de rituais de passagem” (Pappámikail, 2009:115). Ao contrário do que acontecia há algumas décadas atrás, em que os indivíduos percorriam sequencialmente um conjunto de eventos que geralmente passavam por deixar o sistema de ensino, arranjar um emprego, deixar a casa dos pais, casar e ter filhos (Billari and Wilson, 2001; Billari and Liefbroer, 2010; Ferreira e Nunes, 2010; Guerreiro e Abrantes, 2007; Pais, 2009; 2010; Pappámikail, 2009; Kugelberg, 1998; Wall, 2001), nos dias que correm há uma enorme variação e flexibilidade dos marcadores de passagem para a vida adulta.

Entre outras coisas, tornar-se adulto significa que o indivíduo adquiriu um emprego que lhe vai permitir conquistar uma posição individual no estrato ocupacional, aumentando assim o nível de autonomia e as oportunidades de participar numa vida social (Schizzerotto and Lucchini, 2002). Mas acontece que, ainda que os jovens simbolicamente se tornem adultos, entrando no mercado de trabalho, em termos práticos não conseguem em grande parte das vezes garantir uma situação que reúna independência económica estável. Mesmo que os marcadores tradicionais de passagem sejam bastante valorizados (Pais, 2009) a sequência com que eles vão surgindo na vida de cada indivíduo não é rígida como antes. Pode acontecer que os jovens entrem no mercado de trabalho enquanto estão a terminar os estudos; pode acontecer que regressem aos estudos depois de entrarem no mercado de trabalho; podem casar ou viver e constituir família com alguém mas continuar a viver em casa dos pais (Mauritti, 2002; 2003).

Todos estes factores e condicionantes, que no fundo culminam numa situação de impasse em relação ao futuro dos jovens, levam-nos a um termo de *jovens adultos*,

“frequentemente usado para determinar essa faixa de indivíduos cujo estatuto é, por ventura, ainda mais ambíguo do que a já de si ambígua condição juvenil” (Pappámikail, 2009:118). Ser jovem adulto pode ser uma nova categoria etária, aquela dos jovens que são *quase* adultos e que se encontram numa situação de transição para essa vida na adultícia em que, geralmente, falta conquistar o estatuto de autonomia (essencialmente económica).

Tanner e Arnet (2009:39) explicam a existência desta nova *faixa etária* com base em três factores:

1.º A mudança de uma economia industrial para uma economia baseada na informação e correspondente aumento da necessidade de educação pós-secundária; por conseguinte, as transições para as carreiras, casamentos e paternidade têm lugar mais tarde que nunca;

2.º Aumento dramático das oportunidades educacionais e ocupacionais disponíveis para as mulheres, de modo a que estas procurem mais obter formação pós-secundária e desenvolver as suas carreiras do que casarem-se e terem filhos nos seus *vinte e poucos* anos;

3.º Maior tolerância para o sexo pré-marital, permitindo que os jovens na maioria das sociedades comecem uma vida sexual activa longa antes de contemplarem o casamento.

Este estatuto atribuído aos jovens que estão numa situação de impasse face a futuro não é mais do que o reflexo das características da sociedade contemporânea em que vivemos, uma “sociedade do risco” (Adam, Beck and Van Loon, 2000; Beck, 1992) dotada de uma maior “individualização” (Giddens, 1994; Beck, 1992). De acordo com a tese da individualização os indivíduos são socializados no sentido de construírem as suas próprias biografias e percursos de vida. Há aqui uma indubitável ruptura com a tradição, deixando de existir um trajecto de vida padronizado e passando a verificar-se, em sua vez, a entrega dos indivíduos a si mesmos com a responsabilidade de se afirmarem na sua singularidade (Nata e Menezes, 2010). Ainda assim, esta individualização não significa um total *livre-arbítrio* pois se por um lado os indivíduos constroem a sua própria trajetória na vida estão, ainda assim, condicionados pelo enquadramento institucional da escola, do trabalho, da família ou outros. No seguimento desta ideia, Ann Nielsen (1998) compara a tese de Ulrich Beck com a de Michel Mitterauer que aqui sintetizamos no Quadro 1.

Quadro 1 – Comparação das noções de U. Beck e M. Mitterauer sobre a “individualização” (baseado em Nielsen, 1998). Construção própria.

Beck	Mitterauer
Juventude como processo Perspectiva generalista Ideia chave: As pessoas fazem escolhas e tomam decisões de forma compulsiva ao longo da vida	Juventude como fase particular da vida Perspectiva histórica Ideia chave: As instituições sociais criam tensão e conflito entre a competência dos jovens tomarem decisões de forma independente e a prolongada subordinação aos pais e professores
Conclusão comum: Os trajectos de vida são hoje mais flexíveis do que alguma vez foram.	

Apesar da conclusão comum que tanto Beck como Mitterauer retiram, os dois planos teóricos conduzem a implicações diferentes, tendo em conta que Beck considera uma sociedade de escolhas e oportunidades e que Mitterauer entende uma sociedade de conflito entre a necessidade de tomar decisões mas, em simultâneo, a falta de autonomia de que os jovens padecem. Os jovens vivem o seu quotidiano no limbo destes dois antagonismos, como fruto da “sociedade do risco”. Mais que nunca transitar da juventude para a adultícia resulta de um “projecto reflexivo” em que a construção do indivíduo e das suas próprias biografias resulta da ligação entre a mudança pessoal e a mudança social (Giddens, 1994).

Tornar-se adulto deixou de ser, nos últimos anos, o resultado de um conjunto de eventos sequenciais e previsíveis. Cada indivíduo é livre, dentro do limite social, para construir a sua identidade, para se tornar adulto, tomando as suas escolhas e opções sem que isso seja considerado errado ou tenha alguma consequência nociva para o próprio. Mas é certo que, parafraseando Anthony Giddens (1994:65), “*tomar conta da sua vida* implica riscos, porque significa confrontar-se com uma diversidade de possibilidades em aberto”. E é neste contexto de incerteza, imprevisibilidade, acaso e risco que emergem as transições incompletas para a vida adulta e as transições incertas que marcam já os dias de hoje e, dada a crescente complexificação da sociedade contemporânea, ainda mais, os dias de amanhã.

1.3. Os dias de amanhã... Transições incertas

Entre o ser adulto e o deixar de ser jovem está um processo de transição que antes garantia essa passagem para a adultícia mas que hoje se encontra em profunda mutação. Diz-se que hoje os jovens passam por um processo de *transições incertas* (Guerreiro e Abrantes, 2005; 2007). Característica da sociedade contemporânea, a incerteza mergulha na vida dos jovens assumindo-se de várias formas e conduzindo a condições e oportunidades diversificadas. Enquanto que para uns a incerteza pode ser o reflexo de “múltiplas vias disponíveis” para outros resulta apenas da “incapacidade, prolongada no tempo, de superar os contextos sociais, precários e de risco em que se encontram” (Guerreiro e Abrantes, 2005:171).

É importante esclarecer que ao nos referirmos a transições incertas não recorreremos ao plural deste fenómeno tendo apenas em consideração uma pluralidade de jovens que se encontram em processo de passagem para a vida adulta. A noção é bastante mais complexa pois devemos antes considerar que um único indivíduo pode passar por várias transições durante o seu percurso transitório entre a juventude e a adultícia.

Como temos vindo a referir, a ordem sequencial dos eventos que marcam a entrada na vida adulta faz parte de uma época passada. Ainda assim não se pode propriamente dizer que os jovens não se tornam adultos pois vimos já que a adultícia é uma inevitabilidade da vida de todo e cada indivíduo. Mas deixemos de parte essa ideia de uma ordem sequencial dos marcadores de passagem, quase em jeito de *check-list*, e tomemos uma outra perspectiva, contemporânea, imprevisível, flexível e bastante sensível às opções individuais. Esta nova perspectiva leva-nos ao conceito de *fragmentação das trajectórias* (Pais, 2005) e é a que mais de encontro vai ao modo juvenil de transição para a vida adulta na Europa.

A sociedade ocidental contemporânea caracteriza-se por percursos escolares mais longos, onde se situam os estudos superiores, do que se compararmos com a mesma sociedade na época pré-Revolução Industrial. Igualmente, esta sociedade pauta-se por inserções profissionais mais tardias e instáveis, com papéis de género tradicionalmente homólogos. Estes são os principais factores que nos conduzem ao atributo de incerteza das *novas* transições.

Sinteticamente podemos afirmar que, cada vez mais, os estudos, a educação e a frequência de um ensino superior se encontram associados à oportunidade de ter um emprego – uma condição fundamental para quem tenta tornar-se adulto ontem ou hoje.

A grande responsabilidade da emergência deste fenómeno que associa, pelo menos teoricamente, o mercado de trabalho às qualificações superiores, diz respeito às transformações no mercado de trabalho (Guerreiro e Abrantes, 2007).

Vivemos num mundo globalizado onde a concorrência e a exigência são as palavras de ordem. O desenvolvimento do contexto económico e social trouxe novas variáveis na relação entre as pessoas e o emprego. Já não estamos a falar de *one best way* ou do homem certo para o lugar certo. A modernização acelerada da sociedade levanta uma série de exigências, como a competitividade, a capacidade de ser empreendedor e de criar o seu próprio emprego, a criatividade, a persistência... Em síntese, para se conseguir um emprego, é necessário ter conhecimentos e mostrar as suas potencialidades (Kugelberg, 2008).

A qualificação e o autoinvestimento em saberes intelectuais através do ensino superior surgem numa perspectiva de diferenciação entre os indivíduos no mercado de trabalho (Parente et. al, 2011). As novas exigências do mundo laboral são desta forma responsáveis pela expansão das qualificações superiores, o respectivo adiamento da entrada no mercado de trabalho e o conseqüente adiar da vida adulta.

O prolongamento da juventude, e o conseqüente adiamento das transições para a vida adulta, resultam num 'novo' conjunto de comportamentos, característicos da sociedade contemporânea. Estes comportamentos, marcadamente diversos e compostos por infinitas opções e alternativas, caracterizam as vidas dos jovens de hoje. Os jovens são responsáveis pelo seu trajecto de vida; vivem constantemente envolvidos em escolhas e decisões, na composição de novas identidades e ao mesmo tempo na construção de biografias individuais, devidamente planeadas e projectadas (mesmo que nunca se venham a realizar) (Pais, 1990; 2003; Pais et. al, 2005; Kugelberg, 1998).

Parente et al. (2011) afirmam que a educação é um "custo de oportunidade": cada jovem é livre de escolher investir na sua qualificação. E muitos o fazem. E, ao fazê-lo, adiam, voluntariamente ou não, a transição para uma vida de adulto. Adiam pois, a entrada no mercado de trabalho, na expectativa de alcançar uma remuneração proporcionalmente mais elevada (Parente et. al., 2011). Por outro lado, se as novas exigências do mercado de trabalho sugerem que os indivíduos *têm* de investir na sua formação, as qualificações superiores deixam ao mesmo tempo de ser uma opção, revelando-se, ainda que de forma oculta, uma *condição obrigatória* para quem quer arriscar em ter uma oportunidade para encontrar um emprego. E citando Maria das Dores Guerreiro e Pedro Abrantes (2007:27), "a integração no mercado de trabalho

continua a ser um passo indispensável no processo de transição para a vida adulta”, pelo que é impossível alguém se tornar adulto, de forma autónoma, contornando este marcador de passagem.

Contudo, se em termos teóricos *ser adulto* se está a tornar um pouco mais claro, a realidade é bem mais dura e esta “receita” não é tão linear quanto aparenta. Investir na formação, ter qualificações superiores e conseguir um emprego com uma remuneração proporcionalmente elevada não é muito mais do que uma expectativa, um objectivo ou mesmo uma ilusão para muitos jovens à procura do primeiro emprego. Não podemos ignorar que aliado à crescente escolarização das populações encontramos o aumento de taxas de desemprego (Guerreiro e Abrantes, 2007), e em particular entre os jovens. Isto revela a desarticulação existente entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho.

Em Portugal, a “desarticulação” verifica-se de tal forma que se chega a falar de uma certa *sobrequalificação* dos jovens, fenómeno apontado por Maria das Dores Guerreiro e Pedro Abrantes (2007) no seu estudo *Transições Incertas – Os jovens perante o trabalho e a família*. Neste estudo uma jovem licenciada chega mesmo a afirmar que em Portugal “é quase desprestigiante não se ter um curso superior” (Guerreiro e Abrantes, 2007:71) e que, desta forma, os jovens frequentam cursos que não os capacitam para as exigências do mercado de trabalho. A sociedade de hoje é complexa e vive um momento de mudanças constantes, bruscas e imprevisíveis. O que é valorizado pelo mercado de trabalho num determinado momento do tempo pode já não o ser num futuro relativamente próximo. Ao mesmo tempo, a desarticulação entre o ensino e o mercado de trabalho assume outra forma. O tecido empresarial português é considerado pouco permeável à mudança nas organizações o que significa que não acompanhou ou pelo menos ainda não se adaptou ao desenvolvimento ao nível dos recurso humanos, nomeadamente no que diz respeito à contratação de trabalhadores qualificados.

Neste enquadramento, a entrada dos jovens no mercado de trabalho é, mais do que instável, incerta e condicionada ora pela falta de oportunidades ora pela flexibilidade do trabalho. E claro que isto produz as suas consequências. Os jovens, ao não entrarem no mercado de trabalho e ao não conquistarem a sua independência financeira, estão a colocar a vida de adulto em *stand-by*, em espera até que não possam mais evitar a precariedade de um emprego a termo ou um outro sem qualquer estabilidade. Mas esta situação não se verifica de modo idêntico para todos os jovens.

Na sociedade europeia podemos facilmente identificar dois grupos de jovens e duas formas diferentes pelas quais cada um é afectado. Os jovens dos países nórdicos têm uma realidade própria, profundamente marcada pelo sistema de protecção social que possuem e pelas bases económicas fortes que caracterizam esses países (Oliveira et. al., 2011). Os jovens dos países onde ainda vigora o Estado-Providência têm, por natureza, um mercado de trabalho mais frágil, mas mais rígido (Oliveira et. al., 2011). Os países do Sul europeu são exemplo desta segunda situação.

Enquanto que os países do denominado modelo nórdico entendem a flexibilidade do trabalho como algo positivo, representando, por exemplo, a polivalência de funções, para o segundo modelo de países do Sul o mesmo conceito representa, porventura, apenas más condições de trabalho e precariedade. Ter um emprego temporário representa para alguns jovens uma forma de adquirir experiência no mercado de trabalho e ganhar independência, recorrendo a este de forma voluntária e, em muitos casos, com o objectivo de pagar os próprios estudos; mas para outros jovens, de forma contrastante, o emprego temporário surge depois de concluído o ensino superior, posteriormente a serem exploradas todas as alternativas e com um resultado de certo modo constrangedor para esses jovens (Oliveira et al., 2011).

O segundo grupo de jovens insere-se numa cultura da *tradicionalidade*, geradora de relações de dependência com a família, na qual os jovens encontram refúgio (Pais et. al, 2005). Há nestes países uma grande distância entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho que, apesar de tudo, acaba por ser pouco permeável à entrada dos jovens, como já vimos. Estes ficam dependentes financeiramente dos pais, não só no presente mas projectando-se essa dependência no futuro (Pais et al., 2005).

A dificuldade da entrada no mercado de trabalho, na aquisição de um primeiro emprego, deixa os jovens numa situação intermédia, numa zona de ninguém, entre a saída do sistema de ensino e a espera de encontrar um emprego, como mais à frente desenvolveremos (Capítulo 2.4). Uma situação que, na actualidade, nos coloca uma questão crucial: o que é ser jovem e o que é ser adulto? Uma primeira reflexão quase nos leva a concluir que o período de transição para a vida adulta torna-se hoje, por si mesmo, uma etapa autónoma do curso da vida.

Capítulo 2

A Europa dos nossos dias

O processo através do qual os jovens se vão tornando adultos é complexo e desritualizado. Compreender o contexto social, económico e demográfico onde os jovens actuam é o primeiro passo para compreender as suas atitudes e comportamentos. O actual contexto europeu é caracterizado pela instabilidade, incerteza mas ao mesmo tempo competitividade. Entre desafios e oportunidades, os jovens assistem a convulsões no mercado de trabalho, onde ser diplomado não é suficiente para encontrar um emprego. As novas formas de emprego, flexíveis, associam-se à precariedade. Ainda assim, as universidades continuam a desempenhar um papel fundamental nas sociedades e contribuem para o desenvolvimento social e económico dos territórios.

Na Europa dos nossos dias, não é raro os jovens diplomados se depararem com obstáculos aquando da tentativa de aceder ao mercado de trabalho. Entre o ensino superior e o mercado de trabalho, é onde muitos deles ficam. E aqui se deparam com a necessidade de decidir se enfrentam ou não enfrentam o mercado de trabalho. O ensino superior revela-se assim, nos dias de hoje, duplamente uma oportunidade e uma fuga, onde muitos investem em altas qualificações, na expectativa de encontrar, no futuro, um emprego com remuneração de acordo com a sua expectativa e onde, em simultâneo, muitos se refugiam, como forma de escape à dura realidade do desemprego.

2.1. O contexto social, económico e demográfico

A transição para a vida adulta está aliada à independência financeira que, por sua vez, depende necessariamente da entrada no mercado de trabalho. Há já algum tempo que o modelo económico que conhecíamos parece ter entrado em falência e já desde o último quarto do século XX as taxas de desemprego na Europa têm vindo a aumentar (Guerreiro e Abrandes, 2007). De acordo com o Eurostat a taxa de desemprego na zona euro foi igual a 10,9% em Março de 2012, mais um ponto percentual do que quando comparado com os dados do período homólogo em 2011.

As condições económicas e financeiras que permitiram a prosperidade ocidental depois da II Grande Guerra estão completamente transformadas. Há uma evidente

desregulação dos mercados e o ambiente estável e previsível de então é actualmente incerto e em constante mutação. Num contexto social e económico (pós)moderno e globalizado, o mercado de trabalho tem sofrido “convulsões” (Guerreiro e Abrantes, 2007) com fortes implicações no modo como os jovens transitam para a vida adulta.

Os efeitos são sentidos de diferentes formas de país para país mas, um pouco por toda a Europa, é inegável que os modelos *tayloristas* e as formas burocratizadas do trabalho têm sido substituídos por modelos mais flexíveis e competitivos (Guerreiro e Abrantes, 2007). É assim que as sociedades outrora caracterizadas pela economia industrial, pela produção em larga escala, pelas organizações centralizadas, industrializadas e pesadas se transformam em sociedades baseadas no conhecimento e que se caracterizam pela qualificação do emprego, pela criatividade, adaptabilidade e mobilidade. É neste sentido que a mudança do paradigma técnico-económico e da nova fase de acumulação capitalista trazem consigo novos conceitos relacionados com o novo funcionamento do mercado de trabalho, entre eles, a questão da empregabilidade (Parente *et. al*, 2011). Ao mesmo tempo, assistimos ao surgimento de uma “sociedade do risco” (Adam, Beck and Van Loon, 2000; Beck, 1992), a uma Europa onde a desregulação e individualização das condições de trabalho são diversificadas mas temporárias, instáveis e inseguras.

Desde a segunda metade do século XX que “o crescimento económico abrandou, a capacidade de criação de emprego regrediu, as assimetrias entre os mais ricos e os mais pobres aumentaram” (Guerreiro e Abrantes, 2007). A adaptação a esta nova realidade surge como uma resposta das sociedades, como aconteceu em outros momentos da História, e o investimento na educação e na formação acaba por ser “uma estratégia defensiva contra o desemprego” (Pais *et al*, 2005). Apesar da média de anos de escolaridade apresentar alguns anos abaixo do ensino obrigatório, na maioria dos países em análise, a tendência é que a escolaridade dos indivíduos seja no mínimo de 15 anos, de acordo com os dados de 2011 do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (conforme Quadro 2). São também os países com maior valor de IDH aqueles onde se espera que a população invista mais na sua formação – Noruega, Suécia e Alemanha.

Quadro 2 – Índice de Desenvolvimento Humano e alguns dos seus componentes

	IDH (valor)	Esperança de vida à nascença (anos)	Média de anos de escolaridade (anos)	Anos de escolaridade esperados (anos)
Alemanha	0,905	80,4	12,2	15,9
Espanha	0,878	81,4	10,4	16,6
França	0,884	81,5	10,6	16,1
Hungria	0,816	74,4	11,1	15,3
Noruega	0,943	81,1	12,6	17,3
Portugal	0,809	79,5	7,7	15,9
R. Unido	0,863	80,2	9,3	16,1
R. Checa	0,865	77,7	12,3	15,6
Suécia	0,904	81,4	11,7	15,7

Fonte: PNUD, 2011

No entanto, a Noruega e a Suécia não são os países com maior despesa pública na educação. Em primeiro lugar a França e depois surge então a Alemanha e Portugal (Quadro 3). Portugal surge no contexto dos países com maior percentagem do PIB aplicada nas despesas com a educação, entre 2006 e 2009, mas o nível médio de escolaridade da população é bastante reduzido, fruto também da população envelhecida que o caracteriza e cuja escolaridade é bastante baixa. Portugal encontra-se também entre os países com menor PIB *per capita*, observando-se apenas na Hungria um valor mais baixo. Mais uma vez, os dados destacam o facto dos países com maior número médio de anos de escolaridade serem, simultaneamente, os países *economicamente mais favorecidos*; com excepção apenas para o Reino Unido que apresenta um dos três valores mais baixos do número médio de anos de escolaridade, uma despesa pública na educação moderada mas, mesmo assim, se encontra no topo dos países com maior PIB *per capita* (Quadro 3).

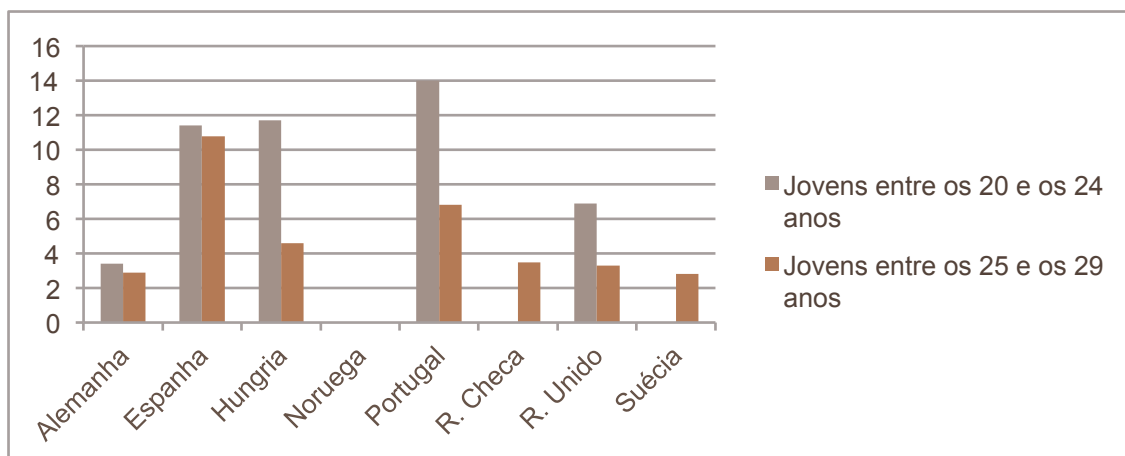
Quadro 3 – PIB per capita (USD em PPC) e despesa pública na educação (% do PIB), 2006-2009

	PIB per capita (USD em PPC)	Despesa Pública na Educação (% do PIB)
Alemanha	36,338	11,3
Espanha	32,150	9,7
França	33,674	11,7
Hungria	20,312	7,3
Noruega	56,214	9,7
Portugal	24,920	11,3
R. Unido	35,155	9,3
R. Checa	25,581	7,6
Suécia	37,377	9,9

Fonte: PNUD, 2011

Face a este contexto, na medida em que o adiamento na transição para a vida adulta se encontra directamente relacionado com as dificuldades do mercado de trabalho e com o investimento em formação como resposta àquelas dificuldades, podemos observar que, no caso dos países com maior valor de IDH, a taxa de jovens desempregados com o ensino superior (que não estavam a trabalhar) apresentava, em 2009, valores aproximados a zero (0%). A Figura 1 mostra que os jovens com ensino superior nos países melhor posicionados na classificação de IDH não passam por situações de desemprego, contrariamente ao que acontece com Portugal – que regista a taxa mais alta de jovens com ensino superior no desemprego (14% para os jovens entre os 20 e os 24 anos) – Hungria (11,7% para os jovens entre os 20 e os 24 anos) e Espanha (11,4% para os jovens entre os 20 e os 24 anos).

Figura 1 – Taxa de desemprego dos jovens com ensino superior.



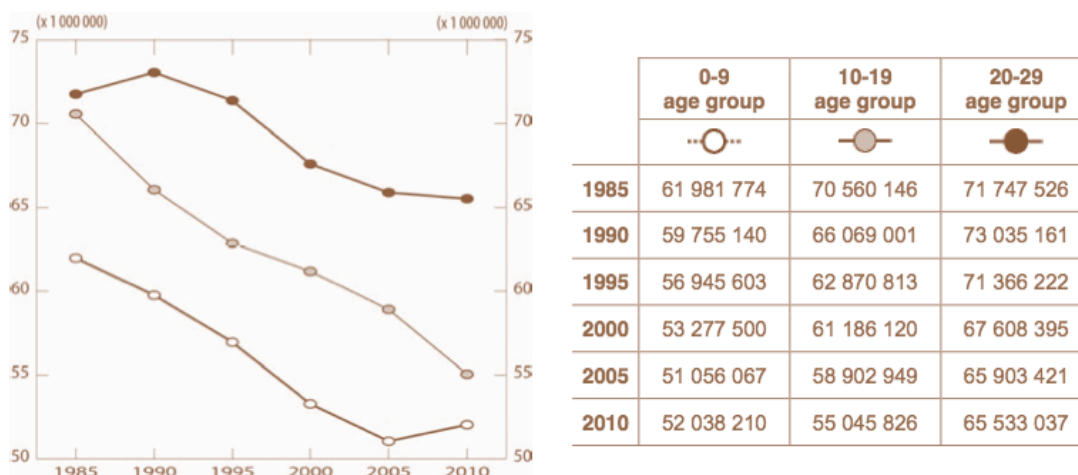
Fonte: Eurostat, 2009.

Em termos da paisagem demográfica europeia (considerando aqui enquanto *Europa* os 27 estados membros da União Europeia), assistimos a uma contração da condição juvenil (Vieira, 2011). Na Europa do Sul encontramos, actualmente, um contraste entre os vários estratos etários. Isto permite-nos classificar os países do Sul Europeu enquanto *envelhecidos*. De facto, a condição juvenil na Europa do Sul, e de forma semelhante nos outros países europeus, tem vindo a perder a sua importância relativa (Vieira, 2011), fruto do declínio no número de crianças e jovens entre os 0 e os 29 anos desde o ano de 1985.

Entre esse ano e 2010 a Europa *perdeu* 31.672.373 crianças e jovens (Figura 2), verificando-se o declínio mais significativo no grupo etário entre os 10 e os 19 anos (22%), seguindo de imediato pelo grupo entre os 0 e os 9 anos (16%) enquanto que há um declínio menor entre os jovens de 20 a 29 anos, na ordem dos 9% (Comissão Europeia, 2012). A respeito do actual número de jovens, Maria Manuel Vieira (2011) afirma que “à medida que o seu peso demográfico diminui parece aumentar a sua visibilidade social e política”, de acordo com uma perspectiva de “valor social de raridade” a que podemos associar a proporção de jovens nas populações europeias. A importância da condição juvenil tem vindo a crescer, paradoxalmente ao decréscimo do número de indivíduos entre os 0 e os 29 anos¹, e este facto manifesta visivelmente as preocupações acrescidas com estes, na medida em que os jovens de hoje são os adultos de amanhã.

¹ Para mais informações sobre o declínio da condição juvenil consultar: Eurydice (2009), *Key Data on Education in Europe* 2009. ECAEA/Eurydice: Brussels e Eurydice (2012), *Key Data on Education in Europe* 2009. ECAEA/Eurydice: Brussels.

Figura 2 – Variação na população nos grupos etários 0-9, 10-19 e 20-29 na UE-27 (1985-2010)



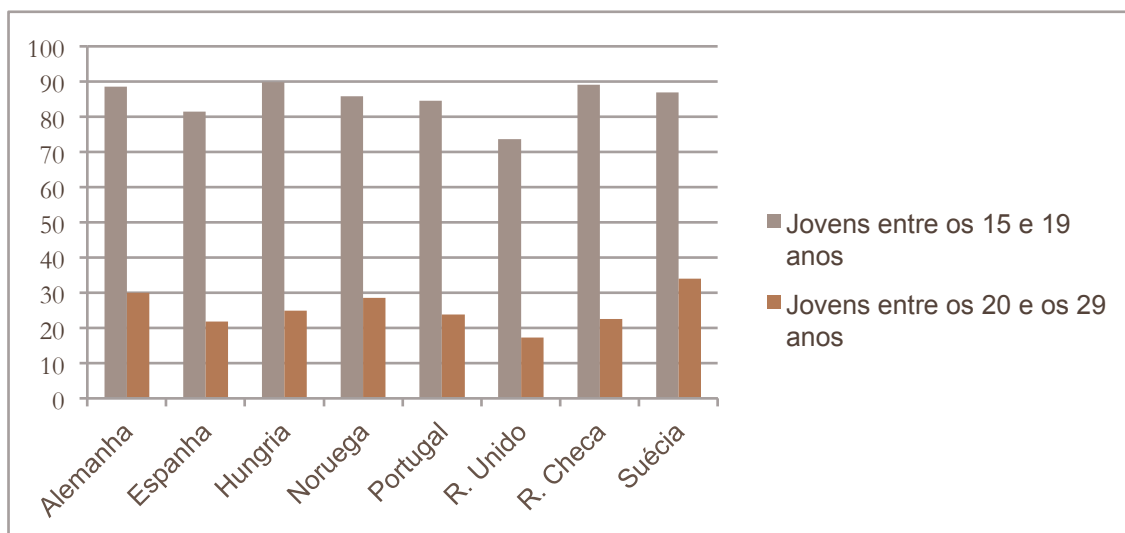
Source: Eurostat, Population statistics (data extracted July 2011).

Fonte: Comissão Europeia (2012)

2.2. O ensino superior e o papel das universidades nas sociedades europeias

Em toda a Europa o ensino superior caracteriza de forma marcante todos os sistemas de ensino, constituindo-se como um grau de ensino onde participa uma boa parte dos jovens europeus (Figura 3), dada a massificação do ensino superior.

Figura 3 – Taxa de participação no ensino superior.



Fonte: OCDE, 2011. Elaboração própria

O que o ensino superior é hoje na Europa decorre da evolução sofrida ao longo de todo o período do pós-guerra. Eventualmente, a alteração mais significativa diz respeito à chamada 'massificação' do sistema – ao contrário do sistema elitista que

vigorava na primeira metade do século XX –, na medida em que hoje a generalidade dos jovens europeus que pretendem frequentar o ensino superior têm condições para o fazer. A par do aumento do número de alunos, naturalmente também aumentou de forma significativa o número de docentes, o número e o tipo de instituições (ver Quadro 4) e instalações, bem como o financiamento associado (conforme Quadro 5). Estas alterações decorrem das novas exigências sociais (Arbo e Benneworth, 2007) associadas às transformações tecnológicas e industriais bem como ao aumento de procura de mão de obra qualificada.

Quadro 4 – Tipos de instituições de ensino superior

Países

Alemanha	Instituições universitárias: oferecem todos os níveis de ensino superior	Instituições não universitárias: oferecem cursos especializados (arte e música) e/ou profissionais (ciências aplicadas)
Espanha	Instituições universitárias: oferecem todos os níveis de ensino superior	Instituições não universitárias: oferecem cursos especializados (artes e desporto)
Hungria	Instituições universitárias: oferecem todos os níveis de ensino superior	Instituições não universitárias: apenas não conduzem trabalhos de investigação científica
Noruega	Instituições universitárias: oferecem todos os níveis de ensino superior	Instituições não universitárias: oferecem licenciaturas (colégios) e oferecem programas de doutoramento e mestrados (colégios públicos)
Portugal	Instituições universitárias: oferecem todos os níveis de ensino superior	Instituições não universitárias: apenas não oferecem o 3º ciclo de estudos superiores
R. Unido	Instituições universitárias: oferecem todos os níveis de ensino superior	Instituições não universitárias: oferecem cursos especializados (artes, design, teatro, música e agricultura)
R. Checa	Instituições públicas: sob a autoridade do Ministério da Educação, Juventude e Desporto	Instituições estatais: dependem do Ministério da Defesa e do Ministério do Interior Instituições privadas: sob a autoridade do Ministério da Educação, Juventude e Desporto
Suécia	Instituições universitárias: oferecem todos os níveis de ensino superior	Instituições não universitárias: apenas não oferecem o 3º ciclo de estudos superiores, salvo casos especiais e devidamente autorizados

Fonte: Eurydice, 2011a; 2011b; 2011c; 2010a; 2010b; 2010c; 2008; 2007. Elaboração própria

Quadro 5 – Modos de financiamento, apoio aos estudantes e propinas

Países	Bolsas	Empréstimos	Bolsas de empresas	Bolsas especiais aos mais desfavorecidos	Facilidade de materiais de estudo mais baratos	Livre de propinas
Alemanha	Existe	Existe	Existe	Existe	Não existe	Não
Espanha	Existe	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Não
Hungria	Não existe	Existe	Não existe	Existe	Não existe	Não
Noruega	Existe	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Sim
Portugal	Existe	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Não
R. Unido	Existe	Existe	Existe	Existe	Não existe	Não
R. Checa	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Sim
Suécia	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe	Existe	Sim

Fonte: Eurydice, 2011a; 2011b; 2011c; 2010a; 2010b; 2010c; 2008; 2007. Elaboração própria

Ao longo das últimas décadas, na Europa, a procura de ensino superior tem evoluído também de forma positiva, nos vários países: a par dos objectivos da política pública de ter populações com maiores níveis de educação formal e qualificação, os próprios indivíduos começaram a manifestar maior interesse na participação no sistema educativo, aos vários níveis, devido à percepção dos ganhos privados associados. Por isso, a participação nos vários graus de ensino aumentou de forma significativa, o que também potencia a maior participação no ensino superior. O ensino superior tem, assim, vindo a estar muito ligado ao conceito de desenvolvimento quer a nível individual, quer social. A evolução sentida ao nível da sociedade do conhecimento está associada à maior relevância, social e económica, dos sistemas educativos e de investigação e está fortemente correlacionada com a melhoria da capacidade competitiva da economia. A estratégia definida para a Europa, na Agenda 2000, de basear a competitividade da economia em actividades de conhecimento intensivo, mostra bem a importância do ensino superior na consolidação dos sistemas produtivos.

Na actualidade, o sistema de ensino superior na Europa procura responder a vários desafios em simultâneo, dando resposta às várias 'necessidades' sociais: por um lado, a resposta às necessidades da actividade económica e produtiva, através de desenvolvimentos tecnológicos e inovação; por outro lado, através do ensino e da formação, por via do aumento dos conhecimentos e das competências dos indivíduos. De tal forma, que alguns dos objectivos centrais das instituições de ensino superior europeias estão associados à preparação dos estudantes para o mercado de trabalho, de modo a estarem aptos para responder aos requisitos do trabalho e da sociedade: na Alemanha, as universidades devem preparar os estudantes para uma profissão, numa determinada esfera de actividade, transmitindo-lhes o conhecimento, competências e métodos científicos ou artísticos; na Espanha, as universidades têm como finalidade a preparação para os exercícios profissionais que exijam a aplicação de conhecimentos e métodos científicos; no Reino Unido, o ensino superior deve servir as necessidades de adaptação, sustentabilidade e de uma economia baseada no conhecimento; e também em Portugal, as instituições de ensino superior visam formar diplomados aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade (Eurydice, 2011a; 2011b; 2010c; 2007).

Por via das suas características intrínsecas, as universidades desempenham um papel de ligação entre os contextos globais e os territórios locais onde se inserem. Porventura, as instituições de ensino superior serão as entidades que, de forma mais eficiente, poderão interligar, o avanço no conhecimento, gerado globalmente, com as necessidades locais, às quais as universidades poderão dar resposta, consolidando verdadeiramente o conceito de 'glocal', ou seja: pensar global e agir local. Para analisar o papel das instituições de ensino superior na promoção de desenvolvimento económico, de um modo geral, e no desenvolvimento das regiões, em particular, Felsenstein (1996) propõe três formas:

- A primeira correlaciona a concentração de actividades de alta tecnologia com as localizações de factores capazes de funcionarem como indutores de um *cluster* espacial, baseado no conhecimento, na inovação tecnológica decorrente da inter-ligação entre as empresas, as instituições e as universidades.
- O segundo tipo de análise diz respeito à inserção destas instituições nos processos de crescimento económico, admitindo que estas instituições são unidades indutoras de crescimento, influenciando os mercados de trabalho

locais, a taxa de criação de novas empresas, o desenvolvimento dos serviços locais e a melhoria do capital humano, para o investimento na economia local.

- O terceiro nível de análise diz respeito aos estudos de impacto, do ponto de vista estritamente económico, destacando-se a abordagem pelo lado da procura para análise do impacto das instituições de ensino superior, baseada no cálculo do mecanismo do multiplicador Keynesiano. Os impactes analisados relacionados com os efeitos de rendimento, produto e emprego decorrem, fundamentalmente, dos gastos das instituições, dos seus funcionários e dos seus estudantes.

As universidades e outras instituições de ensino superior, produzem, assim, importantes efeitos no território, quer percebidos do lado da procura, quer do lado da oferta, aos mais diversos níveis territoriais, e mantendo a sua secular e principal característica de instituição de criação e difusão de conhecimento avançado e inovação. É nas universidades que se desenvolve a investigação e se desenvolvem serviços neste sentido. Além disso, é também nas instituições de ensino superior que se qualifica a população de acordo com as exigências do mercado de trabalho. Acrescente-se a tudo isto o ambiente criativo e social que estes espaços de formação proporcionam, potencializando os indivíduos com aquilo que se designa de 'brainpower' (Christopherson e Clark, 2010). Potencializar uma determinada população, através de valências inclusivas como a educação contribui para o desenvolvimento social (e económico, em última instância) das sociedades.

E é este o papel das universidades e do ensino superior. Ainda assim, verificamos dualidades no mercado de trabalho. Veja-se que a exigência do mercado de trabalho, que leva ao investimento individual em qualificações superiores acaba por ser um "investimento ingrato", sobretudo para os jovens. No caso particular de Portugal, há sem dúvida uma consciência da necessidade desse investimento mas a sociedade portuguesa acaba por *fazer uso* desses recursos humanos altamente qualificados. Assim, não há possibilidade de encontrar o retorno desse investimento. A dificuldade da entrada no mercado de trabalho e também na aquisição de um primeiro emprego, deixa então os jovens na tal *zona de ninguém* que já havíamos referido. Entre o ensino superior e o mercado de trabalho. Entre a consolidação de habilitações superiores a questão que se coloca é: e depois do ensino superior? O que fazer? Enfrentar as elevadas taxas de desemprego juvenil que chegam aos 35,5% (INE, 2012) para os jovens entre os 15 e os 24 anos de idade pode não ser animador. E é assim que os corredores das faculdades

se tornam, simultaneamente uma oportunidade e uma fuga. Oportunidade para os (poucos) que ainda vão conseguindo entrar no mercado de trabalho, graças ao investimento que fizeram no ensino superior. Fuga para os que não chegam a enfrentar o mercado de trabalho e para os quais a solução é muitas vezes continuar os estudos. Primeiro para um mestrado, depois uma e outra pós-graduação... E assim se evita o desmotivador mercado de trabalho.

2.3. E depois do ensino superior? Enfrentar ou não enfrentar o mercado de trabalho

“Should I stay or should I go?”, é assim que Francesco Billari e Aart Liefbroer (2007) começam o seu artigo sobre o impacto das normas de idade na saída dos jovens de casa dos pais. E acrescentam que a este evento, que normalmente permite que sociológica e demograficamente se diga que um indivíduo está a tornar-se adulto, é necessário acrescentar-se o facto desse mesmo indivíduo ter terminado os estudos, ter um trabalho fixo e ser financeiramente autónomo. Assim, estaremos mais próximos de um indivíduo com o estatuto de adulto.

De facto não podemos dissociar estes eventos. Conquistarem-se os primeiros momentos da entrada na vida adulta não é algo que se faça de forma simples, visto que os marcadores de passagem estão cada vez mais articulados entre si, surgindo muitas vezes em simultâneo. E por este motivo, tal como Billari e Liefbroer (2007) aplicaram a expressão que dá título à música dos “The Clash”, perguntamos agora o mesmo. Ou melhor, muitos jovens se confrontam com uma questão equivalente: devo ficar ou devo ir? E aplicamos isto à saída de casa dos pais mas, dada a conjuntura actual, aplicamos isto de forma ainda mais urgente à situação de confronto dos jovens com o mercado de trabalho. Enfrentar ou não enfrentar o mercado de trabalho? Esta é a questão que se coloca.

Se aliarmos as taxas de desemprego e as dificuldades de encontrar um trabalho permanente à importância crescente que se atribui à educação, o facto de continuar os estudos para além do ensino obrigatório ou mesmo a opção por cursos pós-graduados revela-se uma estratégia defensiva perante as dificuldades de inserção profissional (Pais et al., 2005). O “refúgio no prolongamento das trajectórias escolares” (Pais et. al, 2005: 119) acaba por ser uma forma de escape à realidade dura do desemprego. Concluído o ensino superior, os jovens europeus têm à sua espera, na melhor das hipóteses, “formas atípicas de emprego”, ou seja, empregos com contrato de duração

determinada ou a prazo, empregos de substituição, empregos intermitentes ou em regime de subcontratação sem contrato efectivo (Oliveira et. al., 2011). Têm, portanto, ao abandonar o sistema de ensino, aquilo que se designa de trabalho precário ou em alternativa... o desemprego. Nem uma nem outra opção é propriamente satisfatória. Face a esta dualidade, a solução é muitas vezes continuar os estudos. E o ensino superior deixa de ser apenas a procura por oportunidades de uma vida melhor, e passa a revelar-se uma *fuga*.

Depois do ensino superior já não há “emprego para toda a vida”, sendo cada vez mais difícil encontrar um emprego permanente (Smithson et. al., 1998; Pais et. al. 2005). Um pouco por toda a Europa o mercado de trabalho revela-se difícil, incerto e instável. E como consequência disto as expectativas que os jovens de hoje têm de ter, de forma mais ou menos *imposta* pelas novas características socioeconómicas, é necessariamente bastante distinta daquelas que as gerações anteriores tinham. Na Europa (em particular no Sul Europeu) os jovens encontram-se a trabalhar, muitos deles em situações precárias, ou a estudar, tendo em consideração que não há evidência de uma articulação entre os dois sistemas. E por outro lado, encontram-se ainda os jovens que nem trabalham nem estudam (Parente et. al., 2011).

Depois do ensino superior já nem podemos encontrar a expectável estabilidade e segurança que leva alguns jovens a percorrer os caminhos universitários. José Machado Pais e outros (2005: 113) referem-se a uma “geração ioiô” metaforizando os processos de ida e vinda entre o sistema educativo e o mercado de trabalho. O jovem de hoje, depois do ensino superior, oscila entre estágios, cursos, empregos precários, desempregos e *deambula* na instabilidade da sociedade contemporânea. Para cada vez mais jovens a transição para a vida adulta, por meio da entrada no mercado de trabalho através de um emprego relativamente estável e que lhe garanta autonomia financeira, “passa por um período relativamente longo de indeterminação de estatuto” (Pais, 2003: 295). Independentemente do momento em que conclui o ensino superior e do tipo de diploma que tenha conseguido obter (pré ou pós Bolonha), de acordo com José Machado Pais (2003) existe um número significativo de jovens que passa por um período de interregno entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho.

Os jovens ficam, verdadeiramente, numa situação de *stand-by*², à espera. Na teoria sociológica encontramos duas teses que nos permitem compreender, à luz de dois pontos de vista distintos, esse intervalo de tempo em que os jovens vão esperando pela entrada no mercado de trabalho. Encontramos pois em primeiro lugar “uma tese estruturalista que não leva em conta as atitudes dos jovens perante o trabalho e o emprego e as suas estratégias específicas de inserção profissional” (Pais, 2003: 295) – a tese da *inadequação da escola ao mercado de trabalho*. E encontramos também a tese da *alergia dos jovens ao mercado de trabalho*. Tanto uma tese como a outra têm contido em si um abuso de generalização, como aliás a sua própria denominação nos indica. Em ambas as teorias os jovens são considerados como um todo homogéneo e como já vimos na Parte I desta dissertação a condição juvenil é demasiado complexa para se resumir a tal agrupamento de todos os jovens como um só.

Neste sentido destacamos alguns estudos (Pais, 2003; Pais et. al., 2005; Kugelberg, 1998; Nielson, 1998; Parente et. al., 2011; Smithson et. al. 1998;) que analisaram as *reações diferenciadas dos jovens* (Pais, 2003) em relação ao mercado de trabalho. Esta *nova tese*, sugerida por José Machado Pais (2003) vai no sentido de indicar que há entre os jovens uma certa consciencialização de realização individualista onde a obtenção de um emprego se associa, teoricamente mas também em termos práticos, ao esforço e à realização pessoal. Por outro lado, o mesmo autor indica que, nesta tese, existe outro conjunto de jovens para os quais o emprego é uma “fonte de satisfação meramente instrumental” (Pais, 2003: 298).

Os jovens de hoje continuam a estudar porque, apesar das difíceis circunstâncias que advêm do contexto económico e do mercado de trabalho, querem “ter oportunidades de escolha” e “ter liberdade para fazer as coisas” (Nielson, 1998: 68; 66). Assumem querer uma vida bastante diferente dos pais (Nielson, 1998), mas ao mesmo tempo querem ter um emprego fixo que lhes dê autonomia e condições para uma vida melhor (Nielson, 1998; Kugelberg, 1998; Smithson et. al., 2011). Ao mesmo tempo, em todos os estudos que mencionamos os jovens referem-se ao problema da

² Curiosamente, os sinónimos que os dicionários da Porto Editora nos sugere para a expressão “*stand-by*” vão de encontro a duas situações: por um lado, de forma depreciativa, no sentido de “ficar de braços cruzados; ficar parado; não fazer nada” mas por outro lado no sentido de “estar preparado; estar pronto; estar alerta”
(Fonte: <http://www.infopedia.pt/pesquisa.jsp?qsFiltro=0&qsExpr=stand+by>)

estabilidade. De facto, estes estudos apontam para a procura por parte dos jovens entrevistados de empregos fixos e estáveis, ainda que saibam, de antemão, que são praticamente inexistentes.

O que está por trás disto é uma consciencialização da importância que tem a aquisição de um emprego que permita a autonomia financeira aos jovens. Sem a entrada e manutenção no mercado de trabalho os jovens não conseguem reunir condições para sair de casa dos pais, para viverem sós ou com alguém com o qual possam constituir uma família. Sinteticamente, sem a entrada no mercado de trabalho, os jovens não reúnem condições para planear a médio ou longo prazo a sua vida. Tornar-se adulto é um processo cada vez mais complexo, à imagem da sociedade contemporânea. Importa pois estudar como é feita a transição dos jovens para a vida adulta, assim como compreender a influência que a participação no ensino superior pode ter na entrada no mercado de trabalho. Importa compreender que diferenças existem entre os jovens que, como vimos, são necessariamente diferentes na sua condição juvenil e de certo modo importa compreender o papel que a sociedade contemporânea tem na transição dos jovens para a adultícia.

Capítulo 3

Objecto, metodologia e procedimentos

3.1. Objecto e objectivos: questões e reflexões

O estudo da juventude tem vindo a ser uma das preocupações de investigação nas últimas décadas e várias têm vindo a ser os estudos sobre as mais diversas temáticas às quais se associa a condição juvenil, desde as identidades e culturas, valores e representações sociais, trajectos escolares e sociais (Guerreiro e Abrantes, 2007; Pais, 1993).

O fenómeno do prolongamento da escolaridade obrigatória e as recentes convulsões no mercado de trabalho contribuíram para a construção de novas situações na sociedade contemporânea. Estudar mais tempo, significa estar apto para entrar no mercado de trabalho mais tarde; em simultâneo, as elevadas taxas de desemprego entre os jovens significam que estes terão dificuldades em encontrar emprego e não ter emprego significa não ser financeiramente autónomo. E a partir daqui encontramos uma cadeia de eventos que se sucedem e que afectam todo o curso de vida dos indivíduos da Europa contemporânea. Vejamos: não ser autónomo, significa que os indivíduos não reúnem condições para sair de casa dos pais e mesmo que coabitem com alguém (sem sair de casa dos pais), sustentar um ou mais filhos é impossível, ou pelo menos muito complicado. Assim, o nascimento do primeiro filho é adiado. Deste modo adiar a entrada na vida adulta é uma das causas que contribui para a transformação do curso de vida nas sociedades actuais, marcadamente envelhecidas.

Sabemos que as sociedades estão em constante mutação. Mudam de geração para geração e ao longo dos tempos. Variam também no espaço. Por todos estes motivos importa, principalmente em momentos de tão acentuada e visível mudança como os que se vivem na Europa dos nossos dias, compreender essas transformações, que se ao longo dos anos já se tornam significativas, mais relevância têm ainda se captarmos, comparativamente, as semelhanças e/ou diferenças entre as sociedades. Billari e Wilson (2001) referiram a necessidade de mais estudos comparativos sobre a transição para a vida adulta, tendo em consideração que até ao momento a análise individual tem sido a norma. Emerge daqui, em primeiro lugar, uma *motivação científica*, se assim a posso designar.

Esta motivação de cariz científico é reforçada pelo enquadramento que esta dissertação tem no projecto de investigação “(Re)definição de uma rede de Ensino Superior em Portugal: desafios decorrentes da demografia, do crescimento económico e

da coesão regional” (PTDC/CPE-PEC/103727/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Em 1959, Charles Wright Mills escreveu que “é melhor começar, creio, lembrando os principiantes que os pensadores mais admiráveis dentro da comunidade intelectual que escolheram não separar o seu trabalho das suas vidas” (2000:195). Acrescenta-se pois ainda uma *motivação pessoal* tendo em conta que a temática da transição para a vida adulta se situa nas minhas áreas de interesse pessoal.

Neste enquadramento foi escolhido como objecto de estudo os comportamentos dos jovens que frequentaram o ensino superior europeu contemporâneo na transição para a vida adulta. E desde cedo se levantaram algumas questões e outras reflexões que orientaram o trabalho que nesta dissertação foi desenvolvido. Quais são as principais diferenças sociais e demográficas dos países europeus? Quais as diferenças de género e de coorte na transição para a vida adulta? Será que os diferentes países europeus apresentam algumas especificidades entre si ou seguirão tendências evolutivas semelhantes no que diz respeito à transição para a vida adulta? Em que medida a sociedade facilita ou inibe a ordem cronológica dos acontecimentos que marcam a vida adulta? Como é que os jovens percebem o impacto que a sua frequência no ensino superior pode ter na aquisição do primeiro emprego?

Destas questões, surge uma principal, a pergunta de partida: como é que o contexto social, económico e demográfico dos países europeus, e a frequência do ensino superior, contribuem ou não para ‘novos’ comportamentos dos jovens na transição para a vida adulta? De modo a responder às preocupações sociológicas que se levantam em relação ao modo como os jovens transitam para a vida adulta e com a finalidade de dar resposta à pergunta de partida foi traçado um objectivo geral para a presente investigação. Esse objectivo principal é o de compreender como é que o contexto social, económico e demográfico dos países europeus, e a frequência do ensino superior, contribuem ou não para ‘novos’ comportamentos dos jovens na transição para a vida adulta.

Com a finalidade de alcançar o objectivo central foram ainda estabelecidos, de forma específica e complementar, outros objectivos: a) identificar as principais características sociais e demográficas dos países europeus, b) descrever as diferenças de género e coorte na transição para a vida adulta, c) compreender se os diferentes países europeus apresentam algumas especificidades entre si ou se seguem tendências evolutivas semelhantes no que diz respeito à transição para a vida adulta, d)

compreender em que medida a sociedade facilita ou inibe a ordem cronológica dos acontecimentos que marcam a vida adulta, e) compreender como é que os jovens percebem o impacto que a sua frequência no ensino superior pode ter na aquisição do primeiro emprego.

Os modos de transição para a vida adulta têm não só sido adiados como deixaram de corresponder a um conjunto previsível de marcas de passagem, bem delimitadas entre si. Para cada jovem pode existir um modo de se tornar adulto e isto é o reflexo da diversidade de transições para a vida adulta. Entre a anomia que a sociedade muitas vezes associa aos jovens está um campo aberto de escolhas, oportunidades, decisões e combinações de experiências (Guerreiro e Abrantes, 2007). Entender a diversidade das sociedades é um dos propósitos da Sociologia. Mas já nos dizia Émile Durkheim (1895 [2010:122]) que “quando tentamos explicar um fenómeno social, devemos investigar separadamente a causa eficiente que o produz e a função que ele desempenha”. Para compreender a transição dos jovens para a idade adulta separamos, para efeitos de estudo, os vários aspectos que a compõem.

Seria inviável, tendo em conta as condicionantes de *tempo* que são dissociáveis de qualquer investigação, estudar em profundidade todos os eventos que marcam a entrada na vida adulta – deixar o sistema de ensino, arranjar um emprego, deixar a casa dos pais, casar e ter filhos (Billari and Liefbroer, 2010; Billari and Wilson, 2001; Ferreira e Nunes, 2010; Pais, 2009; 2010; Pappámikail, 2009; Picoito, 2007; Wall, 2001; Kugelberg, 1998; Guerreiro e Abrantes, 2007). Assim escolhemos estudar, em alguns países europeus, a entrada dos jovens no mercado de trabalho e a influência que a participação no ensino superior pode ter neste acontecimento do qual, em termos latos, depende toda a transformação do jovem em adulto.

Acrescentamos a esta ideia que a complexidade dos estudos comparativos, como aquele a que nos propomos, pode ser uma das razões para um maior número de análises individuais desta temática. Efectivamente, as diferenças entre os países, quer a nível social, demográfico ou económico, e no caso particular do presente estudo, a variedade de modelos de sistemas de ensino superior podem dificultar a análise de um fenómeno – a transição para a idade adulta – que por si já é deveras complexo. Por este motivo, foram tomadas algumas opções metodológicas no sentido de procurar minimizar este efeito.

3.2. Opções metodológicas: desenho da pesquisa e sua aplicação

Tendo em conta os objectivos que traçamos para a presente investigação escolhemos um caminho metodológico de natureza explicativa, transversal e quantitativa. O desenho da pesquisa foi realizado em dois momentos distintos: um primeiro onde recorreremos a técnicas de análise descritiva univariada e bivariada através do *software* estatístico *PASW (Predictive Analytics SoftWare, Statistics 18)*, e um segundo momento onde através de técnicas estatísticas de regressão logística, construímos um modelo explicativo, através da utilização do *software* “R” (2012, *The R Foundation for Statistical Computing*, versão 2.15.0), usando Modelos Lineares Generalizados que auxiliam na compreensão e explicação dos factores responsáveis pela influência da entrada dos jovens no mercado de trabalho e, por consequência, na idade adulta.

Depois de desenhado o caminho metodológico a percorrer foi necessário tomar outro tipo de decisões, por um lado relacionadas com os países que escolheríamos para a análise comparativa desta dissertação e, por outro lado, no que diz respeito aos dados e variáveis a utilizar. Já no âmbito do projecto de investigação onde esta dissertação se insere tinha sido feita uma selecção de países, pelo interesse que tinham para o desenvolvimento do projecto e pela acessibilidade dos dados. Então, nesse sentido, foram criados cinco grandes grupos de países: mediterrânico (Portugal, Espanha, Itália e Grécia), nórdico (Suécia, Noruega e Finlândia), centro-oriental (República Checa e Hungria), ocidental (Alemanha, Áustria e Holanda) e britânico (Reino Unido).

Contudo, a opção pelos países que efectivamente estudámos ficou dependente da disponibilidade de dados sobre eles. Assim sendo, ao longo da investigação não foi possível fazer a análise de todos estes países, chegando-se a um grupo final de países que contribuíram para o nosso estudo, sendo eles: a Alemanha, a Espanha, a França, a Hungria, a Noruega, Portugal, o Reino Unido, a República Checa e a Suécia. Os dados utilizados que sustentaram as duas fases da pesquisa correspondem aos dados mais actuais no momento da sua recolha disponibilizados através do *European Social Survey*³, aplicado a várias amostras representativas de indivíduos dos países europeus.

³ O *European Social Survey* é um questionário direccionado para a pesquisa académica, fundado em 2001, e cujo principal objectivo é “reunir dados sobre a mudança de valores, atitudes, atributos e padrões de comportamento” dos países europeus. As bases de dados são de livre

No primeiro momento da pesquisa fizemos uma análise descritiva univariada e bivariada de algumas das várias variáveis disponibilizadas pelo inquérito, transformando-as, na maioria dos casos, em variáveis dicotómicas; o que nos permitiu aperfeiçoar a nossas hipóteses de partida. Foram utilizadas variáveis que respeitam à duração do nível de escolaridade dos indivíduos (como o nível mais elevado de educação e o número de anos de ensino a tempo inteiro completos) e outras relacionadas com o emprego e atitudes perante o trabalho (como a variável alguma vez teve um emprego pago, a opinião sobre a necessidade de um indivíduo ter educação além da obrigatória para se candidatar ao emprego, o número de anos de educação além da obrigatória necessária para se candidatar a esse emprego, a opinião sobre quão difícil ou fácil é encontrar um emprego equivalente ou melhor do que aquele que tem e ainda a importância da segurança, a importância do salário elevado e a importância da oferta de boas oportunidades de formação na escolha de um emprego).

A partir do vasto conjunto de variáveis, nesta primeira fase da pesquisa começámos por caracterizar a amostra em estudo e, de seguida, procuramos descrever as diferenças e/ou semelhanças na transição para a vida adulta sob a perspectiva do contexto geográfico, do género e, por fim, da idade. Foi esta análise, mais descritiva e de certo modo de carácter exploratório que nos lançou pistas para o segundo momento da investigação. Assim, através de técnicas estatísticas de regressão logística, procedemos à construção de modelo explicativo (Modelo Linear Generalizado) dos factores que nos ajudem a explicar o que potencialmente pode influenciar a entrada no mercado de trabalho.

A aplicação deste segundo momento da pesquisa passou por várias etapas. Antes de mais foram seleccionadas várias variáveis que julgámos que poderiam explicar o efeito na variável resposta, ou seja, na variável que procuramos explicar. De seguida começamos a modelação dessas mesmas variáveis, sempre em função da variável resposta, dicotomizada. A primeira etapa corresponde à análise univariada de cada variável seleccionada para a modelação. Nesta fase analisámos a significância de cada variável através de modelos logísticos univariados, como a própria denominação por si já indica, o que nos permitiu agregar algumas categorias e excluir algumas variáveis que não se relevaram significativas para o modelo. Assim, apenas as variáveis

acesso e estão disponibilizadas em <http://www.europeansocialsurvey.org/>. A versão dos dados utilizada neste estudo é a ESS5-2010 Edição 1.0, lançada a 26/10/2011.

com um *valor p* inferior a 0,25 e as importantes no contexto foram seleccionadas para a segunda fase da modelação: a análise multivariada.

Nesta segunda etapa foi realizada a análise multivariada das variáveis que se manifestaram significativas para o modelo. Na etapa multivariada as variáveis que não contribuírem para o modelo, ou seja, as que apresentarem um *valor p* superior a 0,10, foram excluídas do modelo. Estimou-se então outro modelo que se comparou com o modelo anterior, utilizando o teste de razão de verosimilhanças, onde os coeficientes estimados para cada modelo devem ser comparados. Este processo de exclusão de variáveis continuou até que todas as variáveis importantes para a explicação da variável resposta estivessem incluídas no modelo e que todas as variáveis excluídas fossem contextualmente e/ou estatisticamente não significativas. Cada variável não seleccionada no modelo inicial deve também ser incluída no final da etapa multivariada, tendo em conta que, individualmente podem não ser significativa mas, no conjunto, ter uma importante contribuição para o modelo.

A terceira etapa de modelação consistiu na observação cuidadosa de cada variável (ou seja, para o caso das variáveis do tipo categórico deve-se ter sempre em consideração o número de casos em cada categoria de modo a que nenhuma apresente um número de casos demasiado reduzido). E, ao mesmo tempo, deve-se garantir o pressuposto da linearidade das variáveis contínuas. Assim, depois de construído o modelo e garantidos os pressupostos, seguiu-se a quarta etapa de modelação onde se procuram interações entre as variáveis (até um nível de significância de 5%) com a finalidade de melhorar o grau de explicação do modelo.

A última etapa de modelação consistiu em avaliar o modelo final ajustado, através da análise de resíduos mas também da análise da bondade e de ajustamento desse modelo, através do teste de Hosmer-Lemeshow. Ainda na avaliação do modelo deve-se analisar a capacidade discriminativa do modelo, recorrendo à Curva ROC (*Receiver Operating Characteristic*).

As opções metodológicas que fizemos e que acabámos de descrever permitiram não só fazer uma clara caracterização dos jovens europeus perante o mercado de trabalho mas também nos permitiu identificar um conjunto de factores que contribuem para o facto desses mesmos jovens terem ou não terem um emprego. Em última instância, com esta estratégia metodológica, foi possível estabelecer um perfil do jovem europeu com emprego, dando uma resposta muito clara e cientificamente baseada ao objectivo principal que está associado à presente dissertação, no sentido de

compreender a influência do contexto social, económico e demográfico, assim como a da participação no ensino superior, na transição dos jovens europeus para a vida adulta.

PARTE II

Tornar-se adulto: entre o ensino superior e o mercado de trabalho

(...)

Foi assim que, aos seis anos de idade, desisti de uma brilhante carreira de pintor. O insucesso do meu desenho número 1 e do meu desenho número 2 fez-me desanimar. As pessoas grandes nunca compreendem nada sozinhas, e é cansativo, para as crianças, terem sempre, sempre, de lhes dar explicações. Tive, por isso, que escolher outra profissão, e aprendi a pilotar aviões.

A. Saint-Exupéry (1943 [1996]), *O Príncipezinho*

Capítulo 4

Juventude e vida adulta, entre o género, as gerações e o contexto geográfico

Este capítulo está organizado de modo a dar resposta a algumas questões essenciais levantadas no início da presente dissertação: Será que os diferentes países europeus apresentam algumas especificidades entre si ou, pelo contrário, seguirão tendências evolutivas semelhantes no que diz respeito ao modo como os jovens se tornam adultos? Como é que os jovens percebem o impacto que a sua frequência no ensino superior pode ter na aquisição do primeiro emprego? E quais são as diferenças de género na transição para a vida adulta? E que diferenças de coorte existem?

Dar resposta a estas questões implica *mergulhar* na essência da Sociologia. E o nosso objectivo não é diferente do de Marx, Durkheim, Weber, Goffman ou Becker. Tal como estes clássicos, referências inigualáveis para a Sociologia, pretendemos compreender a sociedade do nosso tempo de modo a esclarecer algumas questões e levantar novos debates sobre o nosso objecto, na expectativa de contribuir para a compreensão da sociedade e, em particular, do nosso objecto de estudo – a transição dos jovens para a vida adulta. E para isso há que identificar e descrever os aspectos que estão em redor do nosso objecto, há que clarifica-lo. No fundo isto foi o que fizemos na Parte I do nosso trabalho. Mas a Sociologia não se fica por aqui. A Sociologia é compreensiva. É mais que um conjunto de peças que constituem o todo do *puzzle*. Essas peças devem antes ser vistas como um conjunto de gotas de água que apenas no conjunto podem compor o vasto oceano. É o que pretendemos fazer aqui. Separar, para efeitos de estudo, cada parte que compõe o fenómeno da entrada dos jovens na vida adulta, ou, mais especificamente, no mercado de trabalho. Propomo-nos observar este fenómeno sob vários olhares e diferentes perspectivas. Primeiro com a lupa do contexto geográfico, depois com a do género, de ser homem ou mulher e, por fim, com a da idade. E o oceano do nosso estudo ficará completo, quando reunirmos cada parte num conjunto que nos aponte para uma resposta mais esclarecedora sobre o que é ser jovem e o que é ser adulto, aos olhos destes três aspectos.

Para alcançarmos essa resposta faremos uso dos dados recolhidos pelo *European Social Survey* (ESS Round 5, 2010). Para explorar os dados com o objectivo de identificar indicadores que poderão ajudar a explicar a relação entre contexto social e económico, frequência do ensino superior e a transição para a vida adulta na Europa começou-se por uma análise descritiva dos dados inicialmente através de uma análise

univariada e numa segunda fase uma análise bivariada, através de medidas de associação.

4.1. Caracterização dos jovens em estudo

Dado o enquadramento desta dissertação num projecto mais vasto onde estão a ser estudados alguns países europeus (Quadro 6), entre os quais a Alemanha, a Espanha, a França, a Hungria, a Noruega, Portugal, o Reino Unido, a República Checa e a Suécia, seleccionámos os mesmos países e os indivíduos neles residentes cujas idades se situavam entre os 17 e os 31 anos, tendo em conta que este é o intervalo de idades onde a literatura aponta que é feita a transição para a vida adulta (Schizzerotto e Lucchini, 2002). Foi inquirido um total de 3739 indivíduos, dos países mencionadas e cujo intervalo de idades era o atrás referido.

Quadro 6 – Frequências e percentagens da distribuição dos indivíduos pelos países

Países	Frequência	Percentagem
Alemanha	3031	16,6%
Espanha	1885	10,4%
França	1728	9,5%
Hungria	1561	8,6%
Noruega	1548	8,5%
Portugal	2150	11,8%
Reino Unido	2422	13,3%
República Checa	2386	13,1%
Suécia	1500	8,2%

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

No momento da aplicação do questionário, no conjunto dos países, a maioria dos indivíduos tem 31 anos (moda) ainda que a idade mediana sejam os 24 anos. Analisando cada país de forma individual verificamos que a idade mais frequente variava entre os 17 e os 31, mas a idade mediana, por sua vez, encontrava-se entre os 27 e os 29. A Alemanha e a Suécia são os países com maior número de indivíduos mais novos, com respectivos valores modais de 17 e 19 anos, enquanto que no caso da Espanha e do Reino Unido a idade mais frequente – 31 anos – corresponde ao valor mais elevado do conjunto de países (ver Quadro 7).

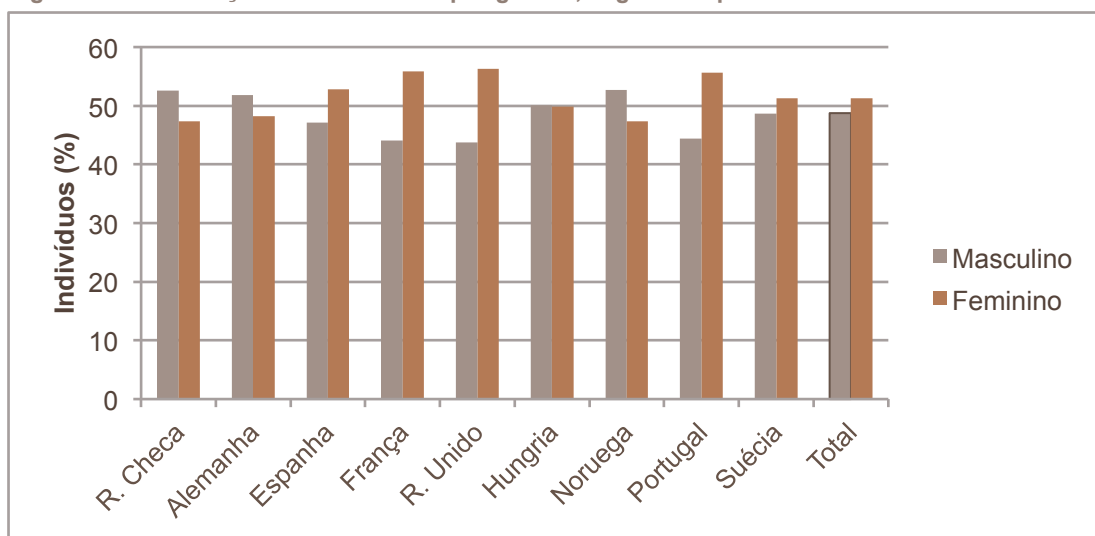
Quadro 7 – Média, mediana e moda das idades aproximadas (com base no ano de nascimento)

Países	Média	Mediana	Moda
Alemanha	24	23	17
Espanha	24	25	31
França	24	24	28
Hungria	24	24	20
Noruega	24	24	29
Portugal	24	24	28
R. Unido	25	25	31
R.Checa	25	25	29
Suécia	23	23	19
Total	24	24	31

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Foi inquirido um conjunto de 3739 indivíduos. Quanto ao género, a percentagem de indivíduos do género masculino e a percentagem de indivíduos do género feminino é, na maioria dos países, muito semelhante, no sentido do que acontece com a amostra total com todos os países reunidos, em que 51% são mulheres e 49 são homens (Figura 4). Apenas na República Checa, na Alemanha e na Noruega existem mais homens do que mulheres, nesta amostra, enquanto que na Hungria a diferença entre os género é praticamente inexistente.

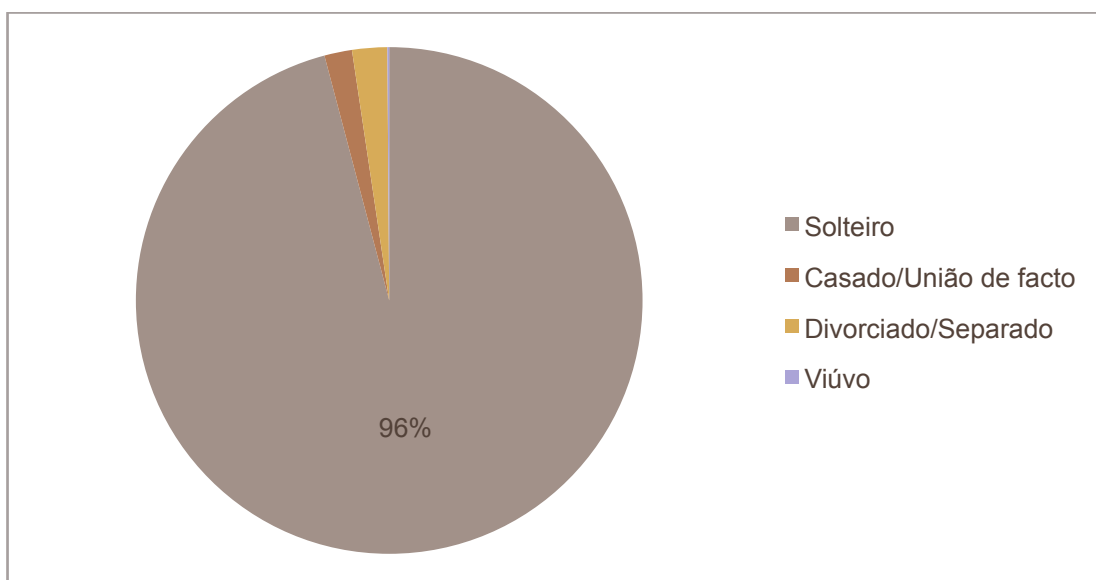
Figura 4 – Distribuição dos indivíduos por género, segundo o país



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Uma esmagadora maioria dos jovens inquiridos são solteiros (ver Figura 5), possivelmente derivado ao intervalo de idades que estamos a analisar – entre os 17 e os 31 anos de idade. Ainda assim encontramos alguns jovens que estão casados ou que vivem em união de facto (aproximadamente 1,5%, que corresponde a 57 casos), que são divorciados ou que estão separados (na ordem dos 1,9% ou 71 casos) e ainda 3 indivíduos (0,1%) que são viúvos. A distribuição dos jovens segundo o estado civil é idêntico para cada país.

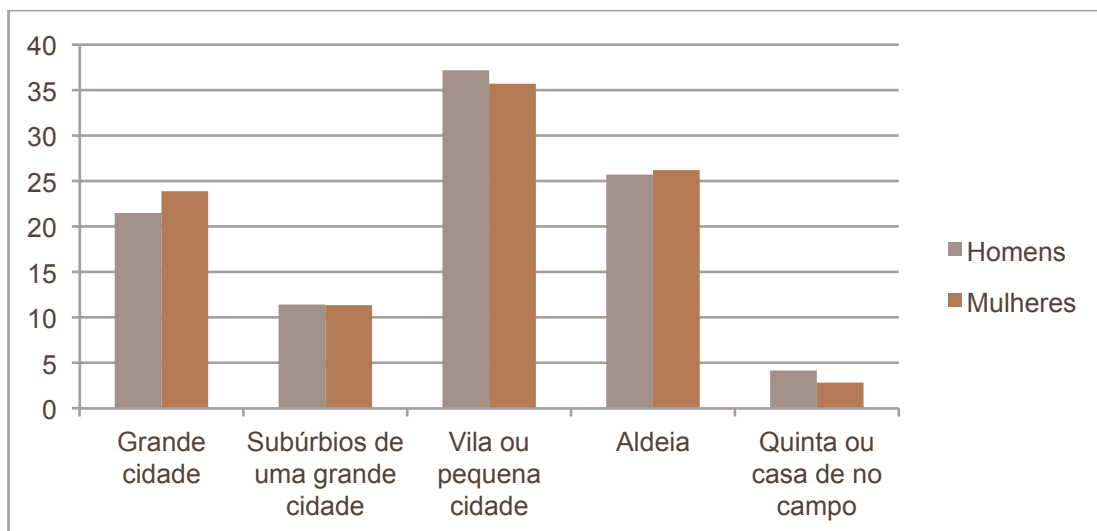
Figura 5 – Estado civil dos jovens inquiridos (todos os países)



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

No que diz respeito à zona de residência dos jovens inquiridos observamos na Figura 6 que tanto os indivíduos do género masculino (37%) como os indivíduos do género feminino (36%) se concentram mais em vilas ou em pequenas cidades. A segunda zona de residência com maior percentagem de jovens, para a amostra que estamos a analisar, corresponde à *aldeia* (aí vivem 26% dos homens e 26% das mulheres que responderam ao inquérito). A opção *grande cidade* surge só depois, onde se concentram 22% dos homens e 24% das mulheres. Verifica-se uma menor percentagem de indivíduos a residirem em quintas ou casas no campo, tanto no caso dos homens como das mulheres respectivamente 4% e 3%.

Figura 6 – Zona de residência dos jovens inquiridos, segundo o género



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Na escolha das variáveis de caracterização dos jovens que estamos a estudar achámos pertinente considerar um último aspecto que nos permite responder ao objectivo central que nos propusemos cumprir: a situação dos jovens perante o ensino superior.

De entre os jovens que estamos a estudar a maioria (79,1%) apenas tem, no máximo, um curso pós-secundário, conforme mostra o Quadro 8. O número de indivíduos com cursos superiores é sempre inferior a 50%, independentemente do país em análise. Destacam-se com a maior percentagem de jovens com o ensino superior os franceses (33,7%), os britânicos (31,8%) e os noruegueses (28,1%), apresentando a República Checa (11%) e a Alemanha (12,4%) as menores percentagens de jovens com o ensino superior. Portugal encontra-se numa situação intermédia com 16,7% dos jovens, entre os 17 e os 31 anos, com um curso superior, algo distante da vizinha Espanha, com 26,8%, mas próximo da Hungria (16,5%) e da Suécia (17,8%).

Quadro 8 – Percentagens de indivíduos por nível máximo de nível de educação e por situação perante o ensino superior (%)

Países	1º e/ou 2º ciclos do ensino superior		3º Ciclo do ensino superior	Ensino secundário ⁴	Outro nível de educação não superior	Ensino secundário e outro não superior	Ensino superior
Alemanha	12,2	0,2	87,5	0,2	87,6	12,4	
Espanha	26,5	0,2	73,3	0,0	73,2	26,8	
França	33,0	0,6	66,3	0,0	66,3	33,7	
Hungria	16,5	0,0	83,5	0,0	83,5	16,5	
Noruega	27,8	0,3	71,6	0,3	71,9	28,1	
Portugal	16,9	0,0	83,1	0,0	83,1	16,9	
R. Unido	30,9	0,2	66,9	2,0	68,2	31,8	
R. Checa	11,0	0,0	89,0	0,0	89,0	11,0	

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Uma análise aprofundada dá-nos uma perspectiva mais próxima da realidade das durações dos períodos de estudo dos jovens quando analisamos o número de anos já completados. A diferenciação entre o nível de educação que um jovem tem e o número de anos que já concluiu é fundamental: um jovem que está, por exemplo, no terceiro ano do primeiro ciclo (ou caso tenha concluído 14 anos de estudo completos), está no ensino superior ou pelo menos passou pelo ensino superior; quando avaliamos o nível de educação mais elevado, este mesmo jovem tem, no máximo, um curso pós-secundário sendo de imediato excluído do grupo de jovens com frequência do ensino superior.

O interesse deste estudo, mais do que apurar os comportamentos nas transições para a vida adulta de jovens que tenham concluído um curso superior, é tentar compreender qual a influência da participação no ensino superior nesses comportamentos. Assim, o alvo do nosso estudo não é apenas constituído por jovens graduados mas igualmente pelos jovens que ainda estão a frequentar o ensino superior.

Ao agregarmos a totalidade de anos que correspondem a cursos de ensino superior (ou seja, se aos cursos de primeiro e segundo ciclos adicionarmos os

⁴ Enquadram-se aqui todos os indivíduos desde aqueles que não tenham completado o nível ISCED 1 até aos que concluíram o nível vocacional ISCED 4A, para acesso ao ensino superior.

programas de doutoramento e aprendizagem ao longo da vida) a Espanha surge destacada, com mais de 70% dos jovens com 13 ou mais anos de ensino completos (ver Quadro 9).

Quadro 9 – Jovens por número de anos de ensino completos (%).

Países	Até 12 anos	Entre 13 e 17 anos	18 ou mais anos	13 ou mais anos
Alemanha	42,2	49,2	8,5	57,7
Espanha	29,9	47,7	22,4	70,1
França	30,3	59,6	10,2	69,8
Hungria	49,6	43,7	6,7	50,4
Noruega	37,5	54,2	8,3	62,5
Portugal	72,4	24,0	3,6	27,6
R. Unido	33,0	53,9	13,1	67
R. Checa	48,1	47,7	4,2	51,9
Suécia	54,3	42,8	2,9	45,7
Total	43,3	47,6	9,2	56,6

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Continuam a ser os franceses (59,6%), os noruegueses (54,2%) e os jovens britânicos (53,9%) aqueles que mais se distinguem entre todos os que têm entre 13 e 17 anos completos de ensino, mas as percentagens variam bastante quando comparamos com o nível de educação mais elevado dos mesmos jovens (ver em anexo, Quadro i). Esta análise mais rigorosa dos dados permite-nos dizer que quase metade dos jovens frequentam ou frequentaram uma licenciatura ou mestrado. Os países cujos jovens aparentemente tinham menos formação encontram-se agora com valores não muito diferentes da França, Noruega ou Reino Unido, ainda que estes três sejam os únicos que ultrapassam os 50% dos jovens com um número de anos completos de ensino entre os 13 e os 17. Muito diferente é a situação de Portugal, com a percentagem mais baixa dos nove países – 24% - e com uma elevada parte da população jovem entre os 17 e os 31 anos que frequenta ou frequentou apenas até 12 anos completos de ensino.

4.2. Europa e adultícia: entender a diversidade

Apesar das inúmeras variantes e alternativas encontradas e exploradas hoje pelos jovens, e da inegável flexibilidade que cada vez mais caracteriza os *marcadores de passagem*, falar em transição ou transições para a vida adulta implica, necessariamente, fazer referência à entrada no mercado de trabalho e às questões do emprego, como temos vindo a desenvolver ao longo deste trabalho.

Dos jovens inquiridos 56,2% tinham um emprego pago há pelo menos sete dias antes da aplicação do inquérito (conforme Quadro 10). A maior percentagem de jovens empregados registava-se na Noruega (67,9%), no Reino Unido (64,1%) e em França (61,6%). No conjunto de países, a percentagem de jovens “que nunca teve um emprego” e a que diz respeito à daqueles “que já trabalharam” é muito semelhante, correspondendo a 22,4% no primeiro caso e a 21,4% no segundo. Os portugueses encontram-se no grupo de indivíduos com menor percentagem de jovens a trabalhar, na ordem dos 50,6% e são também os portugueses que registam as maiores percentagens de jovens que nunca trabalharam – 28,1% – sendo, neste caso, apenas ultrapassados pelos húngaros (32,2%) e pelos checos (33,3%). Continuando a analisar os jovens que nunca passaram pelo mercado de trabalho evidenciam-se os suecos e os noruegueses, em que apenas 8% ou 7,7%, respectivamente, nunca tiveram emprego. Significa que, mesmo que à data não estivessem a trabalhar, entre 32,7% e 24,4% dos jovens nórdicos inquiridos já tiveram um emprego remunerado.

Quadro 10 – Percentagem de jovens segundo a sua situação perante o trabalho (%)

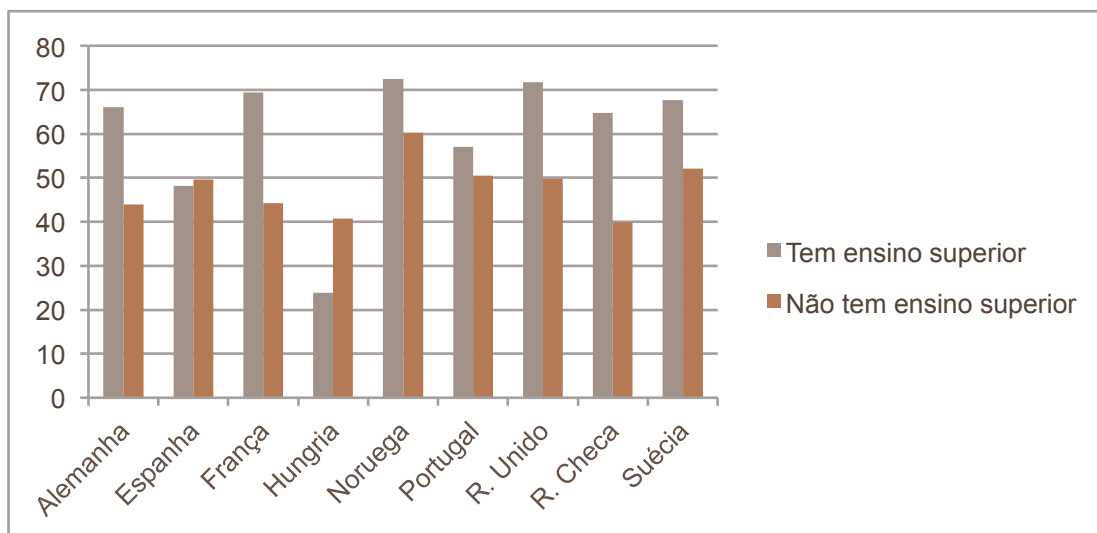
Países	Já teve emprego pago	Nunca teve emprego pago	Está a trabalhar
Alemanha	18,9	24,6	56,5
Espanha	23,6	27,9	48,5
França	20,3	18,1	61,6
Hungria	20,2	32,2	47,6
Noruega	24,4	7,7	67,9
Portugal	21,3	28,1	50,6
Reino Unido	23,2	12,8	64,1
República Checa	14,2	33,3	52,5
Suécia	32,7	8,0	59,3
Total	21,4	22,4	56,2

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Os dados indicam que há evidência estatística (*valor p* ≤ 0,004) para afirmarmos que existe uma relação entre a situação perante o emprego e o facto dos jovens terem ou não frequentado o ensino superior, à excepção dos casos de Portugal (*valor p* = 0,565) e Espanha (*valor p* = 0,962). Em quase todos os restantes países existe associação entre as variáveis, tendo em consideração que a possibilidade de os jovens, entre os 17 e os 31 anos de idade, terem um emprego pago é superior quando estes têm pelo menos 13 anos de ensino completos (64,1%, contra os 39,8% de jovens que trabalha mas não frequentou o ensino superior), tendo portanto frequentado o ensino superior. O caso dos jovens húngaros, onde a relação entre a situação perante o emprego e o facto dos jovens terem ou não frequentado o ensino superior existe mas é uma relação de independência. Isto significa que, se para os jovens da Península Ibérica, ter ou não ter um emprego pago não tem qualquer relação com o nível de ensino que tenham frequentado, e se por outro lado para a maioria dos jovens europeus em estudo ter um emprego pago está associado a ter frequentado o ensino superior, por sua vez, não podemos afirmar que exista essa igual dependência na Hungria.

A Figura 7 sugere que a possibilidade de ter um emprego pago na Hungria não está dependente de ter frequentado o ensino superior. Podemos observar que é superior a percentagem de jovens húngaros que possuem um emprego pago mas que não frequentaram o ensino superior (40,7%, versus os 23,9% de jovens húngaros que têm um emprego mas não frequentaram o ensino superior).

Figura 7 – Indivíduos que tem um emprego pago por situação perante o ensino superior (%)

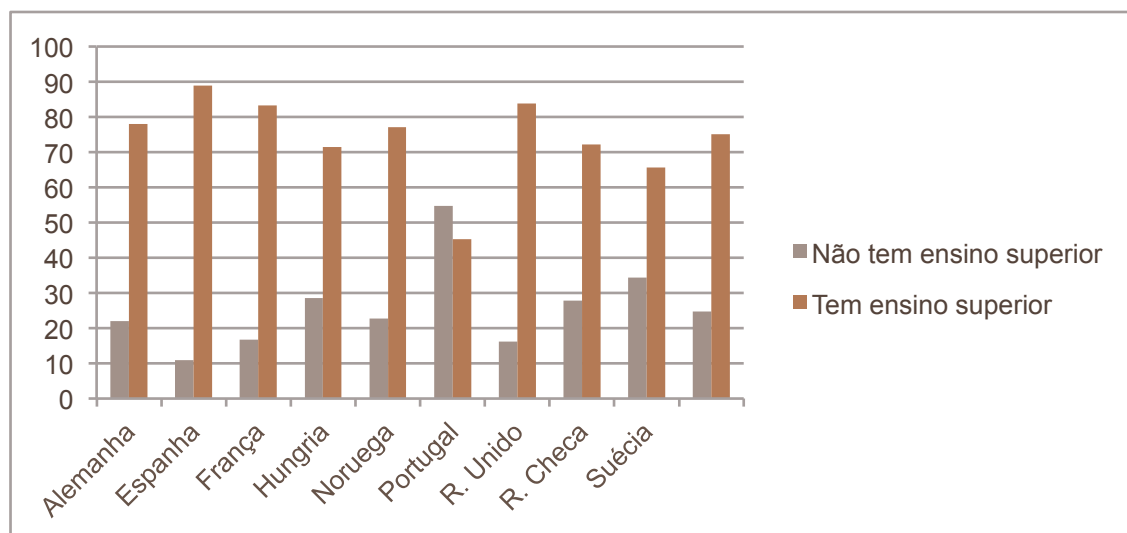


Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Parece também existir uma associação (*valor p* < 0,001) entre a opinião que os jovens trabalhadores europeus têm sobre a necessidade de se ter um nível de ensino para além do obrigatório e o facto de terem ou não frequentado o ensino superior. De todos os indivíduos que consideram que é necessário um nível de ensino para além do obrigatório para adquirir um emprego, 75,2% têm o ensino superior. A Espanha, o Reino Unido e a França são os três países que têm a maior percentagem de opinião favorável (ver Figura 8). Contrariamente ao que acontece na esmagadora maioria dos países em análise, os jovens portugueses que não têm o ensino superior são os que mais acreditam na necessidade de ter um nível de ensino além do obrigatório aquando da candidatura a um emprego remunerado.

No entanto, as opiniões dos jovens portugueses que possuem o ensino superior concentram-se no “sim, é necessário” (78,4%), existindo apenas 21,6% que não acham ser necessário alguma formação adicional, para além do 12º ano de escolaridade, para aceder ao mercado de trabalho (ver em anexo, Quadro ii). De facto, os dados revelam que, em todos os países, os jovens com ensino superior são os que mais vêm necessidade de se ter um nível de ensino além do obrigatório na aquisição de um emprego, destacando-se a Hungria, Portugal e a Suécia com os valores mais altos.

Figura 8 - Opiniões favoráveis à necessidade de se ter um nível de ensino além do obrigatório, segundo a posição dos jovens perante o ensino superior (%)



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Os jovens com ensino superior que acreditam na necessidade de ir além do ensino obrigatório para conseguir um emprego, independentemente do país a que pertençam, dizem ainda que são necessários pelo menos mais 3 anos para adquirir esse emprego. Na verdade, na opinião de 26,2% dos jovens que responderam afirmativamente é necessário ter concluído, no mínimo, o 1º ciclo do ensino superior para que alguém se candidate a um emprego remunerado como o do respondente.

Mais uma vez existe associação (*valor p* < 0,001) entre a opinião dos jovens de cada país e a sua posição perante o ensino superior. Os jovens suecos, os noruegueses e os britânicos que detêm o ensino superior acreditam conseguir encontrar com facilidade um emprego equivalente ou melhor do que aquele que possuam. No ponto oposto encontramos os portugueses, os espanhóis e os húngaros, sendo aqueles que consideram ter maior dificuldade. Ao compararmos os dados dos jovens que têm ensino superior (Quadro 11) com os dos jovens que não têm ensino superior (Quadro 12) observamos que continuam a ser os jovens noruegueses, suecos e britânicos os que julgam encontrar um emprego equivalente ou melhor com facilidade, mesmo não tendo o ensino superior. Todavia, ainda que a maior parte dos jovens europeus com o ensino superior veja com facilidade a aquisição desse emprego, o mesmo não acontece quando analisamos o conjunto dos jovens sem ensino superior, onde todos eles, à excepção dos noruegueses e dos suecos, afirmam ser difícil encontrar um emprego do mesmo tipo daquele que possuam ou ainda melhor. Ter frequentado o ensino superior revela ser uma vantagem no mercado de trabalho, e a análise dos dados revela exactamente que, para quase todos os países em que exista uma associação entre a opinião dos jovens sobre a facilidade ou dificuldade de encontrar um emprego e a situação destes perante o ensino superior (*valor p* varia entre 0,000 e 0,050, exceptuando para Portugal e Espanha, em que os valores são, respectivamente, 0,39 e 0,10).

Quadro 11 – Opinião dos jovens com ensino superior sobre a facilidade/dificuldade de encontrar um emprego equivalente ou melhor.

Países	Difícil	Nem fácil nem difícil	Fácil
Alemanha	15,4	9,7	16,8
Espanha	21,2	3,6	10,6
França	19,6	13,7	26,9
Hungria	32,4	6,9	9,8
Noruega	12,9	8,1	32,9
Portugal	17,9	15,5	14,3
Reino Unido	18,0	8,3	32,7
República Checa	19,7	9,1	14,8
Suécia	7,1	4,3	42,6
Total	18,9	9,0	23,3

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Quadro 12 - Opinião dos jovens sem ensino superior sobre a facilidade/dificuldade de encontrar um emprego equivalente ou melhor.

Países	Difícil	Nem fácil nem difícil	Fácil
Alemanha	13,0	7,8	9,7
Espanha	22,3	8,5	6,2
França	16,8	7,4	12,6
Hungria	22,1	5,8	5,8
Noruega	8,1	8,9	22,6
Portugal	21,3	8,8	14,4
Reino Unido	19,0	5,4	15,6
República Checa	17,8	6,6	9,3
Suécia	9,5	10,7	18,5
Total	16,7	7,7,	12,2

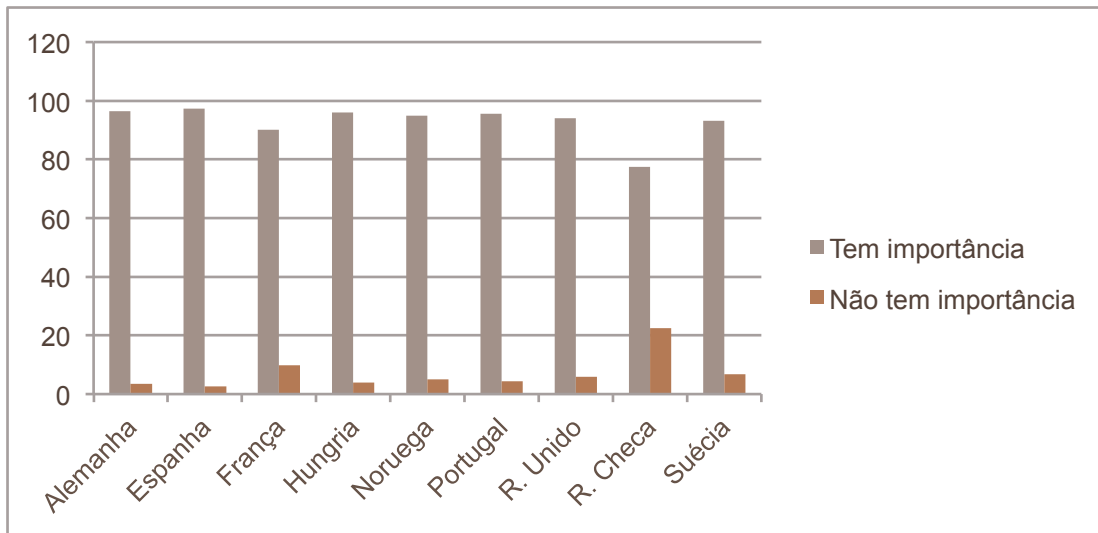
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Se até agora os dados revelaram que ter o ensino superior pode influenciar a opinião dos jovens sobre o modo como encaram as possibilidades de entrada no mercado de trabalho, ao analisarmos as atitudes perante o trabalho a situação é um pouco diferente. Escolhemos três variáveis que nos mostram a importância que os jovens atribuem a três factores na escolha de um emprego: a segurança que esse emprego possa proporcionar, o salário elevado e as oportunidades de formação que esse emprego possa oferecer.

Não existe uma associação entre a importância da segurança na escolha do emprego e a situação perante o ensino superior nem na totalidade dos países, nem quando analisamos cada país individualmente, com excepção para os dois países nórdicos, a Suécia e a Noruega, onde há evidência estatística para não rejeitar essa hipótese de associação entre as variáveis. No entanto, parece existir uma influência da situação perante o ensino superior quando analisamos a importância do salário elevado. Contudo, isto apenas se verifica quando os dados são analisados de forma agregada. À excepção da República Checa e da Noruega em nenhum dos outros países existe associação entre as variáveis. Algo semelhante se verifica no caso da importância das oportunidades de formação na escolha do emprego, ainda que esta seja, das três, a variável em que em mais países existe uma relação com o facto dos jovens frequentarem ou não o ensino superior. Efectivamente, apenas não há associação entre as variáveis no caso da França, Alemanha, Noruega e Reino Unido (ver anexo – Quadro iii). Estes dados revelam, portanto, que não existe uma forte influência da frequência do ensino superior na construção de atitudes perante o trabalho, ou seja, quer tenham ou não frequentado o ensino superior, as atitudes dos jovens são similares.

A Figura 9 permite-nos perceber que os jovens europeus, de todos os países analisados, atribuem uma importância bastante expressiva à segurança aquando da escolha de um emprego, sendo que cerca de 90% ou mais dos jovens lhe atribuem uma grande importância. Apenas na República Checa se regista uma percentagem mais baixa, mas ainda na ordem dos 78%.

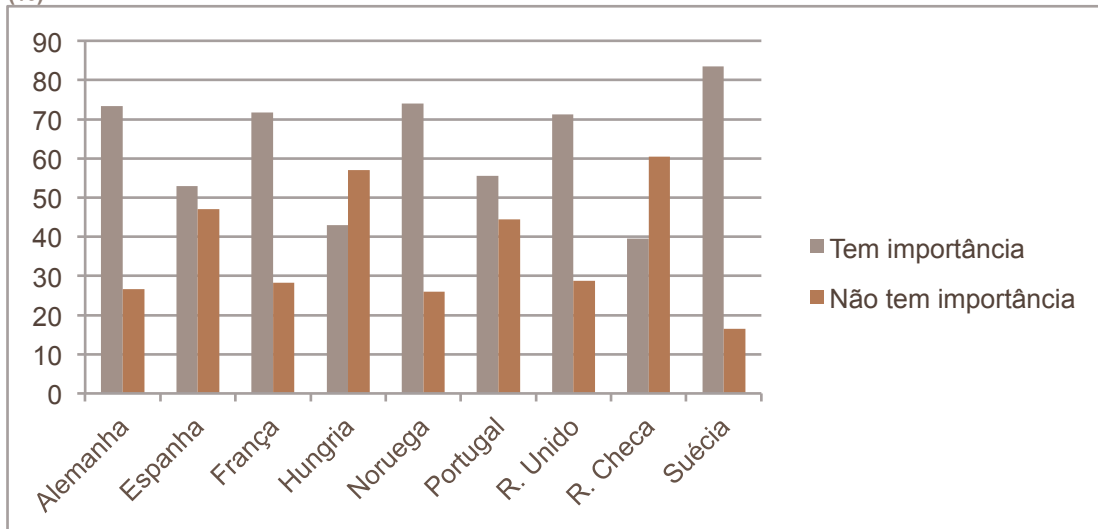
Figura 9 – Importância atribuída à segurança pelos jovens europeus na escolha do emprego (%).



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

A importância atribuída ao salário elevado na escolha do emprego varia de país para país (ver Figura 10). Para os jovens checos e húngaros, o salário elevado que possam vir a receber no emprego não se revela ser um factor importante na escolha do emprego. Todavia, nos restantes países é atribuída bastante importância a esta condição, sendo os jovens da Suécia, os da Noruega e os da Alemanha os que mais importância dão a este factor na escolha do seu emprego.

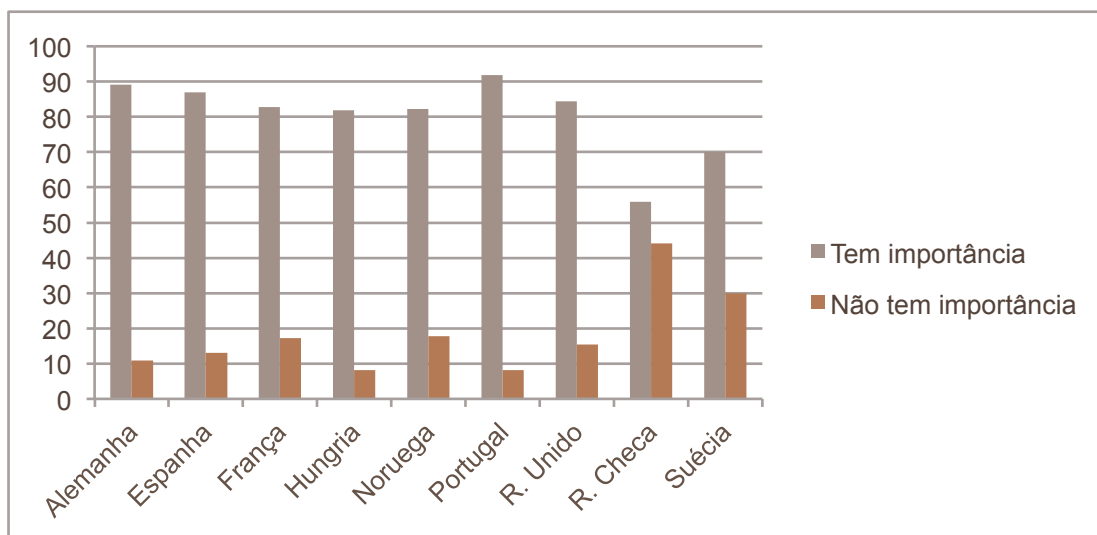
Figura 10 – Importância atribuída ao salário elevado pelos jovens europeus na escolha do emprego (%)



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Também as oportunidades de formação que um emprego possa oferecer são bastante valorizadas pelos jovens europeus. Os portugueses, os alemães e os espanhóis são os jovens que conferem maior importância a este factor no momento da escolha do emprego enquanto que os jovens da República Checa são os que dão menor importância às oportunidades de formação oferecidas pelo emprego (ver Figura 11).

Figura 11 – Importância atribuída às oportunidades de formação pelos jovens europeus na escolha do emprego (%).



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Se ordenarmos por ordem de importância que em cada país se atribuiu a cada um destes factores de escolha do emprego (ver Quadro 13) em todos os países a segurança oferecida pelo emprego surge em primeiro lugar. À excepção do caso dos jovens suecos, para os quais o salário elevado parece ter maior importância, as oportunidades de formação que um emprego possa oferecer é o factor indicado em segundo lugar pelos jovens. Isto permite-nos deduzir que a estabilidade no emprego que actualmente deixou de existir nos moldes que existia tradicionalmente é, ainda assim, bastante valorizada pelos jovens, tendo em consideração a maior importância que todos os países atribuem ao factor “segurança” em detrimento dos outros dois factores.

Quadro 13 – Comparação da importância que os jovens europeus atribuem a cada factor de escolha de um emprego (%).

Países	Segurança	Salário elevado	Oportunidades de formação
Alemanha	96,5	73,4	89,1
Espanha	97,3	52,9	87,0
França	90,1	71,7	82,8
Hungria	96,1	43,0	81,9
Noruega	94,9	74,0	82,3
Portugal	95,7	55,6	91,8
Reino Unido	94,1	71,2	84,5
República Checa	77,5	39,5	55,9
Suécia	93,2	83,5	70,0
Total	92,5	62,1	80,2

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

4.3. Ser homem, ser mulher e ser adulto

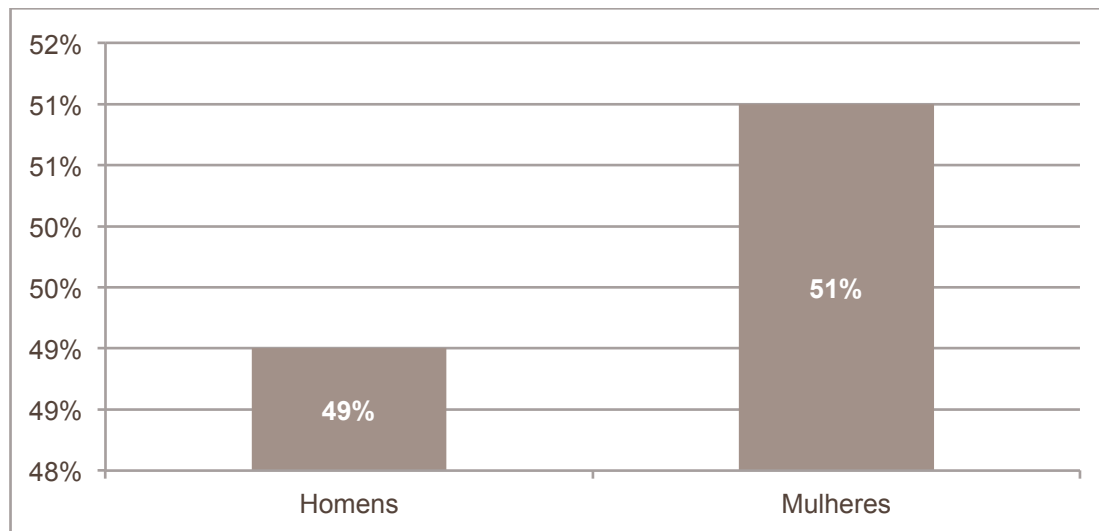
Ser homem e ser mulher... Cada vez mais existe um apelo e um esforço da sociedade no sentido de minimizar as diferenças entre os géneros. Ainda assim sabemos bem que as diferenças existem. Homens e mulheres continuam a ter atitudes diferentes, formas de ser e estar diferentes. E isto importa principalmente para a Sociologia que, desde os seus primórdios, se preocupa com o modo como as pessoas se comportam e com as diferenças que existem entre os comportamentos dos indivíduos.

É por isso inevitável que em qualquer estudo de carácter sociológico que se invoquem as diferenças entre os géneros. Com este capítulo pretendemos dar resposta a um conjunto de questões que se levantam quando pensamos no que é a transição para a vida adulta, na perspectiva da diferença de comportamentos dos homens e das mulheres. O que é ser adulto aos olhos dos homens? E o que será ser adulto segundo as mulheres? Que atitudes perante o mercado de trabalho terão um e outro géneros? Como é que cada indivíduo, segundo o seu género, entende a transição para a vida adulta e, em particular, o fenómeno da entrada no mercado de trabalho?

A resposta a estas questões vai-nos permitir descrever as diferenças de género na transição para a vida adulta. Para isso recorreremos à análise descritiva univariada e bivariada de um conjunto de variáveis que se pode distribuir por três grupos principais: i) homens e mulheres perante o ensino superior, visto que um dos objectivos desta dissertação é analisar o impacto da participação no ensino no processo de transição

para a vida adulta; ii) valores perante a vida; iii) emprego, empregabilidade e atitudes perante o trabalho. Para o efeito desta análise serão igualmente consideradas as respostas ao inquérito do *European Social Survey* (ESS Round 5, 2010) do conjunto de indivíduos entre os 17 e os 31 anos de idade, pertencentes à Alemanha, Espanha, França, Hungria, Noruega, Portugal, Reino Unido, República Checa e Suécia. Destes indivíduos 49% são homens e 51% são mulheres (Figura 12).

Figura 12 – Distribuição da amostra segundo o género



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

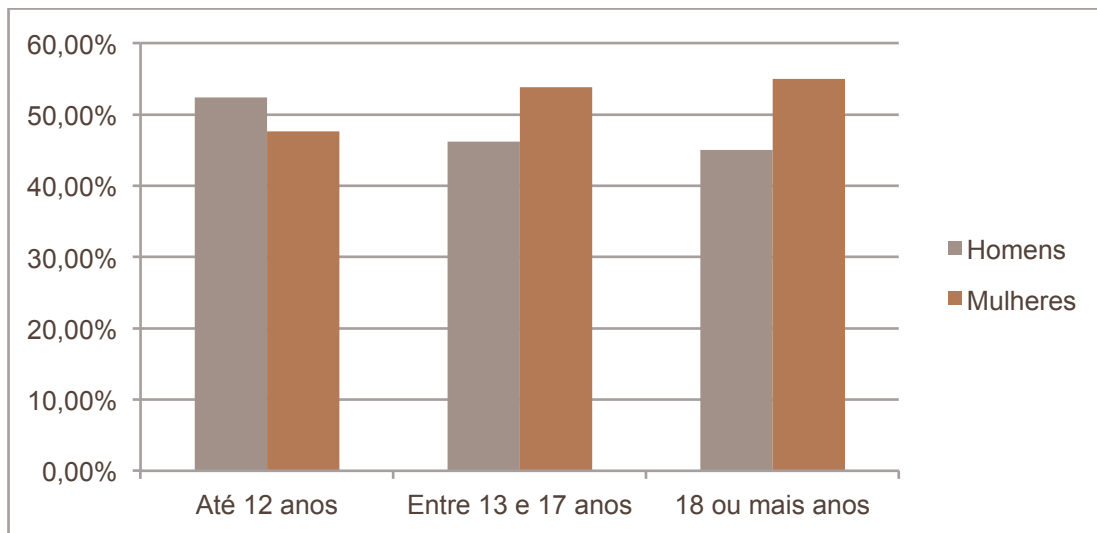
4.3.1. Homens e mulheres perante o ensino superior

Para analisarmos as diferenças entre géneros no que diz respeito à situação dos indivíduos relativamente ao ensino superior recorreremos à variável *número de anos de ensino* completos que, como já tínhamos verificado antes (ver Capítulo 6.1.) é a variável que nos dá a informação mais completa acerca da relação entre os inquiridos e o sistema de ensino.

Dividimos o número de anos completos em três categorias, como é possível identificar na Figura 13. Por um lado o número de anos completos igual ou inferior a 12 anos de estudo (categoria *até 12 anos*) que correspondem, mais concretamente, a um ensino não superior. Por outro lado temos outras duas categorias que correspondem por sua vez ao ensino superior sejam os cursos de 1º e 2º ciclo de estudo, de acordo com o Processo de Bolonha – licenciatura, mestrado ou mestrado integrado – que

equivalem ao intervalo *entre 13 e 17 anos* de estudos, sejam os cursos de programas de doutoramento, para os indivíduos com *18 ou mais anos* de estudos.

Figura 13 – Distribuição dos indivíduos pelo número de anos de estudos completos em função do género



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

A análise dos dados mostra que é apenas na primeira categoria que se verifica uma percentagem de homens superior à percentagem de mulheres. Com no máximo 12 anos de estudo verifica-se a existência aproximadamente 52% de indivíduos do género masculino, face aos aproximadamente 48% de indivíduos do género feminino. Contudo, nas duas restantes categorias, que correspondem ao número de anos que dizem respeito ao ensino superior, verificamos que a percentagem de mulheres é sempre superior à dos homens. Para o caso que equivale ao 1º e 2º ciclo de estudos superiores a mais de metade do número total de indivíduos são mulheres (aproximadamente 54%), assim como acontece no caso do 3º ciclo de estudos superiores em que 55% são mulheres.

Uma análise mais aprofundada indica-nos que existe evidência estatística (*valor* $p = 0,001$), com 99% de confiança, para afirmar que há associação entre as duas variáveis em estudo, querendo isto dizer que há uma relação entre o número de anos de ensino completos e o género dos indivíduos.

4.3.2. Os valores perante a vida dos homens e das mulheres em transição para a vida adulta

Já vimos que nas sociedades contemporâneas existe um desejo (e prática) de prolongar a juventude (ver Parte I – Capítulo 1.2.). Os meios de comunicação social mostram-nos isso todos os dias com anúncios de produtos e fórmulas de rejuvenescimento do corpo e da mente. Ao contrário do que acontecia noutros séculos, hoje ser jovem é o melhor que qualquer pessoa pode desejar. Claro que isto tem efeitos nos comportamentos dos indivíduos. Principalmente daqueles indivíduos que estão prestes a *deixar* de serem jovens e em pleno processo de transição para uma vida adulta.

Já vimos também que existe uma multiplicidade de reacções a este processo transitório. E quase que podemos afirmar que são tantos os comportamentos de transição para a vida adulta como o número de jovens que estão a tornar-se adultos. Actualmente os jovens são responsáveis pelo seu trajecto de vida; vivem constantemente envoltos em escolhas e decisões, na composição de novas identidades e ao mesmo tempo na construção de biografias individuais, devidamente planeadas e projectadas (mesmo que nunca se venham a realizar) (Pais, 1990; Pais, 2003; Pais *et. al*, 2005; Kugelberg, 1998).

Importa pois analisar como os jovens homens e as jovens mulheres perspectivam essas decisões assim como observar que importância dada por estes indivíduos aos vários valores perante a vida. Ser adulto implica ser responsável, adquirir autonomia e independência. Por outro lado, associamos – ou melhor no senso comum da sociedade associa-se – a juventude à liberdade e à diversão. Numa sociedade onde ser adulto se mistura com o espírito livre da juventude como podemos entender a forma como se transita para a vida adulta nos dias que correm?

Para responder a esta questão, seleccionámos dois grupos de variáveis: por um lado, um primeiro grupo de variáveis que correspondem a esta primeira ideia de vida responsável e estável e, por outro lado, um segundo grupo de variáveis que dizem respeito a uma vida de diversão, livre e sem responsabilidades (Quadro 14). Em sentido lato, podemos dizer que o primeiro grupo corresponde a um conjunto de atitudes perante a vida *mais tradicionais* e que o segundo grupo corresponde a atitudes *menos tradicionais*. Com este conjunto de variáveis é possível classificar o modo como os jovens entendem a vida e que valores têm perante ela ao mesmo tempo que nos

permitem compreender em que medida a sociedade facilita ou inibe o jovens, um dos objectivos deste estudo.

Quadro 14 – Selecção das variáveis sobre os valores dos jovens perante a vida

Grupo 1 - Mais tradicional	Grupo 2 - Menos tradicional
Importância de ser rico, ter dinheiro e coisas caras	Importância de pensar novas ideias e ser criativo
Importância de mostrar capacidades e de ser admirado	Importância de experimentar coisas novas e diferentes
Importância de fazer o que é dito	Importância de ter um bom momento
Importância de ter sucesso	Importância de tomar decisões próprias e ser livre
Importância de seguir tradições e costumes	Importância de procurar diversão

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

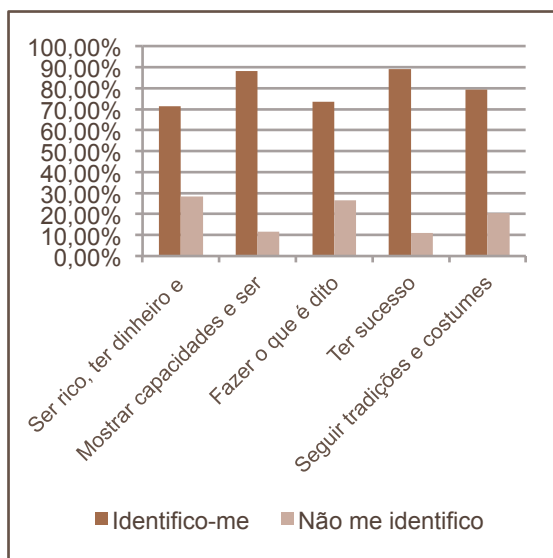
Para responder ao que foi proposto, começamos por transformar cada variável em dicotómica. Inicialmente, na base disponibilizada pelo *European Social Survey* (ESS Round 5, 2010), cada uma das variáveis seleccionadas para esta análise contava com um total de seis categorias. De modo a melhorar a qualidade da análise tomou-se a decisão de organizar cada variável em duas categorias – *identifico-me* e *não me identifico*. Assim, numa primeira fase analisámos cada variável, individualmente, em função do género dos inquiridos. De seguida, numa segunda fase, procurámos criar um índice que resulta dos dados obtidos da análise individual das variáveis seleccionadas. Este índice tem o objectivo de comparar de forma mais rigorosa os valores que os homens e as mulheres em período de transição para a adultícia têm perante a vida em geral. Em última instância estes dados descrevem o modo como os jovens tomam decisões para a construção de biografias e projectam os seus modos de vida, em função do género.

Uma primeira análise superficial dos dados revela-nos que a maioria dos homens se identifica com todos os valores que seleccionámos, independentemente de pertencerem ao grupo de valores mais *tradicionais* (grupo 1) ou menos *tradicionais* (grupo 2). Contudo, ao observarmos as Figuras 14 e 15 de forma mais aprofundada é nos possível verificar que as percentagens da categoria *identifico-me* são superiores às da categoria *não me identifico* no caso do segundo grupo de variáveis, havendo neste

caso uma maior discrepância entre os indivíduos do género masculinos que se identificam e os que não se identificam com cada um dos valores apresentados. Portanto, apesar do homens se identificarem com os valores do primeiro grupo de valores perante a vida (variando as percentagens de resposta entre 72% e 89%), os mesmos indivíduos reconhecem-se mais nos valores que aqui designamos como *menos tradicionais*, onde as percentagens de resposta são sempre superiores a 92%.

Podemos com isto concluir que os jovens do género masculino dos países europeus em análise não negam a importância de ter dinheiro, mostrar capacidades, fazer o que é dito, ter sucesso e seguir as tradições e os costumes das suas sociedades mas, ainda assim, atribuem mais importância ao pensamento criativo, à experimentação de coisas novas e diferentes na vida, à vivencia de bons e divertidos momentos assim como à tomada de decisões próprias e à liberdade.

Figura 14 – Importância atribuída pelos homens ao Grupo 1 de variáveis



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Figura 15 – Importância atribuída pelos homens ao Grupo 2 de variáveis

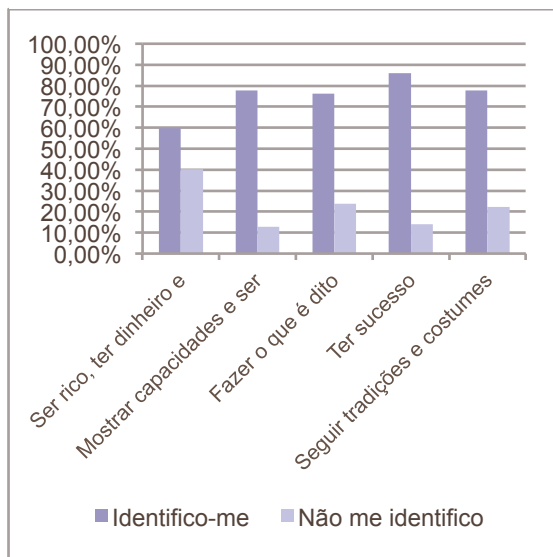


Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

No caso das mulheres a situação é idêntica à situação dos homens. Também numa primeira análise, mais superficial, os dados mostram que um número maioritário de indivíduos do género feminino se identificam com o total de valores perante a vida, sejam eles pertencentes ao primeiro grupo de variáveis ou sejam eles pertencentes ao segundo grupo de variáveis (Figuras 16 e 17). Numa análise mais profunda vimos que a

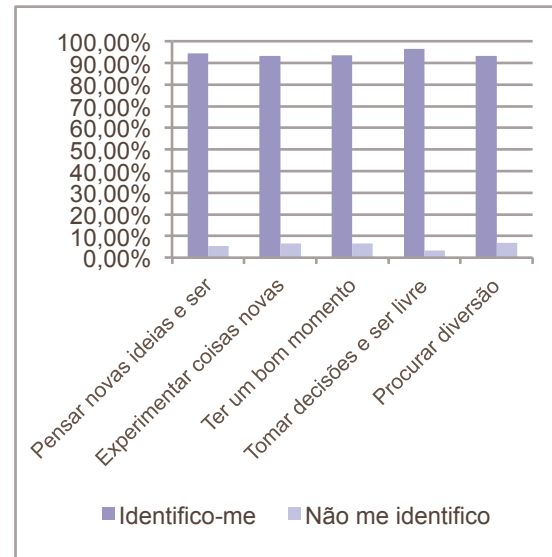
diferença entre as percentagens da categoria *identifico-me* e as da categoria *não me identifico* são superiores no caso dos valores *menos tradicionais*, isto é, no segundo grupo de variáveis, tal como já havíamos verificado que acontece com o caso dos indivíduos do género masculino. O que pode distinguir homens e mulheres parece ser a forma como *elas* se posicionam no primeiro grupo de variáveis. As percentagens de respostas femininas na categoria *identifico-me* do grupo de valores *mais tradicionais* é quase sempre inferior às percentagens de respostas masculinas. A única excepção para isto é na variável “importância de fazer o que é dito”, onde a percentagem de respostas das mulheres (76%) supera a dos homens (73%). Isto leva-nos a afirmar que as mulheres se identificam menos com os valores ditos *mais tradicionais* que os homens. Já no que diz respeito ao segundo grupo de variáveis, o dos valores *menos tradicionais*, homens e mulheres parecem estar no mesmo pé de igualdade, uma vez que as percentagens de respostas das mulheres, entre 93% e 97%, muito se assemelham às percentagens de respostas dadas pelos homens, como acima verificámos.

Figura 16 – Importância atribuída pelas mulheres ao Grupo 1 de variáveis



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Figura 17 – Importância atribuída pelas mulheres ao Grupo 2 de variáveis



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Apesar da análise feita e de algumas diferenças que já foram possíveis identificar entre os géneros os dados indicam que não existe evidência estatística (*valor*

$p > 0,05$), com 95% de confiança, para afirmar que há associação entre os valores perante a vida e o género dos indivíduos. Abre-se apenas excepção para o caso da “importância de ser rico, ter dinheiro e coisas caras” (*valor p* < 0,001) e para o caso da “importância de procurar diversão” (*valor p* < 0,05) onde, com o mesmo grau de confiança, existe evidência estatística para afirmar que há associação entre as variáveis.

A construção dos índices vem confirmar alguns dos resultados que já conseguimos avançar através da análise das Figuras 14 a 17. As diferenças entre os géneros não são muitas no que diz respeito à importância que atribuem aos valores de vida. A construção de cada índice resultou da aplicação de uma fórmula própria⁵ e situa-se entre dois categorias: “1” que significa que o indivíduo se identifica com a variável em estudo e “2” que significa que o indivíduo não se identifica com a variável. Ou seja, quanto mais próximo estiver o índice da categoria “1” mais se identificam os indivíduos com o grupo de variáveis em análise.

No Quadro 15 podemos observar o índice da importância que homens e mulheres colocam nos valores *mais tradicionais*. O índice para os indivíduos do género masculino tem o valor de 1,20 e para as mulheres o mesmo índice tem o valor de 1,23 (Quadro 15). São valores idênticos que não nos permitem afirmar que existe uma grande diferença entre os homens e as mulheres no que diz respeito à importância que uns e outros indivíduos atribuem ao primeiro grupo de variáveis. Contudo, ao desdobrarmos o índice por cada uma das cinco variáveis que contribuiu para a sua construção verificamos que as mulheres atribuem ligeiramente menos importância à maioria dos valores que aqui temos vindo a designar como *mais tradicionais*. Esta situação é sobretudo mais evidente no caso da importância atribuída a *ser rico, ter dinheiro e coisas caras* onde o índice feminino está mais próximo da categoria “2” – *não me identifico*.

⁵
$$\text{Índice}_{(\text{valoresperantevida})} = \left(\sum \frac{\Sigma(\text{fi} \cdot \text{valor da escala})}{\text{Número de respostas}} \right)$$

Quadro 15 – Índice dos valores perante a vida *mais tradicionais* segundo o género

	Homens	Mulheres
Importância de ser rico, ter dinheiro e coisas caras	1,29	1,40
Importância de mostrar capacidades e de ser admirado	1,12	1,13
Importância de fazer o que é dito	1,27	1,24
Importância de ter sucesso	1,11	1,14
Importância de seguir tradições e costumes	1,21	1,22
	1,20	1,23

A análise dos dados resultantes da construção dos índices para os valores *menos tradicionais* conduzem-nos à mesma conclusão de não existir uma grande diferença entre a importância que os homens e as mulheres atribuem a esses valores. O Quadro 16 mostra-nos que, mais uma vez, o índice calculado para os homens difere do índice calculado para as mulheres em apenas uma décima. Ambos os índices são bastante próximos da unidade, o que não nos deixa dúvida da forma como todos os indivíduos, independentemente do seu género, se identificam bastante com estes valores *menos tradicionais*. Aqui, a análise individual dos índices calculados para cada variável não revela existirem diferenças entre homens e mulheres, ao contrário do que acontecia com o caso dos índices dos valores *mais tradicionais* construídos para cada género.

Quadro 16 – Índice dos valores perante a vida *menos tradicionais* segundo o género

	Homens	Mulheres
Importância de pensar novas ideias e ser criativo	1,05	1,05
Importância de experimentar coisas novas e diferentes	1,08	1,07
Importância de ter um bom momento	1,05	1,07
Importância de tomar decisões próprias e ser livre	1,03	1,03
Importância de procurar diversão	1,05	1,07
	1,05	1,06

A não existência de diferenças entre os géneros confirma o que tínhamos acabado de verificar quando aplicamos o teste do qui-quadrado de modo a verificar a existência de uma relação entre as variáveis *valores perante a vida* e *género*. Atribuir mais ou menos importância a este ou àquele valor não está associado ao facto dos indivíduos serem do género masculino ou feminino, verificando-se uma total independência entre uma e outra variável.

Ainda assim podemos afirmar que tanto os homens como as mulheres se identificam mais com o segundo grupo de variáveis do que com o primeiro grupo, dado que tanto o índice calculado para os homens como o índice calculado para as mulheres se aproxima mais do valor “1” quando analisamos este segundo grupo de variáveis *menos tradicionais*. Encontramos desta forma uma pequena pista no sentido de afirmarmos que a sociedade poderá não influenciar muitas das acções dos indivíduos, tendo em consideração que esse grupo de variáveis *mais tradicionais* onde é avaliada a importância atribuída a valores como *fazer o que é dito* ou *seguir tradições e costumes* é o mesmo grupo com um índice menos próximo da opção “não me identifico”.

4.3.3. Emprego, empregabilidade e atitudes perante o trabalho

A entrada no mercado de trabalho é um marco fundamental do início da vida adulta e, nos dias de hoje, conseguir um primeiro emprego é em muitos casos um desafio para os jovens. Como vimos na Parte I desta dissertação (Capítulo 2.2.) a procura de emprego e o facto inevitável de encarar a realidade do desemprego são factores não só de desmotivação para a tomada de decisão de tentar entrar no mercado de trabalho como muitas vezes acaba por influenciar o adiamento dessa tomada de decisão e, conseqüentemente de toda a vida adulta.

Para os países que estamos a analisar a taxa de empregabilidade para os indivíduos entre os 20 e os 64 anos de ambos os géneros é quase sempre superior à taxa da União Europeia a 27 países (UE27). Contudo esse valor é sempre inferior na Espanha e na Hungria, onde a taxa de empregabilidade tanto para os homens como para as mulheres está abaixo da taxa da UE27; assim como acontece para o caso dos homens franceses e portugueses e para as mulheres checas (Quadro 17). Vista pelo prisma da empregabilidade, a realidade do emprego nos países europeus do nosso estudo não parece desanimadora. Mas por outro lado, o desemprego entre os jovens dá-nos uma perspectiva algo diferente. Desde 2008 que os valores da taxa de desemprego juvenil têm vindo a subir para vários países europeus (Figura 18). E, existindo um escape para esta dura realidade, o refúgio é muitas a continuidade do percurso escolar, assim como a opção pelo prolongamento da vida de estudante pelos cursos de ensino superior.

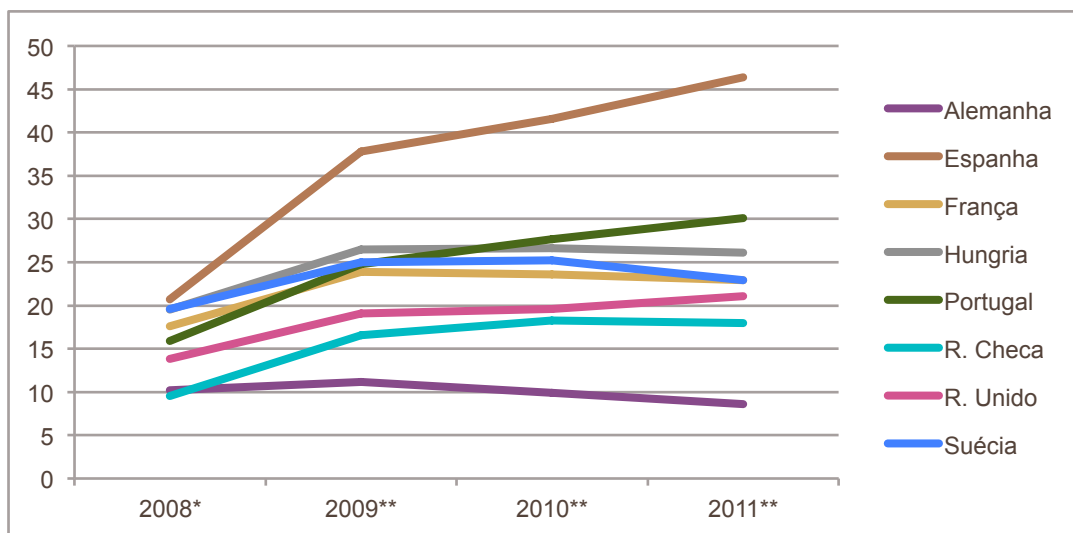
Quadro 17 – Taxa de empregabilidade para os indivíduos entre os 20 e os 64 anos, por género, em 2011.

	Homens	Mulheres	Total
União Europeia (27)	75	62,3	68,6
Alemanha	81,4 ↑	71,1 ↑	76,3 ↑
Espanha	67,6 ↓	55,5 ↓	61,6 ↓
França	73,8 ↓	64,6 ↑	69,1 ↑
Hungria	66,8 ↓	54,9 ↓	60,7 ↓
Noruega	82,1 ↑	77,1 ↑	79,6 ↑
Portugal	73,4 ↓	64,8 ↑	69,1 ↑
R. Checa	79,9 ↑	61,7 ↓	70,9 ↑
R. Unido	79,4 ↑	67,9 ↑	73,6 ↑
Suécia	82,8 ↑	77,2 ↑	80,0 ↑

Legenda: ↑ Acima da UE27 ↓ Abaixo da UE 27

Fonte: Eurostat, 2012

Figura 18 – Evolução da taxa de desemprego dos jovens, entre 2008 e 2011.

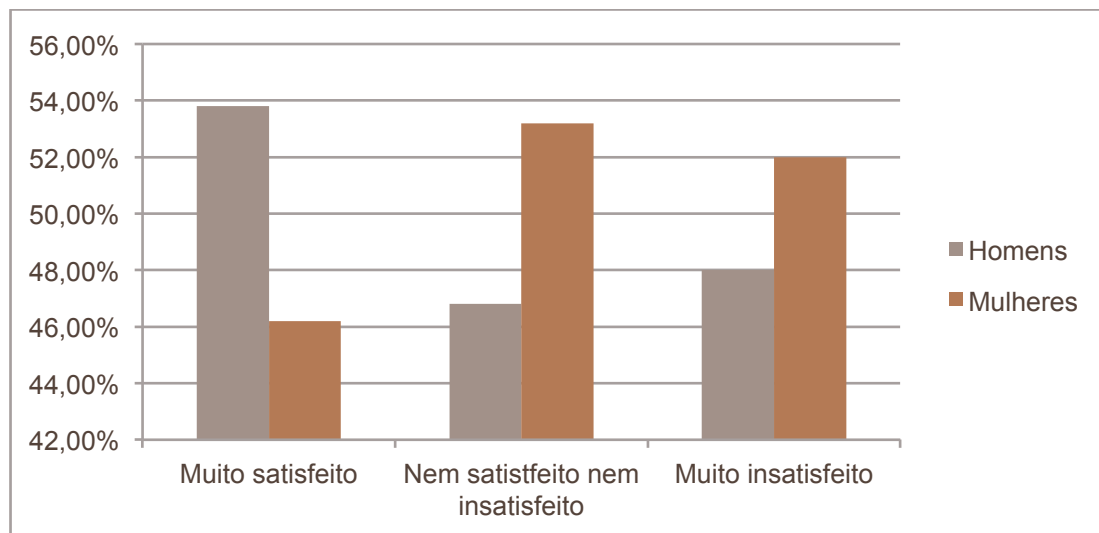


Fonte: *Eurostat, 2009; **Eurostat, 2012

Complementarmente a esta situação o grau de satisfação dos jovens relativamente ao estado da economia do país também não parece contribuir para a conjuntura actual. A análise dos dados revela que apenas uma minoria dos homens (23%) e das mulheres (18%) entre os 17 e os 31 anos estão muito satisfeitos com a economia do país. Ainda assim, a análise de cada grau de satisfação indica que há uma

clara diferença entre homens e mulheres, existindo evidência estatística (*valor p* <0,05) para afirmarmos, com 95% de confiança, que uma e outra variáveis estão relacionadas. Veja-se que de entre os indivíduos que estão muito satisfeitos com a economia aproximadamente 54% são homens enquanto que de entre os que estão muito insatisfeitos 52% são mulheres (Figura 19). É também de sublinhar o facto de 40% das respostas dos homens e das mulheres se situar numa categoria intermédia. Ou seja há um número significativo de indivíduos que, quando questionados sobre a sua satisfação com a economia, que se refugiaram optando por afirmar que não estão nem satisfeitos nem insatisfeitos. Destes indivíduos aproximadamente 47% são do género masculino e cerca de 53% são do género feminino. Portanto, se por um lado as mulheres são o género que surge como o mais *crítico* afirmando que estão “muito insatisfeitas” com o estado da economia do seu país, ao mesmo tempo são também as mulheres o principal género a responder que não estão “nem satisfeitas nem insatisfeitas”.

Figura 19 – Grau de satisfação com a economia, em função do género



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Para os jovens entre os 17 e 31 anos, falar em vida adulta é algo ainda distante. Nem que seja porque frequentando o ensino superior entrar no mercado de trabalho acaba por ser uma decisão que vai sendo adiada. Já vimos mais atrás (Capítulo 4.2.1.) que dos indivíduos que frequentam o ensino superior a maioria são mulheres, correspondendo aproximadamente a 54% dos indivíduos que frequentam os cursos de 1º e 2º ciclo e a 55% dos indivíduos que frequentam o 3º ciclo do ensino superior. Mas

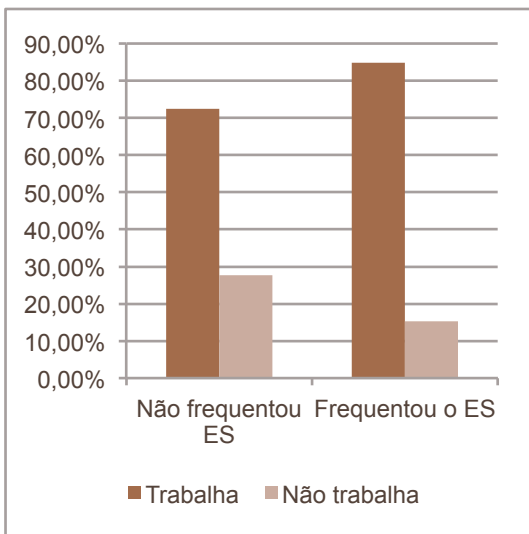
como será que homens e mulheres se situam perante o mercado de trabalho? Ou seja, destes indivíduos que porção já entrou efectivamente na vida de adulto, tendo começado a trabalhar? E quantos são homens e quantos são mulheres? E que influência terá o ensino superior, para cada género, no facto dos jovens em transição para a vida adulta terem ou não terem emprego?

Para responder a esta questão a amostra foi dividida entre aqueles que trabalham (ou que já tiveram um emprego) e aqueles que nunca trabalharam; e comparam-se, segundo o género, aqueles que frequentam (ou já frequentaram o ensino superior) com aqueles que nunca frequentaram o ensino superior. Deste modo conseguimos analisar para homens e mulheres a influência que o ensino superior poderá ter na aquisição de um emprego e, conseqüentemente, na entrada na vida de adulto.

Observando as Figuras 20 e 21, podemos afirmar que não há diferenças entre os géneros no que diz respeito à influência que a frequência ou não do ensino superior tem na situação dos indivíduos perante o emprego, isto é, no facto dos jovens em estudo terem ou não terem emprego. Da análise feita podemos ainda afirmar, com 99% de confiança que existe uma associação entre a frequência ou não do ensino superior e a situação dos indivíduos perante o emprego. Assim, tanto no caso dos homens, como no caso das mulheres há evidência estatística (*valor p* < 0,001) para afirmar que o facto de um jovem entre os 17 e os 31 anos ter ou não ter emprego está relacionado com o facto de ter ou não ter frequentado um curso superior. A Figura 12 mostra que a percentagem de jovens do género masculino que têm o ensino superior e que estão a trabalhar é superior à dos jovens do mesmo género que não tenham frequentado o ensino superior, variando as percentagens entre 85% para o primeiro caso e os 72% para o segundo caso.

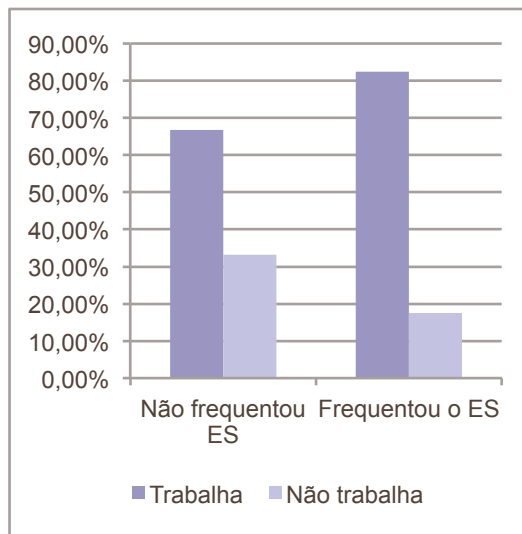
De forma idêntica, e ainda que os valores sejam ligeiramente inferiores no caso das mulheres, as jovens que frequentaram o ensino superior têm também uma maior probabilidade de ter emprego do que aquelas que não frequentaram um curso superior. Neste caso das mulheres que frequentaram o ensino superior 82% estão a trabalhar enquanto que 67% das que não frequentaram o ensino superior se encontram no mercado de trabalho ou, pelo menos, já tiveram um primeiro emprego. Podemos deste modo concluir que, independentemente do género do indivíduo o ensino superior é um factor que contribui positivamente para a situação dos jovens perante o emprego, dada a maior percentagem de jovens com ensino superior que estão a trabalhar.

Figura 20 – Situação perante o emprego dos homens em função de terem ou não terem frequentado o ensino superior



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Figura 21 – Situação perante o emprego das mulheres em função de terem ou não terem frequentado o ensino superior



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Uma última análise sobre a existência ou não existência de diferenças entre os géneros mostra-nos que os homens começam a trabalhar mais cedo que as mulheres. Foi questionado aos inquiridos que já estão a trabalhar (um total de 879 homens e 799 mulheres) qual o ano em que começaram a trabalhar. Através dessa variável foi possível calcular o número de anos a que os indivíduos começaram a trabalhar, dando origem a uma nova variável – “há quanto tempo começaram a trabalhar” – que está organizada de acordo com as categorias presentes no Quadro 18.

Quadro 18 – Distribuição dos géneros pelo tempo em que começaram a trabalhar

	Homens	Mulheres
Há 10 ou mais anos	60,20%	39,80%
Há 5 anos ou mais anos	51,00%	49,00%
Há 4 anos atrás	52,00%	48,00%
Há 3 anos atrás	53,70%	46,30%
Há 2 anos atrás	49,60%	50,40%
Há 1 ano atrás ou menos	52,90%	47,10%

A análise desta tabela permite-nos observar que são os homens que começaram a trabalhar há mais tempo, tendo em conta que as percentagens de respostas de homens são sempre superiores às das mulheres nas categorias com o período de tempo mais longo. A percentagem de mulheres apenas é superior à dos homens no caso da categoria “há 2 anos atrás”. Contudo, ainda que aqui aparente existir uma clara diferenciação entre homens e mulheres no que diz respeito à entrada mais ou menos tardia no mercado de trabalho, os dados indicam que não existe qualquer evidência estatística (*valor p* > 0,05) para afirmar que o tempo a que homens ou mulheres tenham começado a trabalhar esteja associada ao género. Portanto, com um grau de confiança de 95%, podemos dizer que o tempo a que os indivíduos começaram a trabalhar não está associado ao facto de se ser homem ou mulher.

4.4. Avós, pais e netos... Mudanças geracionais na transição para a vida adulta

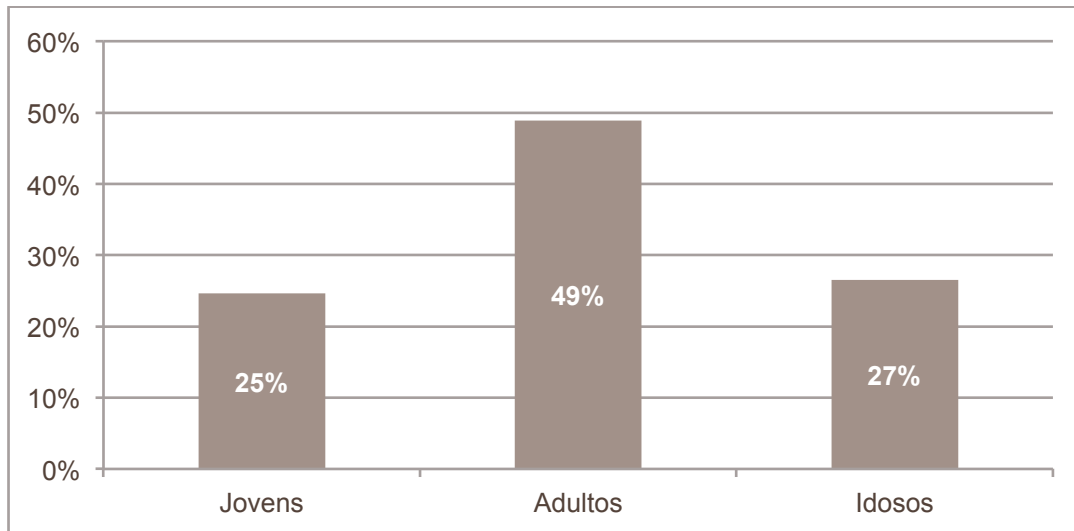
O modo como hoje os jovens se tornam adultos é bastante diferente de há algumas décadas atrás. No seguimento do que já foi referido (ver Parte I – Capítulo 2.1.) o contexto social e sobretudo o conjuntura económica da sociedade europeia contemporânea tornaram a transição para a vida adulta um fenómeno bem mais complexo e menos óbvio do que o era no passado. Por este motivo, torna-se pertinente analisar comparativamente as atitudes entre gerações. No fundo, com este capítulo procuramos responder à seguinte questão: como é que os indivíduos de diferentes grupos de idades entendem a transição para a vida adulta e, em particular, o fenómeno da entrada no mercado de trabalho?

Com o presente capítulo vamos responder a esta questão, procurando diferenciar as atitudes de três grupos de indivíduos. Por um lado temos os *jovens*, o grupo de indivíduos entre os 17 e os 31 anos, sobre os quais nos temos vindo a debruçar, e por outro lado surgem agora dois novos grupos: os *adultos* – indivíduos entre os 40 e os 64 anos – e os *idosos* – indivíduos com 65 ou mais anos. A opção por

estes dois novos grupos de idades que passaremos a analisar de seguida surgiu no sentido de encontrarmos um contraste entre as gerações. Em termos ilustrativos podemos considerar os *idosos* como a geração dos avós dos jovens de hoje e os *adultos* como a geração dos pais destes mesmos jovens. Deste modo encontramos uma forma de analisar, ao longo do tempo e através de coortes⁶, as atitudes dos indivíduos perante o mercado de trabalho.

Para fazermos a análise descritiva das diferenças de coorte na transição para a vida adulta recorreremos mais uma vez à análise descritiva univariada e bivariada de um conjunto de variáveis que reflectem as opiniões dos indivíduos sobre alguns aspectos relacionados com o mercado de trabalho. Para o efeito desta análise serão consideradas as respostas ao inquérito do *European Social Survey* (ESS Round 5, 2010) do conjunto de indivíduos dos grupos de idades acima mencionados, pertencentes à Alemanha, Espanha, França, Hungria, Noruega, Portugal, Reino Unido, República Checa e Suécia. Destes indivíduos 25% pertencem ao grupo dos jovens, 50% pertencem ao dos adultos e 27% pertencem ao dos idosos (Figura 22).

Figura 22 – Distribuição da amostra segundo as coortes



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

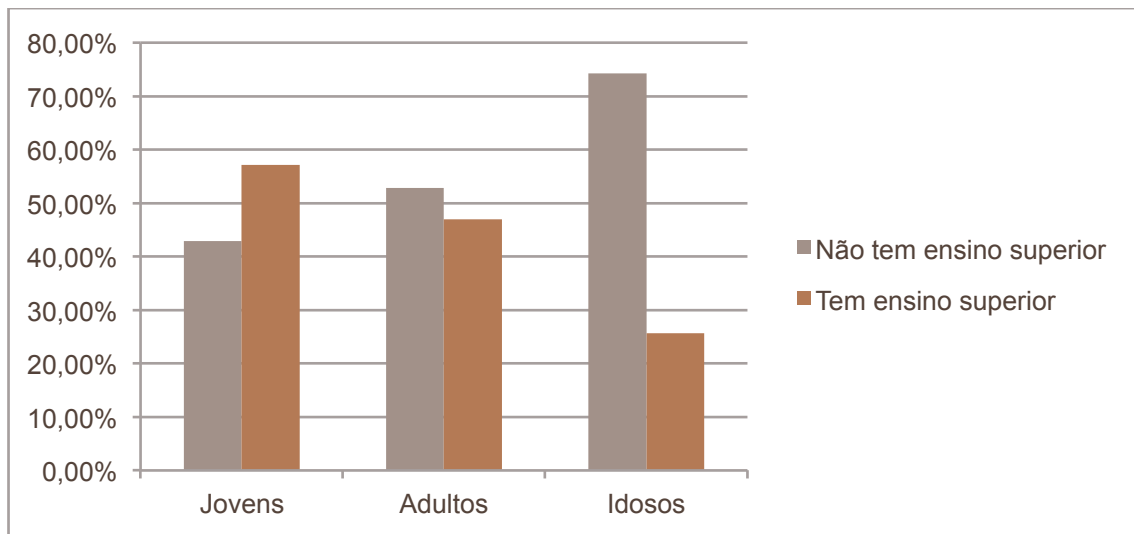
⁶ Podemos considerar cada um destes grupos de indivíduos (*jovens*, *adultos* e *idosos*) uma coorte porque cada grupo tem entre si um evento de interesse comum que, neste caso, é o período de tempo entre o qual nasceram: os *jovens* entre 1993 e 1979, os *adultos* entre 1970 e 1946 e os *idosos* em 1945 ou antes.

4.4.1. Relações com o ensino superior e o mercado de trabalho

Tendo em consideração o objectivo central desta dissertação é indispensável que se procure compreender de que forma o ensino superior se relaciona com o mercado de trabalho, segundo as três gerações que seleccionámos para a nossa análise. Antes de mais, é compreensível que, no grupo dos jovens e no grupo dos idosos, o número de indivíduos a trabalhar seja bastante inferior ao número de indivíduos que não estão a trabalhar. No primeiro caso devido à ainda não entrada no mercado de trabalho e no segundo caso teremos sempre de ponderar que a idade avançada dos indivíduos contribui para que muitos dos inquiridos já estivessem fora do mercado de trabalho aquando da aplicação do inquérito. Desta forma, para a análise da relação que os indivíduos têm com o mercado de trabalho, serão apenas consideradas 45% das respostas dos jovens, 56% das respostas dos adultos e 3% da respostas dos idosos.

Quanto à situação perante o ensino superior, podemos observar na Figura 23 que o grupo com mais indivíduos com ensino superior é o grupo dos jovens (57%), seguindo-se do dos adultos (47%) e restando para o fim o grupo dos idosos (26%). É no grupo de idades mais elevadas que encontramos ainda a maior diferença entre quem não tem ensino superior e quem tem o ensino superior, sendo que a diferença entre uma e outra situação ronda os 48%. Por outro lado encontramos o grupo dos adultos que revela ser o grupo onde o contraste entre os indivíduos com ensino superior e sem ensino superior é menor (com uma diferença de apenas 6%).

Figura 23 – Situação perante o ensino superior segundo as coortes

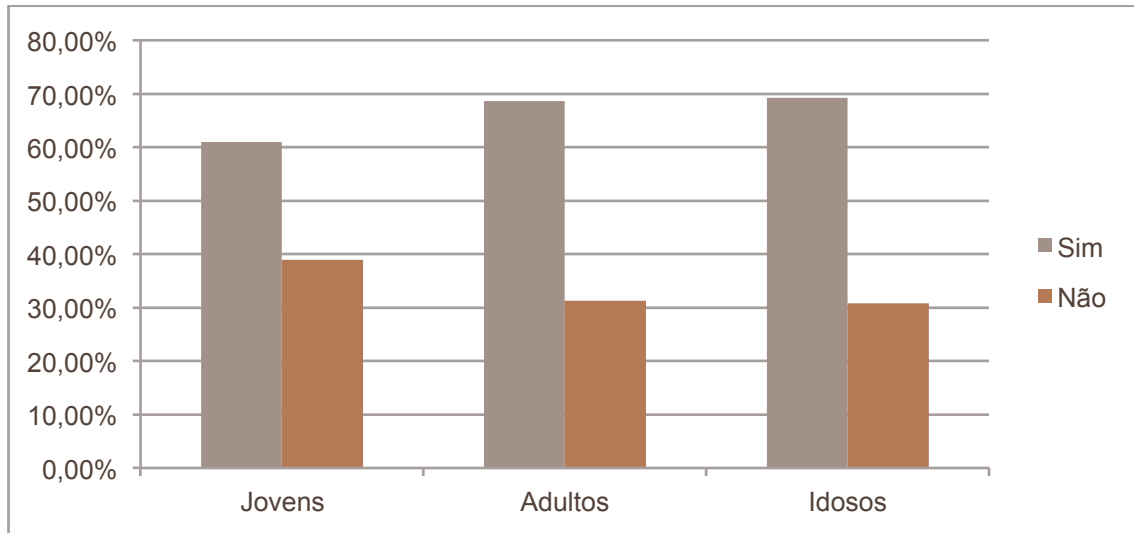


Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

O grupo com os indivíduos mais jovens é também o grupo com mais formação. A questão que agora se impõe é compreender se este facto contribui para algumas diferenças no que diz respeito à sua situação perante o mercado de trabalho, comparativamente com as outras coortes. Para isso vamos, por um lado, analisar a importância dada ao ensino superior no local de trabalho de cada indivíduo, segundo o grupo de idades. Isto é, vamos procurar a existência de diferenças entre as opiniões de cada coorte no que diz respeito à necessidade de alguém que se queira candidatar ao seu emprego ter ou não ter frequentado o ensino superior. Por outro lado vamos ver qual o grupo, em função da situação perante o ensino superior, que sente mais dificuldade em encontrar emprego, caso fosse despedido do emprego actual. Adicionalmente será ainda feita para cada grupo uma breve descrição sobre as razões que levam os indivíduos a esforçarem-se pelo seu emprego.

Uma primeira análise dos dados sobre a necessidade de alguém que se queira candidatar ao seu emprego ter ou não ter frequentado o ensino superior indica-nos que em todos os grupos de idades existe evidência estatística (*valor* $p < 0,001$) para afirmar que há associação entre a opinião sobre essa necessidade de se ter mais formação além da obrigatória e o facto dos inquiridos terem ou não terem frequentado o ensino superior. A Figura 24 mostra que em cada grupo de idades a maioria das opiniões dos indivíduos são favoráveis no que diz respeito a existir a necessidade de um candidato ao emprego do inquirido ter frequentado o ensino além do obrigatório.

Figura 24 – Respostas, segundo o grupo de idades, à questão “Acha necessário que alguém que se candidate ao seu emprego tenha formação além da obrigatória?”



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

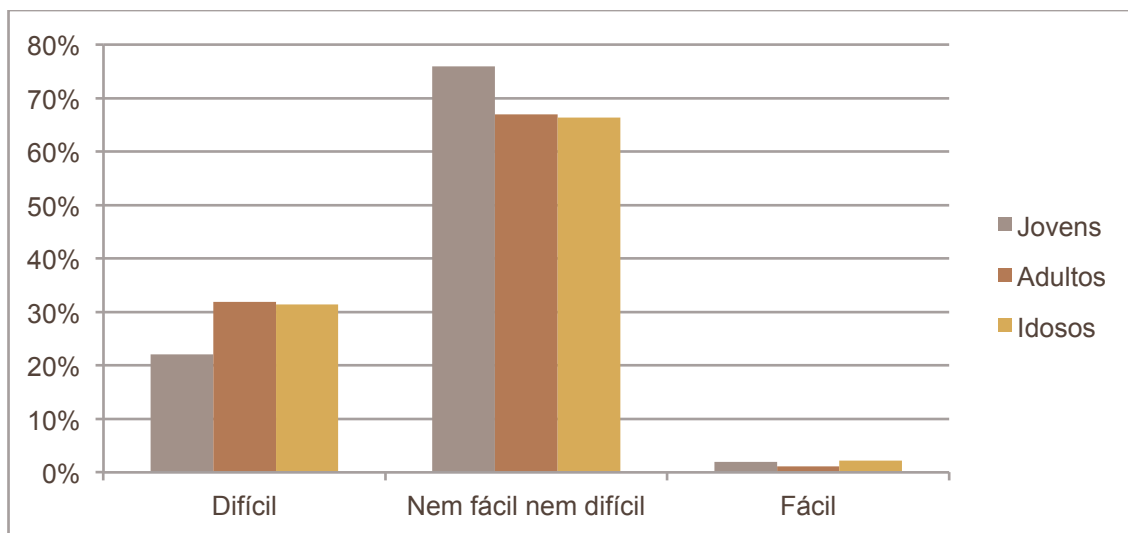
Apesar de também existir evidência estatística (*valor p* < 0,001) para afirmarmos que há uma relação entre ser jovem, adulto ou idoso e facto de se achar que há ou não necessidade de alguém ter formação além da obrigatória, os resultados não parecem diferenciarem-se muito entre si. As respostas positivas variam entre 61%, no caso dos jovens, e 69%, no caso dos adultos e dos idosos; enquanto que as respostas negativas variam entre 39%, no caso do primeiro grupo de idades, e 31%, no caso dos restantes dois grupos. Portanto, pelo menos em termos percentuais, não existem diferenças com significado entre as respostas dos indivíduos.

Uma análise diferente (Figura 25), agora relacionada com a dificuldade ou facilidade que os indivíduos possam sentir caso tenham de encontrar um novo emprego, já aponta no sentido da existência de diferenças entre os três grupos de idades. Existe igualmente evidência estatística (*valor p* < 0,001) para afirmarmos que há uma associação entre o facto dos indivíduos sentirem mais dificuldade ou facilidade na aquisição de um novo emprego e as coortes. E neste seguimento os resultados indicam que, se analisarmos individualmente cada grupo de idades no que diz respeito a esta variável, são os jovens aqueles que têm um conjunto de respostas mais equilibradas. Isto significa que entre os jovens aqueles que afirmam sentir dificuldade (32%) não se distanciam muito daqueles que afirmam sentir facilidade para encontrar um emprego (31%). Ainda assim, e mesmo que os valores não sejam tão contrastantes como no caso dos outros dois grupos, há uma maior percentagem de jovens que centra a sua

resposta numa posição intermédia, afirmando que não seria nem fácil nem difícil encontrar um novo emprego (37%). Por outro lado, a geração que aqui designamos como adulta divide-se de forma menos uniforme. A maior percentagem de indivíduos *adultos* considera que seria difícil encontrar um novo emprego (47%) e apenas 25% afirmar que seria fácil. Os resultados indicam também que existem mais idosos a considerar que seria difícil encontrar um novo emprego (45%). Contudo neste grupo há uma maior percentagem de respostas, na ordem dos 35%, no sentido dos indivíduos considerarem que seria fácil encontrarem um novo emprego.

Se analisarmos não cada geração mas cada opção de resposta observamos que em geral os indivíduos optam por assumir uma posição intermédia, indicando que não acham nem fácil nem difícil encontrar emprego, ainda que aqui se destaquem os jovens com a maior percentagem de resposta nesta categoria. De entre aqueles que acham difícil encontrar um novo emprego mais de 60% são ou adultos ou idosos, e a menor percentagem de respostas nesta categoria corresponde aos jovens.

Figura 25 – Dificuldade ou facilidade em encontrar um novo emprego, em função da coorte



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Podemos então concluir que poucos são os indivíduos, independentemente da coorte a que pertençam, que consideram ser fácil encontrar um novo emprego dividindo-se as opiniões entre *nem ser fácil nem difícil* e entre *ser difícil*. Ainda assim, podemos inferir que os jovens são a geração que, ainda assim, considera ser *menos*

difícil encontrar um novo emprego. A idade parece assim ser um indicador importante na relação que os indivíduos têm com o mercado de trabalho.

Uma outra forma de analisar a relação que os indivíduos têm com o trabalho é através das razões que os levam a dedicarem-se ao seu emprego. Assim, consideramos diferentes motivos que podem explicar o motivo pelo qual os trabalhadores se esforçam no seu emprego. Entre estes encontram-se a realização pessoal, a manutenção do emprego, a utilidade que o emprego pode ter para outras pessoas, a obtenção de um aumento ou salário, o interesse das tarefas desenvolvidas e a consciência de que todos os trabalhadores se devem empenhar no trabalho. O Quadro 19 mostra que em cada geração há uma percentagem muito reduzida de indivíduos que afirmam não se esforçar no seu trabalho, sendo que essa percentagem é sempre inferior a 1% ou mesmo nula no caso dos idosos. Este facto dá-nos a informação de que a quase maioria dos inquiridos se esforça no seu trabalho, ainda que por motivos diferentes.

Quadro 19 – Motivos que levam os indivíduos a esforçarem-se no trabalho, segundo a coorte

	Jovens	Adultos	Idosos
Realização pessoal	33,1%	37,9%	47,8%
Manter o meu emprego	24,9%	22,6%	10,6%
O meu trabalho é útil para outras pessoas	10,3%	13,0%	9,7%
Receber um aumento ou promoção	11,2%	4,1%	1,8%
As minhas tarefas são interessantes	10,5%	12,3%	16,8%
É dever de todos fazer sempre o seu melhor	8,6%	9,2%	11,5%
Outra razão	1,0%	0,6%	1,8%
Não me esforço	0,3%	0,3%	0,0%

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

O motivo mais destacado pelos jovens (33%), adultos (38%) e idosos (48%) é o da “realização pessoal”. Portanto uma parte dos inquiridos esforça-se no trabalho pelo sentido de concretização que daí retiram. Existe ainda uma parcela de jovens e de adultos que afirmam que o seu esforço no trabalho é motivado pela necessidade de manterem o emprego. Esta afirmação corresponde a 25% dos jovens e a 23% dos adultos, sendo o segundo motivo mais apontado por estas duas gerações. No caso dos idosos, o segundo motivo mais assinalado diz respeito ao facto das tarefas desenvolvidas serem interessantes (17%). Se no caso dos jovens o esforço no trabalho pode ser motivado por se ter em vista um aumento ou uma promoção (11%), sendo

esta a terceira opção com maior percentagem de respostas, este motivo parece ser o que é menos considerado por adultos (4%) e por idosos (2%). Por outro lado o motivo menos considerado pelos jovens é o de acreditarem que “é dever de todos fazerem sempre o seu melhor” (9%), enquanto que esta é a terceira opção mais indicada pelos idosos (12%).

Mais uma vez podemos concluir que a idade é um indicador importante para a compreensão da relação que os indivíduos têm com o mercado de trabalho. Ainda que o principal motivo pelo qual os indivíduos se esforcem no trabalho seja comum às três gerações, os restantes motivos vão variando com diferentes graus de importância atribuído ora pelos jovens, ora pelos adultos, ora pelos idosos.

4.4.2. Atitudes geracionais perante o emprego

As atitudes perante emprego permitem compreender o modo como os indivíduos entendem o trabalho e, ainda que não sejam um indicador determinante, visto que nem sempre os indivíduos se comportam de acordo com as suas atitudes, são um factor que nos levanta algumas pistas sobre os possíveis comportamentos dos trabalhadores. Estamos cientes de que, principalmente no tipo de inquérito aplicado, os inquiridos têm tendência para responder o que vai de acordo com as expectativas sociais e nem sempre com a sua conduta individual. Ainda assim o que aqui pretendemos é indicar as atitudes dos indivíduos em função da coorte a que pertençam, e avançar com algumas pistas de investigação para outros estudos.

Desta forma seleccionámos, em primeiro lugar, uma variável no sentido de compreender se os indivíduos trabalhariam mesmo não necessitando do dinheiro. Em segundo lugar, seleccionámos um grupo de variáveis que nos permite avaliar a importância dada pelos indivíduos de cada coorte a alguns aspectos no momento da escolha de um emprego. Entre esses aspectos estão a possibilidade que o emprego ofereça para o trabalhador utilizar a sua própria iniciativa, a segurança no trabalho, o salário ser elevado, a possibilidade de conciliar a família com o trabalho e as oportunidades de formação oferecidas ao trabalhador.

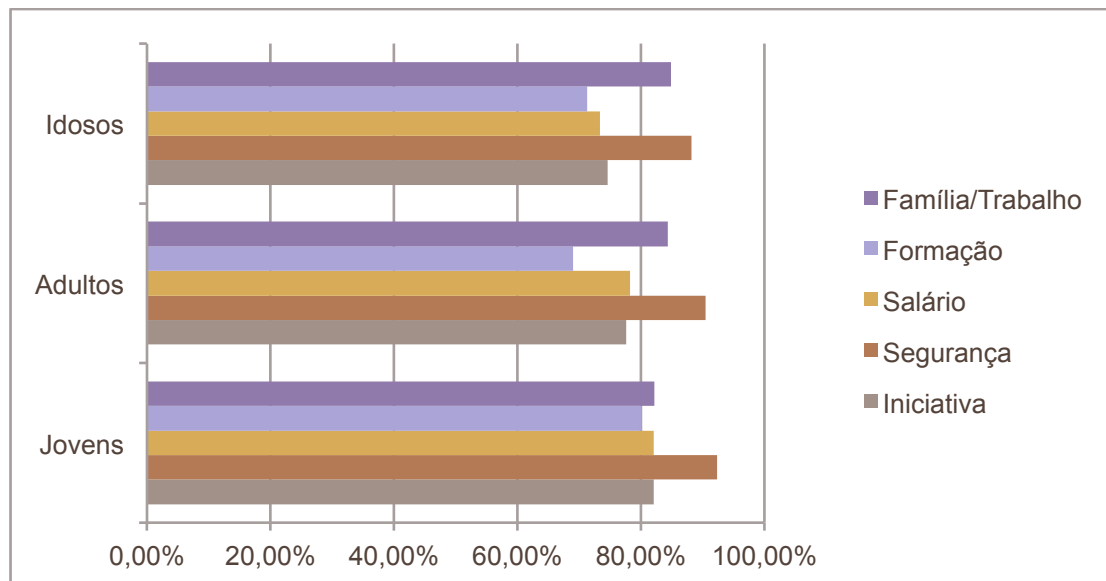
Começamos então por observar que mais de metade dos inquiridos (55%) afirmam concordar com o facto de gostarem de ter um trabalho remunerado, ainda que não necessitassem do dinheiro. Analisando cada grupo geracional vimos que de acordo

com esta afirmação estão 59% dos jovens, 53% dos adultos e 49% dos idosos. Compreensivelmente, de entre indivíduos com mais de 65 anos de idade 32% afirma não gostar de ter um emprego caso não precisasse de dinheiro. Também 30% dos adultos preferia não trabalhar, se não necessitasse do dinheiro, enquanto que dos jovens menos de um quarto dos indivíduos são desta mesma opinião (24%).

Outra forma de analisar as atitudes dos indivíduos perante o emprego é avaliar a importância que estes atribuem a alguns factores no momento em que escolhem um emprego. De forma geral os vários indivíduos das diferentes coortes atribuem bastante importância aos cinco factores seleccionados, tendo em conta que entre 73% e 91% dos inquiridos que responderam a esta questão afirmar dar muita importância a cada um destes factores enquanto que apenas entre 5% e 9% dizem que estes não têm qualquer importância para a escolha de um possível emprego. Verificámos também que, com um nível de 99% de confiança, que há evidência estatística (*valor p* < 0,001) para afirmar que todos e cada um dos cinco factores em análise estão associados à coorte a que os sujeitos pertençam. Deste modo, existem algumas diferenças na importância atribuída, por cada grupo geracional, aos vários factores.

Em primeiro lugar observamos que o factor mais valorizado é a segurança que o emprego possa oferecer, tanto para os jovens (82%), como que para os adultos (78%) e ainda para os idosos (75%), como mostra a Figura 26.

Figura 26 – Importância dada a alguns factores aquando da escolha do emprego, segundo as coortes



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

De igual modo, parece existir consenso entre as gerações na escolha do factor que menos importância tem na escolha do emprego, sendo esse factor as oportunidades de formação disponibilizadas pelo emprego. Ainda assim, a análise das respostas das várias coortes mostra que os jovens são aqueles que dão mais importância à formação quando pensam em escolher um emprego, tendo em consideração que 80% de entre estes indivíduos atribuem importância a este factor enquanto que 69% dos adultos e 71% dos idosos o fazem. São também os jovens quem mais importância atribui ao salário elevado e à possibilidade de desenvolver a iniciativa própria, contando estes factores, com 82% das respostas dos jovens versus os 78% das respostas dos adultos e os correspondentes 74% e 75% das respostas dos idosos. De facto, a importância que os jovens atribuem a cada factor apenas não é superior à importância que as outras duas coortes conferem no caso da conciliação entre trabalho e família. Neste caso são os idosos quem mais valoriza o factor aquando da escolha de um emprego, com 85% das respostas destes indivíduos, seguindo-se de imediato os adultos com uma percentagem de respostas muito semelhante (84%) e, não muito distantes, os jovens, de entre os quais contamos 82% das respostas.

Concluimos mais uma vez que a idade nos permite explicar muito da forma como os indivíduos entendem o mercado de trabalho dando algumas pistas do modo como a transição para a vida adulta se possa fazer. As atitudes perante o emprego mostram como os jovens de hoje são exigentes na escolha de um emprego. Procuram mais um salário elevado, oportunidades de formação e a possibilidade de usarem a sua iniciativa do que as outras gerações. A dificuldade que inegavelmente existe para se conseguir encontrar um emprego não parece ser um motivo para baixar os critérios no momento da escolha de um emprego. Ainda assim, recordemos que o que acabámos de analisar são atitudes, não implicando estas respostas que os indivíduos, em termos práticos, sigam estes critérios.

Capítulo 5

Padrões na entrada no mercado de trabalho

No capítulo anterior acabamos de responder a questões fundamentais para a investigação a que nos propusemos. Compreendemos as diferenças e as semelhanças entre vários contextos geográficos, entre os homens e as mulheres, e ainda entre três gerações distintas. Mas o interesse em responder a estas questões é mais do que meramente descrever e sistematizar conteúdos. Importa enquadrar estes fenómenos e ainda outros complementares num conjunto que nos possa conduzir a uma compreensão holística do processo da transição para a vida adulta. Consideramos muito pertinente encontrar o conjunto de factores que nos ajudem a explicar o que potencialmente pode influenciar a entrada no mercado de trabalho.

Como foi visto ao longo desta dissertação, a entrada no mundo laboral é um marco intransponível no processo de transição para a vida adulta. Existe uma inúmera variabilidade entre os jovens e jovens-adultos na construção da sua adultícia. Hoje não há uma transição rígida onde obrigatoriamente se deve seguir um conjunto sequencial de marcadores de transição, em que os jovens arranjam emprego, saem de casa dos pais, casam e têm filhos. Há uma multiplicidade de opções que nos leva a falar em transições, num sentido plural. Isto é indubitável. Ainda assim, existe um destes marcos do qual todos os outros estão dependentes. Sem a entrada no mercado de trabalho, sem uma fonte de rendimento própria, os jovens não conseguem conquistar a sua independência e autonomia no sentido verdadeiro de cada termo.

Entrar no mercado de trabalho condiciona o facto de se conseguir arranjar a própria casa, de reunir condições para casar ou viver com alguém e para constituir família. No fundo, ser adulto está dependente de ter ou de não ter emprego. E por este motivo propomo-nos a explicar que variáveis podem influenciar o facto dos jovens terem ou não terem um emprego. Para isto, construímos um modelo de regressão logística (Hosmer e Lemeshow, 2000), tendo em conta que a variável que queremos explicar (variável resposta) é uma variável dicotómica (i.e. assume apenas dois valores que indicam a verificação ou não de um determinado acontecimento, neste caso *ter* ou *não ter* emprego).

Para a modelação escolhemos um total de 14 variáveis: *país, género, idade, zona de residência, situação do pai perante o emprego, situação da mãe perante o emprego, situação perante o ensino superior, qualificações do pai, qualificações da mãe, estado civil, satisfação com a vida, satisfação com o governo, satisfação com a*

economia e situação do indivíduo perante o desemprego (Quadro 20). Estas variáveis foram seleccionadas da base de dados do *European Social Survey* que temos utilizado até ao momento. Todo o processo de modelação foi realizado com recurso ao *software* “The R Project for Statistical Computing” (2012, versão 2.15.0).

Quadro 20 – Variáveis e categorias das variáveis seleccionadas para o modelo

Variável	Categoria
País	Alemanha; Espanha; França; Hungria; Noruega; Portugal; R. Unido; R. Checa; Suécia
Género	Masculino; Feminino
Idade	[17;31]
Zona de Residência	Grande cidade; Subúrbios; Vila; Aldeia; Quinta
Situação do pai perante o emprego	Conta de outrem; Conta própria; Desempregado; Falecido/ausente
Situação da mãe perante o emprego	Conta de outrem; Conta própria; Desempregada; Falecida/ausente
Situação perante o ensino superior	Não frequentou; Frequentou
Qualificações do pai	Ensino não superior; Ensino superior
Qualificações da mãe	Ensino não superior; Ensino superior
Estado civil	Solteiro; Casado/União de facto; Divorciado/Separado; Viúvo
Satisfação com a vida	Não satisfeito; Satisfeito
Satisfação com o governo	Não satisfeito; Satisfeito
Satisfação com a economia	Não satisfeito; Satisfeito
Situação perante o desemprego	Já esteve desempregado; Não esteve desempregado

5.1. Desenho de um padrão: procura da explicação para se ter ou não ter emprego

A primeira preocupação, antes de avançarmos para a modelação em si, foi no sentido de verificar a existência de valores correspondentes a categorias não representativas. Desta forma, a primeira etapa correspondeu ao tratamento da base de

dados onde identificamos os valores que correspondem a *não aplicáveis*. Para concluir esta etapa inicial procedemos ainda à definição da categoria de referência de cada variável categórica.

A etapa seguinte foi a realização da análise univariada, isto é, foi analisada a significância individual de cada variável, recorrendo ao teste de Wald. Os resultados desta análise são apresentados no Quadro 21.

Quadro 21 – Coeficientes, desvio padrão, valores p, odds ratio e intervalos de confiança da análise univariada do modelo logístico.

Variável	Coeficiente	Desvio Padrão	Valor p (Wald)
Situação perante o emprego			
País: R. Checa	0,242	0,154	0,115
País: Alemanha	-0,183	0,155	0,235
País: Espanha	-0,011	0,164	0,943
País: França	-0,571	0,192	0,002
País: R. Unido	-0,983	0,187	< 0,001
País: Hungria	0,194	0,168	0,248
País: Noruega	-1,540	0,239	< 0,001
País: Suécia	-1,502	0,243	< 0,001
Género	0,168	0,079	0,032
Idade	-0,366	0,014	< 0,001
Residência: Grande cidade	-0,163	0,150	0,278
Residência: Subúrbios	0,135	0,105	0,197
Residência: vila	0,181	0,112	0,106
Residência: aldeia ou quinta	-1,186	0,340	< 0,001
Situação do pai perante o emprego	0,267	0,185	0,150
Situação da mãe perante o emprego	-0,027	0,092	0,767
Situação perante o ensino superior	-0,848	0,081	< 0,001
Qualificação do pai	0,040	0,097	0,679
Qualificação da mãe	-0,059	0,099	0,552
Estado civil	-1,563	0,158	< 0,001
Satisfação com a vida	0,262	0,103	0,011
Satisfação com o governo	-0,106	0,095	0,263
Satisfação com a economia	-0,255	0,090	0,004
Esteve desempregado	1,544	0,128	< 0,001

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

A primeira observação desta análise univariada evidencia a necessidade de juntar categorias no caso das variáveis *país* e *zona de residência*, com o objectivo de tentar que cada uma das variáveis se torne mais significativa para o modelo. Deste modo, depois de analisadas algumas alternativas, tomou-se a decisão de agregar a variável *país* do seguinte modo, tendo em consideração as diferenças estatísticas, mas também geográficas, entre os países: Portugal/Espanha/Hungria (sendo esta, de ora adiante, a categoria base desta variável para o modelo); República Checa; Alemanha/França; Reino Unido; Noruega/Suécia. Quanto à variável *zona de residência* agregaram-se as seguintes categorias, de acordo com iguais motivos: grande cidade/subúrbios (categoria base); vila; aldeia/quinta. Depois da junção destas variáveis verificámos ainda que existiam quatro variáveis cujo *valor p* é superior a 25%, pelo que não entrarão na primeira fase da análise multivariada – são elas: a *situação da mãe perante o emprego*, as *qualificações do pai*, as *qualificações da mãe* e a *satisfação com o governo*.

Esta nova etapa do processo de modelação leva a retirar do modelo a *situação perante o ensino superior*, a *satisfação perante a vida*, a *zona de residência*, a *satisfação com a economia do país* e o *estado civil*. Tendo em conta o objectivo central da presente dissertação, damos especial relevância à variável *situação perante o ensino superior*. Veja-se que, ainda que na análise multivariada não seja significativa, numa análise individual a situação dos jovens perante o ensino indica-nos que para os jovens que frequentam ou já frequentaram o ensino superior as possibilidades de não ter emprego diminuem em 60% quando comparados com os restantes jovens quem nunca frequentaram o ensino superior. Contudo, no conjunto das restantes variáveis esta variável não contribui significativamente para explicar que os jovens tenham ou não um emprego. Portanto, de acordo com esta análise, ter ou não ter frequentado o ensino superior não é um factor explicativo para a situação dos jovens perante o mercado de trabalho.

Se por um lado existem variáveis que individualmente parecem explicar a variável resposta, mas no conjunto não têm significância, o contrário também se pode verificar. Isto é, pode suceder que algumas variáveis não se revelem pertinentes quando analisadas sozinhas, mas que no conjunto contribuam para um melhor grau de explicação do modelo. Por este motivo foi verificada a importância de cada variável que ficou de fora no modelo inicial. Apenas uma das quatro variáveis que tinham sido

excluídas contribuí significativamente para a melhoria do grau de explicação do modelo. Por esta razão tomou-se a decisão de incluir no modelo a variável *qualificações do pai*.

O passo seguinte foi no sentido de garantir a qualidade do modelo, tendo-se realizado uma observação cuidadosa de cada variável incluída no modelo. Para as variáveis do tipo categórico deve-se ter sempre em consideração o número de casos em cada categoria de modo a que nenhuma apresente um número de casos demasiado reduzido. De acordo com este princípio decidimos pela junção de categorias adjacentes da *zona de residência*. Em algumas variáveis, como foi o caso do país, houve junção de categorias após se ter concluído não haver evidência estatística de que essas categorias eram diferentes. Desta forma ficaram definidas as categorias finais das variáveis no modelo (Quadro 22).

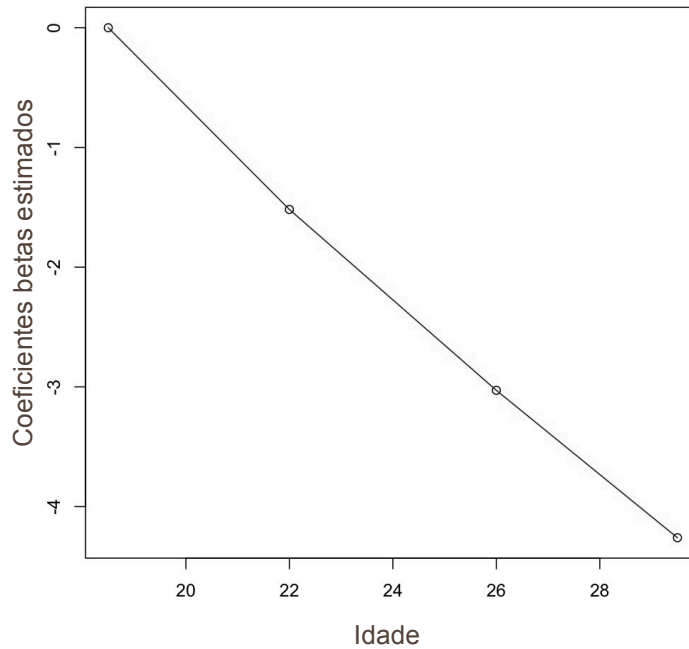
Quadro 22 – Número de casos por categoria das variáveis

Categoria	País					Género	
	0	1	2	5	7	1	2
Nº Casos	1118	556	954	462	648	1823	1915

Categoria	Zona de Residência			Emprego da mãe		Esteve desempregado		Qualificações do pai	
	1	2	3	1	3	1	2	0	1
Nº Casos	1274	1361	1100	2733	929	992	2738	2559	785

No caso da idade, a única variável contínua, é necessário garantir o pressuposto da linearidade com o *logit*. Recorremos com essa finalidade ao método dos quartis (Figura 27) que não deixou dúvidas quanto à linearidade da variável idade.

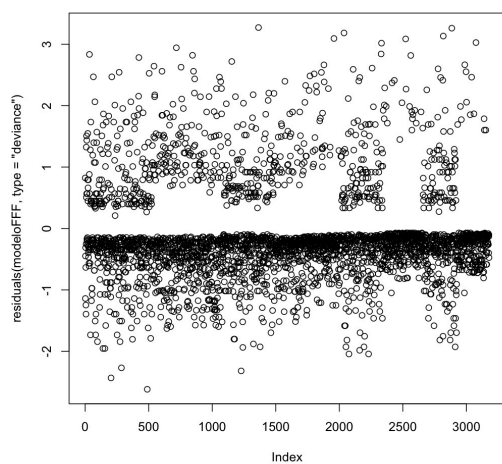
Figura 27 – Linha *lowess* da representação dos quartis da idade



Com o modelo construído e garantidos os pressupostos acima verificados, procedemos à procura de interações entre as variáveis com a finalidade de melhorar o grau de explicação do modelo. Ao nível de significância de 5% mostraram-se significativas três interações: *país e idade*, *género e situação da mãe perante o emprego e idade* e *situação do indivíduo perante o desemprego*.

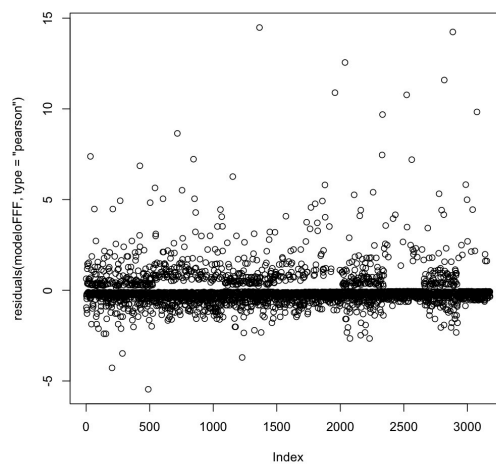
Foi também realizada uma análise de resíduos que nos permitiu avaliar cada uma das variáveis presentes no modelo no que diz respeito à existência de valores extremos e/ou influentes (ver Figuras 28, 29 e 30 e Anexo – Figuras A1 a A15).

Figura 28 – Análise de resíduos (Deviance)



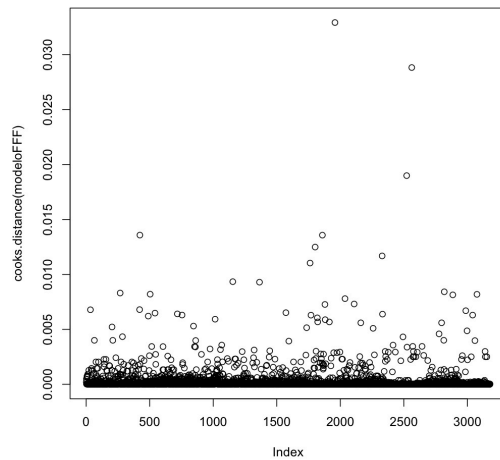
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Figura 29 – Análise de resíduos (Pearson)



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

**Figura 30 – Análise de resíduos
(Distância de Cook)**



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

A observação da análise de resíduos permitiu-nos identificar um caso bastante influente (alterando 90% o coeficiente da variável *situação da mãe perante o emprego*). Esta conclusão foi retirada depois de identificado o indivíduo e analisado o seu perfil⁷, que nos pareceu um caso atípico e pouco credível. Feita a comparação entre o modelo com a observação e o modelo sem a observação verificamos que o modelo ganharia com a exclusão deste caso pelo que optamos por retirar a observação.

5.1.1. Avaliação do modelo

Torna-se agora fundamental avaliar o ajustamento que este modelo final tem aos dados. Para esse efeito recorreremos ao teste de Hosmer-Lemeshow, avaliando então a bondade de ajustamento. Os resultados deste teste revelam um valor de qui-quadrado não significativo ($\chi^2 = 4,965$; *valor p* = 0,29, para 8 graus de liberdade) que nos permite concluir que o modelo se ajusta aos dados.

⁷ Um britânico de 31 anos que está a trabalhar, tendo estado desempregado ou à procura de emprego nos últimos 3 meses, e cujos pais não estão a trabalhar nem frequentaram o ensino superior.

Chegou-se então ao modelo final (Quadro 23), cuja equação se pode escrever da forma:

$$\pi(x) = \exp((6,16 + 0,21R. Checa - 4,29AlemanhaFrança - 4,23R. Unido - 7,13NoruegaSuécia + 0,25género - 4,55idade + 4,55desemprego - 0,06empregomae + 0,41qualificaçõespai + 0,19R. Checa * idade + 0,16AlemanhaFrança * idade + 0,13R. Unido * idade + 0,72género * empregomae - 0,16idade * desemprego)) / [1 + \exp] ((6,16 + 0,21R. Checa - 4,29AlemanhaFrança - 4,23R. Unido - 7,13NoruegaSuécia + 0,25género - 4,55idade + 4,55desemprego - 0,06empregomae + 0,41qualificaçõespai + 0,19R. Checa * idade + 0,16AlemanhaFrança * idade + 0,13R. Unido * idade + 0,72género * empregomae - 0,16idade * desemprego))$$

Quadro 23 – Coeficientes, desvio padrão e valores p do modelo final ajustado

Variável	Coeficiente	Desvio Padrão	Valor p (Wald)
Situação perante o emprego ^a	6,155	1,175	<0,001
País: R. Checa ^b	0,211	1,168	0,857
País: Alemanha/França ^b	-4,286	0,957	0,001
País: R. Unido ^b	-4,228	1,652	0,010
País: Noruega/Suécia ^b	-7,133	1,454	<0,001
Género ^c	0,253	0,130	0,052
Idade	-0,360	0,051	<0,001
Esteve desempregado ^d	4,551	1,140	<0,001
Situação da mãe perante o emprego ^e	-0,064	0,212	0,762
Qualificação do pai ^f	0,416	0,135	0,002
País: R. Checa*Idade	0,019	0,052	0,710
País: Alemanha/França*Idade	0,158	0,044	<0,001
País: R. Unido*Idade	0,127	0,077	0,096
País: Noruega/Suécia*Idade	0,210	0,071	0,003
Género*Situação da mãe perante o emprego	0,719	0,273	0,009
Idade*Esteve desempregado	-0,155	0,049	0,002

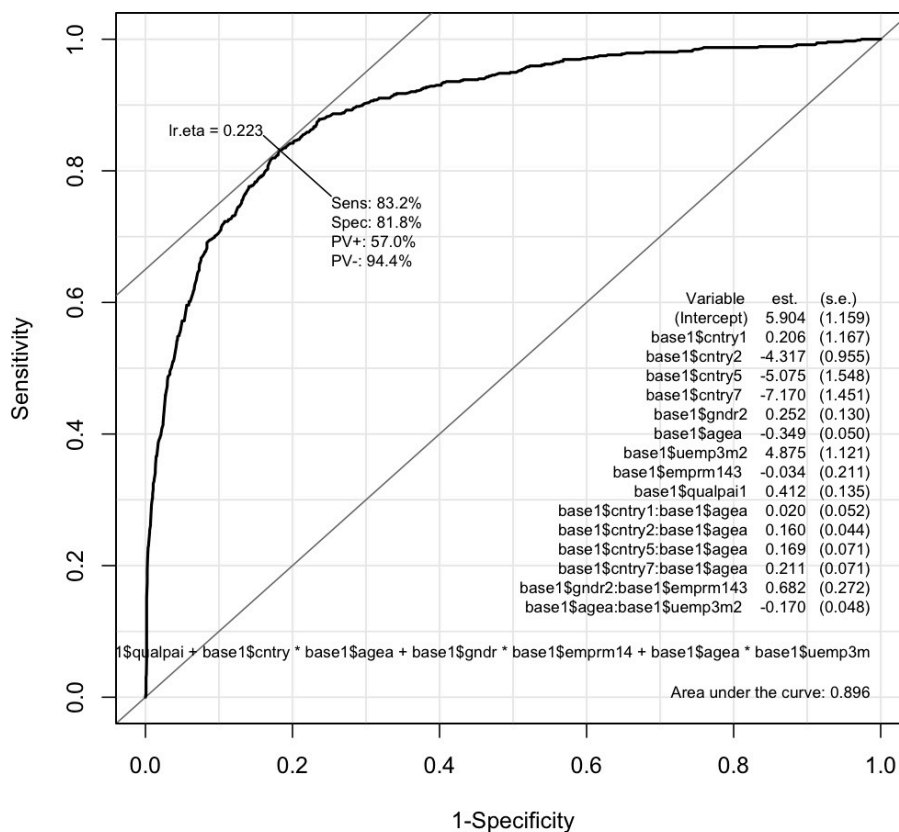
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

- ^a A categoria *não ter emprego* é a categoria de referência.
^b Os países *Portugal, Espanha e Hungria* são a categoria de referência.
^c O género *masculino* é a categoria de referência.
^d O modelo faz a distinção entre apenas duas categorias: *não está a trabalhar* e *outra situação perante o emprego*, que é a categoria de referência, e que resulta da junção das categorias *estar a trabalhar* e *pai falecido ou desconhecido*.

- e O modelo faz a distinção entre apenas duas categorias: *Outra situação perante o emprego* (resulta da junção das categorias *estar a trabalhar e mãe falecida ou desconhecida*) e *estar a trabalhar* que é a categoria de referência e que resulta da junção das categorias *trabalhadora por conta de outrem e trabalhadora por conta própria*.
- f As qualificações *não superiores* são a categoria de referência.

Para avaliar a capacidade discriminativa do modelo recorreremos à Curva ROC (*Receiver Operating Characteristic*) que também nos permite encontrar um valor de corte adequado no caso de pretendermos usar o modelo final para efeitos de classificação (Figura 31). O valor final apresenta uma AUC (*Area Under the Curve*) igual a 0,896 e um coeficiente de determinação de Nagelkerke é igual a 0,53. Com estes valores podemos classificar o nosso modelo como muito bom no que diz respeito à sua capacidade discriminativa (Hosmer e Lemeshow, 2000), tendo em conta que essa área nos fornece a medida da habilidade que o modelo possui para discriminar entre os indivíduos que têm o atributo (*ter emprego*) e os que não o têm (*não ter emprego*). Assim, a curva ROC do modelo que obtivemos, que conceptualmente equivale a uma curva que mostra a relação entre a potência do teste e a probabilidade de cometer um erro de tipo I com a variação do valor crítico do teste, revela uma exatidão a ordem dos 90%, com 83% de sensibilidade e 82% de especificidade para um ponto de corte igual a 0,223.

Figura 31 – Curva ROC associada ao modelo logístico ajustado



5.2. Ter e não ter emprego: a procura de um padrão

Para se interpretar e quantificar a influência de cada variável selecionada para o modelo na variável que estamos a estudar calcularam-se os *odds ratio*, assim como os respectivos intervalos de confiança a 95%. De acordo com o modelo final que obtivemos é possível retirar algumas conclusões no que diz respeito à influência das *qualificações do pai*, à influência do *género e da situação da mãe perante o emprego*, à influência do *país e da idade*, à influência do *desemprego e da idade* e, por fim, à influência da *idade, do país e do desemprego*.

Todas estas variáveis permitem-nos identificar o perfil de jovens de nove países europeus que têm mais probabilidade de ter um emprego e, conseqüentemente, de ter entrado na vida adulta. Assim, com vista de traçar esse perfil, e com o objectivo inicialmente proposto de compreender em que medida a sociedade facilita ou inibe a entrada na vida adulta, foi feita a análise da influência das variáveis acima identificadas.

5.2.1. Compreender o padrão: influência das qualificações do pai

Uma primeira análise dos factores que influenciam o facto de um jovem ter emprego indica-nos que a possibilidade de um indivíduo ter emprego aumenta em mais de metade no caso dos indivíduos cujo pai frequentou o ensino superior, quando comparados com os indivíduos em que o pai não frequentou o ensino superior. A um nível de confiança de 95% podemos afirmar que um indivíduo cujo pai tenha frequentado o ensino superior tem uma possibilidade superior de ter emprego que varia 1,2 e 2.0 vezes.

5.2.2. Compreender o padrão: influência do género e da situação da mãe perante o emprego

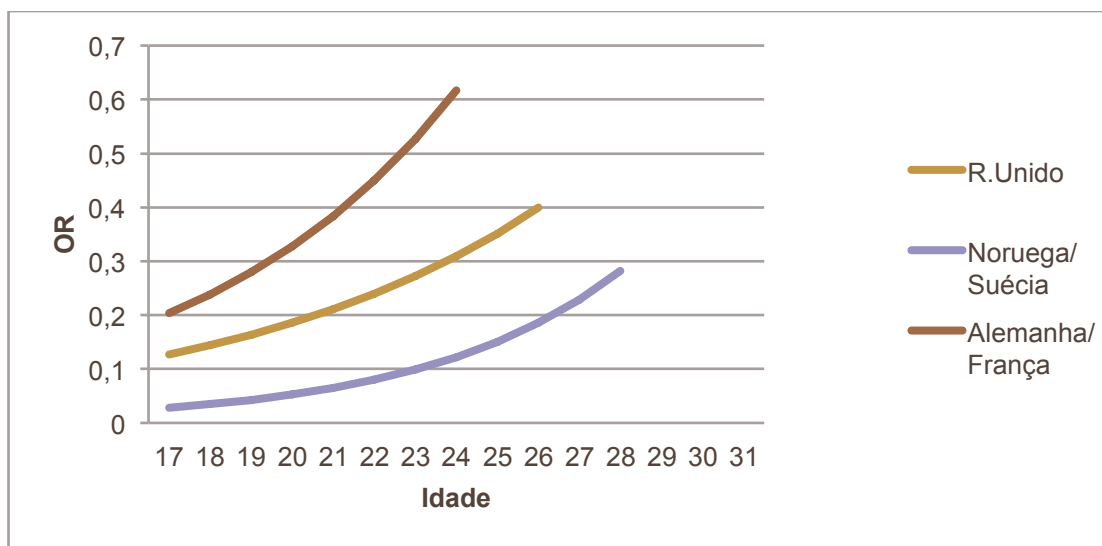
A primeira interacção significativa que encontramos corresponde à interacção género*situação da mãe perante o desemprego. Fixando o género dos indivíduos, é possível analisar a influência que a situação da mãe perante o emprego pode ter no facto dos jovens terem emprego. Um indivíduo do género masculino cuja mãe esteja a trabalhar tem aproximadamente mais 50% de possibilidades de ter um emprego relativamente aos indivíduos do mesmo sexo cujas mães tenham outra situação perante o emprego ($IC_{95\%} =]1,4;2,7[$). Pelo contrário, no caso dos indivíduos do género feminino, o facto da mãe ter outra situação perante o emprego não se revela uma situação significativa.

De igual forma, se fixarmos a situação da mãe perante o emprego podemos analisar a influência que o género pode ter no facto dos jovens terem emprego. No caso das mães terem outra situação perante o emprego, o facto de ser do género masculino aumenta em mais de 2,5 vezes as possibilidades de ter emprego ($IC_{95\%} =]1,6;4,2[$). Para os indivíduos do género masculino que têm a mãe a trabalhar a situação não se manifesta significativa para a nossa análise; ainda assim, veja-se que estes têm 29% mais possibilidades de ter um emprego relativamente a um indivíduo do género feminino com a mãe nas mesma situação perante o emprego ($IC_{95\%} =]0,9;1,7[$).

5.2.3. Compreender o padrão: influência do país em função da idade

Ao compararmos os vários países verificamos que em qualquer um deles a possibilidade de não ter emprego é menor do que em Portugal, Espanha ou na Hungria (países base). É isto que os valores, sempre inferiores a 1 e nalguns casos bem próximos de 0, na Figura 32 nos mostram. Na Noruega e na Suécia essa possibilidade varia mesmo entre 72% e 98%. A análise do acontecimento *não ter emprego* ao longo das diferentes idades, comparada com a situação dos países base permite-nos ainda concluir que com o aumento da idade as possibilidades de *não ter emprego* são maiores para os jovens. Verificamos que as diferenças entre, por um lado a Alemanha/França, Reino Unido e Noruega/Suécia, e, por outro lado, os designados países base, se atenuam com o aumento da idade dos indivíduos.

Figura 32 – Influência do país em função da idade, no facto de não se ter emprego

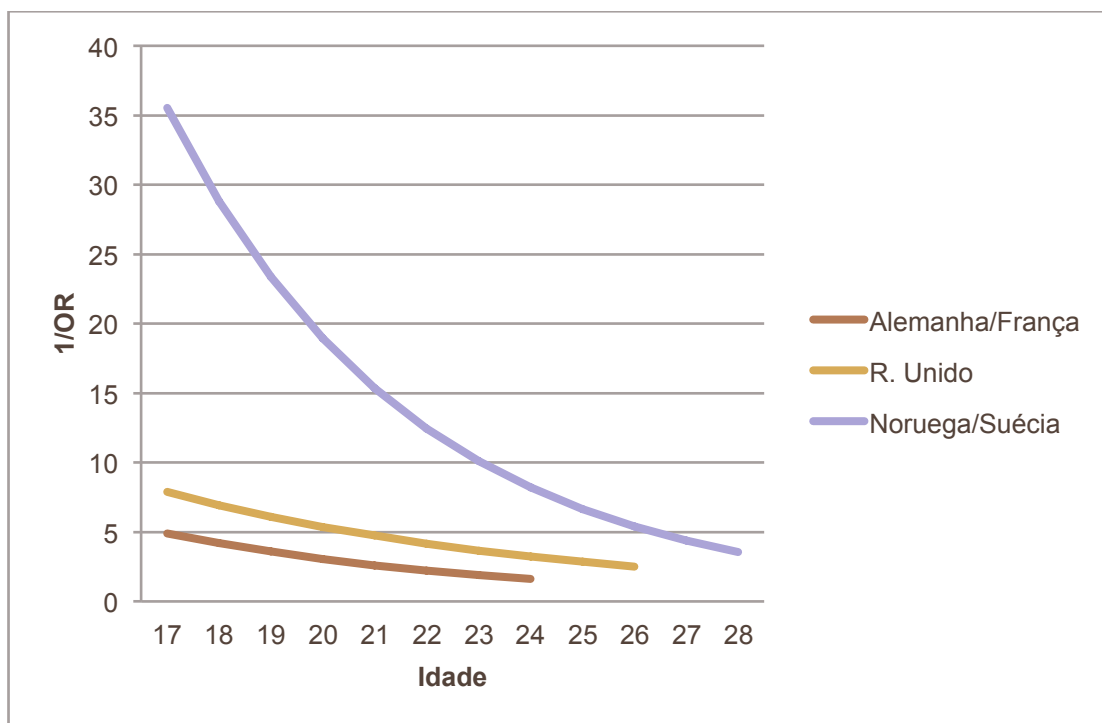


Fonte: ESS, 2010 (Anexo – Quadro iv). Elaboração própria.

Visto isto concluímos que há maior possibilidade dos jovens terem emprego nos países em análise do que em Portugal, Espanha ou na Hungria. Essa possibilidade é mais notória na Noruega e na Suécia, onde os jovens de 17 anos têm 35 vezes mais possibilidades de ter um emprego quando comparados com os portugueses, os espanhóis ou os húngaros. É também nestes dois países nórdicos que se verifica a maior variação na possibilidade de se ter um emprego, onde, com o avançar da idade as possibilidades baixam para *apenas* 3 vezes mais do que em Portugal, Espanha e Hungria.

Não só para o caso da Noruega e Suécia, mas também para os restantes países, e já como verificámos na Figura 33, podemos observar, agora na Figura 33, que à medida que a idade dos jovens aumenta a possibilidade de ter um emprego na Alemanha/França, no Reino Unido ou na Noruega/Suécia se aproxima da de ter um emprego em Portugal, na Espanha ou na Hungria. Ainda assim as possibilidades de ter emprego nos três grupos de países representados na Figura abaixo é sempre superior aos países bases considerados para a comparação.

Figura 33 - Influência do país em função da idade, no facto de se ter emprego

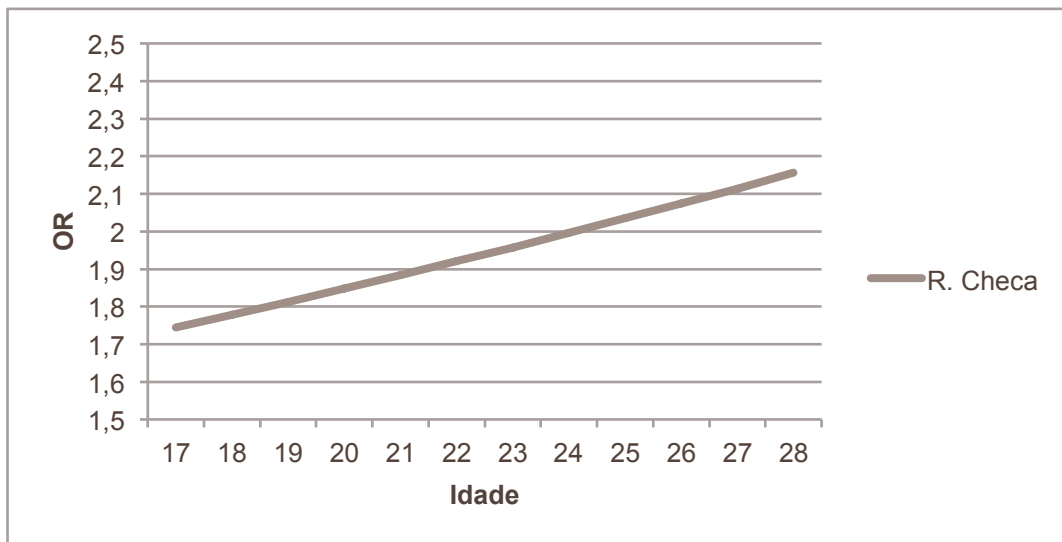


Fonte: ESS, 2010 (Anexo – Quadro v). Elaboração própria.

Na interpretação dos resultados da influência do país de origem e da idade dos jovens no facto de terem ou não terem emprego há um caso que se destaca dos restantes e que, por esse motivo, carece de uma análise individual. Referimo-nos ao caso dos jovens da República Checa.

De facto, os jovens checos, são os únicos que se encontram numa situação menos favorável face ao emprego quando comparados com os portugueses, os espanhóis ou os húngaros (Figura 34). Na República Checa existe uma maior possibilidade de não se ter emprego do que em Portugal, na Espanha e na Hungria, variando essa possibilidade entre 26% e 84%. O aumento da idade dos jovens checos aumenta também a possibilidade de não se ter emprego, afastando-se assim ainda mais da possibilidade de não ter emprego num dos três países base da comparação que aqui fazemos.

Figura 34 – Influência do país (R. Checa) em função da idade, no facto de não se ter emprego



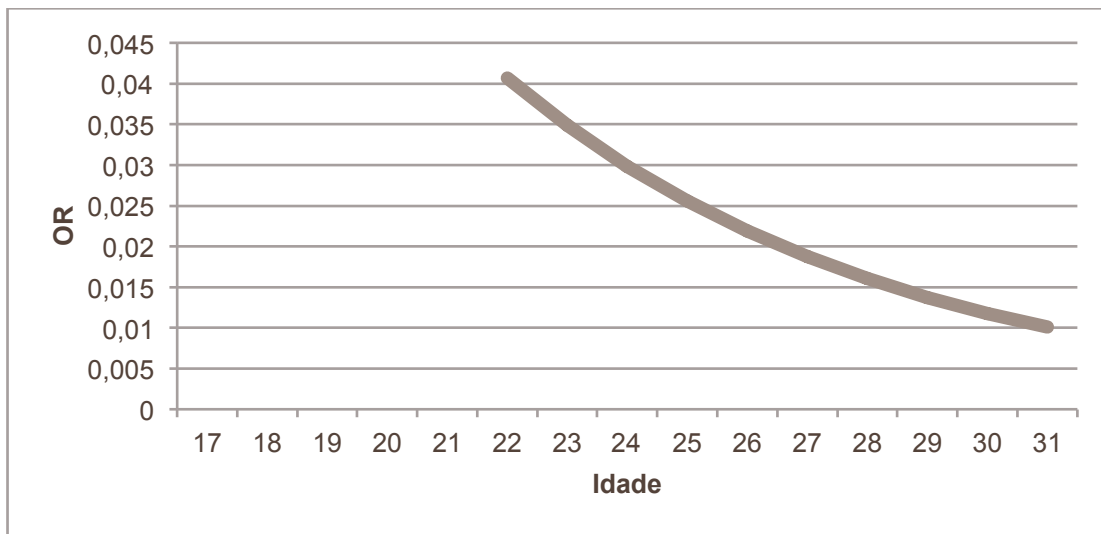
Fonte: ESS, 2010 (Anexo – Quadro iv). Elaboração própria.

Uma última conclusão permite-nos afirmar que, para qualquer país da nossa análise, o aumento da idade é um factor de diminuição da possibilidade de ter emprego, comparando-se com Portugal, Espanha e Hungria.

5.2.4. Compreender o padrão: influência do desemprego em função da idade

O facto de um jovem ter estado desempregado ou há procura de trabalho nos últimos três meses parece ter um impacto positivo na situação desse jovem perante o emprego. Os valores representados na Figura 35 indicam-nos que, ao compararmos quem esteve desempregado com quem não esteve, há uma menor possibilidade de não ter emprego para quem esteve no desemprego ou numa situação de procura de trabalho nos últimos três meses.

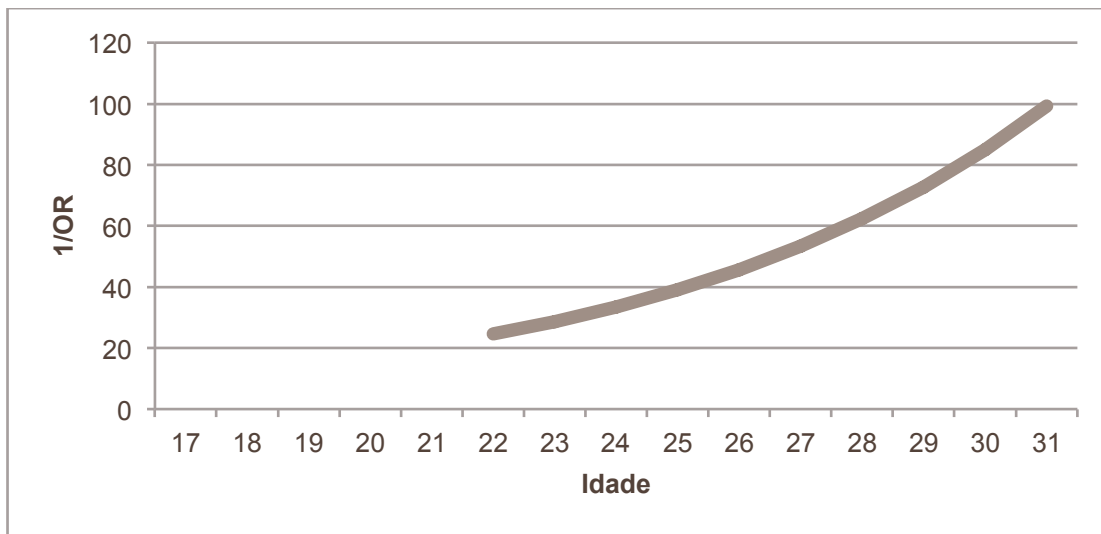
Figura 35 – Influência do desemprego em função da idade no facto de não ter emprego



Fonte: ESS, 2010 (Anexo – Quadro vi). Elaboração própria.

Os jovens que estiveram desempregados ou que procuraram emprego nos últimos três meses têm mais possibilidades de obter um emprego do que aqueles que não estiveram desempregados. O aumento das possibilidades de ter emprego varia, para idades em que esta variável é significativa (dos 21 aos 31 anos), entre 24 vezes e 99 vezes, aumentando com a idade (Figura 36).

Figura 36 – Influência do desemprego em função da idade no facto de se ter emprego



Fonte: ESS, 2010 (Anexo – Quadro vi). Elaboração própria.

5.2.5. Compreender o padrão: influência da idade em função do país e do desemprego

A idade parece ser uma variável importante na explicação do facto dos jovens terem ou não terem um emprego. O efeito desta variável surge no modelo dependente de duas outras variáveis: do país de origem do jovem e do facto do jovem ter estado desempregado ou à procura de emprego nos últimos três meses.

O Quadro 24 mostra-nos como a idade influencia o facto dos jovens terem ou não terem emprego em dez cenários distintos. Por um lado, para os jovens de cada um dos cinco grupos de países que tenham estado desempregados ou à procura de emprego nos últimos 3 meses e, por outro lado, para os jovens dos mesmos cinco grupos de países que não tenham estado nessa situação.

Vimos em primeiro lugar, do ponto de vista de uma análise geral, que por cada ano de idade a mais a possibilidade de não ter emprego diminui, independentemente do jovem ter ou não ter estado desempregado ou à procura de emprego nos últimos três meses. Esta situação acontece para todos os países em análise onde a razão de possibilidades é sempre inferior a 1.

Quadro 24 – Influência do aumento de um ano de idade segundo o país e a situação perante o desemprego

Esteve desempregado ou à procura de emprego nos últimos 3 meses?

	Sim		Não	
	OR	IC	OR	IC
Portugal/ Espanha/ Hungria	0,697]0,631;0,771[0,597]0,558;0,064[
R. Checa	0,711]0,637;0,793[0,609]0,562;0,660[
Alemanha/ França	0,817]0,738;0,905[0,700]0,659;0,744[
R. Unido	0,792]0,676;0,928[0,678]0,592;0,778[
Noruega/ Suécia	0,860]0,739;1,000[0,736]0,651;0,833[

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Começámos por analisar o caso dos jovens que estiveram desempregados ou à procura de emprego nos últimos 3 meses. Os valores do Quadro 8 permitem-nos afirmar que para os portugueses, espanhóis e húngaros o aumento de um ano de idade provoca uma diminuição de aproximadamente 30% da possibilidade de não terem emprego. Os jovens checos nas mesmas condições têm possibilidades idênticas enquanto os britânicos têm menos 21%, os alemães e os franceses têm menos 18% e os noruegueses e os suecos menos 14%. Portanto, parece que podemos distinguir três grupos, consoante estes valores: por um lado os jovens de Portugal, Espanha, Hungria e República Checa, com a maior percentagem de possibilidade de não terem emprego; por outro lado, os jovens da Noruega e da Suécia, com a menor percentagem de possibilidade de terem emprego. Por fim, um terceiro grupo, constituído pelos jovens do Reino Unido, da Alemanha e da França, que se encontram numa posição intermédia relativamente aos outros jovens, no que diz respeito à possibilidade de não terem emprego.

Também os jovens que não estiveram desempregados nem à procura de emprego nos últimos 3 meses têm menos possibilidades de não ter um emprego, por cada ano de idade a mais que tenham. Contudo, registam-se maiores reduções da possibilidade de não ter emprego. No caso dos portugueses, espanhóis ou húngaros a diminuição da possibilidade de não ter emprego, provocada pelo aumento de um ano de idade, ronda os 40%. Essa redução de possibilidades é também neste caso semelhante para os jovens da República Checa. Com uma menor redução encontramos o caso dos jovens da Alemanha e da França e o caso dos jovens do Reino Unido, onde há uma diminuição de 30% e de 32%, respectivamente, da possibilidade de não ter emprego.

Por fim, encontramos os noruegueses e os suecos com menos 26% de possibilidades de não terem emprego por cada aumento de um ano de idade. À semelhança do que verificamos no caso anterior, também para a situação dos jovens que não estiveram desempregados nem à procura de emprego nos últimos 3 meses é possível identificar os mesmos três grupos de países, ou seja, por um lado os jovens de Portugal, Espanha, Hungria e República Checa, com as percentagens maiores, por outro lado os jovens da Noruega e da Suécia, com as menores percentagens e, numa posição intermédia, os jovens do Reino Unido, da Alemanha e da França. Portanto, com a mudança da situação perante o emprego mantêm-se estes grupos, apenas reduzindo-se um pouco as possibilidades destes jovens não terem emprego.

Observamos assim, para todos os países, e tanto para os jovens que estiveram desempregados ou à procura de emprego nos últimos 3 meses como para os jovens que não estiveram nesta situação, que o facto de ser um ano mais velho conduz a uma menor possibilidade de não ter emprego. Com esta análise concluímos, por fim, que as possibilidades de não ter emprego, por cada ano de idade a mais, são superiores para os jovens que não estiveram desempregados nem estiveram à procura de emprego nos últimos 3 meses.

5.3. Ser adulto: o perfil do jovem europeu com emprego

A partir do modelo obtido é possível retirar algumas conclusões para os indivíduos entre os 17 e os 31 anos da Alemanha, Espanha, França, Hungria, Noruega, Portugal, Reino Unido, República Checa e Suécia. Admitindo fixas as restantes covariáveis do modelo, concluímos que:

- Os indivíduos cujo pai frequentou o ensino superior têm cerca de mais 50% de possibilidades de ter emprego (IC_{95%} =]1,2;2,0[).
- Os indivíduos do género masculino cuja mãe esteja a trabalhar têm mais 50% de possibilidades de ter emprego do que os indivíduos do mesmo género cuja mãe não esteja a trabalhar (IC_{95%} =]1,4;2,7[).
- Para os indivíduos cujas mães têm “outra situação” perante o emprego, ser do género masculino aumenta em mais de 2,5 vezes as possibilidades de ter emprego em relação aos indivíduos do género feminino cuja mães esteja nas mesmas condições (IC_{95%} =]1,6;4,2[).
- Os indivíduos que pertençam à Alemanha/França, Reino Unido ou Noruega/Suécia têm mais possibilidades de ter emprego, correspondentemente

entre 1,6 vezes e 4,9 vezes, entre 2,5 vezes e 7,9 vezes e entre 3,5 e 35,5 vezes mais, do que aqueles que pertençam a Portugal/Espanha/Hungria. A possibilidade de ter emprego, varia ao longo das idades, em diferentes intervalos de confiança.

- Os indivíduos que estiveram desempregados ou à procura de emprego nos últimos três meses têm entre 24 vezes e 99 vezes mais de ter emprego.
- Os indivíduos que tenham mais um ano de idade têm menor possibilidade de não ter emprego, em todos os países, e independentemente da situação perante o emprego.

Assim, o perfil mais provável dos jovens entre os 17 e os 31 anos que tenham como origem os países acima mencionados assenta essencialmente em alguém do género masculino cuja mãe esteja a trabalhar ou tenha “outra situação” perante o emprego, cujo pai tenha frequentado o ensino superior, que não seja português, espanhol ou húngaro, que tenha estado desempregado ou à procura de emprego nos últimos três meses e que tenha mais um ano de idade, em comparação com os outros indivíduos.

Conclusões finais

Recordemos que, a partir do estudo da transição dos jovens para a vida adulta, pretendíamos com este trabalho de investigação compreender como é que o contexto social, económico e demográfico dos países europeus, e a frequência do ensino superior, contribuem ou não para ‘novos’ comportamentos dos jovens na transição para a vida adulta, de modo a colmatar a lacuna que detectamos no conhecimento científico. Assim procurámos contribuir ou pelo menos lançar novas pistas de investigação para o estudo das formas como os jovens da Europa contemporânea transitam para a vida adulta, dando especial enfoque ao acesso ao mercado de trabalho.

De modo mais específico propusemo-nos identificar as características sociais, económicas mas também demográficas de alguns países da Europa. Esse foi um ponto de partida que nos permitiu conhecer as diferenças entre os vários países ao nível das suas condições económicas, ao nível do sistema educativo e também da população que os compõem. Também pretendemos analisar as diferenças entre homens e mulheres e entre três gerações diferentes. A finalidade era compreender se entre os países em análise existem algumas especificidades entre si ou se, pelo contrário, seguem tendências evolutivas semelhantes no que diz respeito à transição para a vida adulta. Pretendemos também estudar o impacto que a sociedade tem na ordem cronológica dos eventos que marcam a entrada dos jovens na adultícia, assim como a influência que a frequência do ensino superior poderia ter na aquisição de um emprego.

A Parte I desta pesquisa permitiu-nos, essencialmente à luz da perspectiva sociológica, compreender o que é ser jovem e o que é ser adulto, assim como nos deu a conhecer as novas formas de transição para a vida adulta, por contraste com o que se verificava há algumas décadas. Foi-nos possível compreender, logo no início, a importância de nos referirmos a *juventudes* e não a uma mera *juventude*, unitária e homogénea. Hoje, como antes, cada jovem comporta em si modos de ser e estar que o diferem da restante condição juvenil, independentemente de um sentimento comum que possa existir entre os jovens.

A complexidade e competitividade na sociedade contemporânea diversificou e *desritualizou* o processo através do qual os jovens se tornam adultos. As convulsões no mercado de trabalho, agora mais instável, imprevisível e também mais precário do que era no passado, criam obstáculos aos jovens *à porta do mercado de trabalho*. Mesmo

para aqueles que têm qualificações superiores, o que antes era garantia de um emprego estável e fixo, continuar a estudar não protege os jovens do desemprego. A tentativa de escape ao mercado de trabalho inseguro e o refúgio no ensino superior face à dura realidade do desemprego levam cada vez mais jovens a continuar os seus estudos, transformando as universidades em espaço de fuga, mais do que de oportunidade.

Da continuação dos estudos resulta o prolongamento da juventude e, daqui, emerge o adiamento da vida de adulto. Tornar-se adulto é, hoje em dia, um processo suficientemente flexível para que cada um seja livre de tomar as suas decisões e opções. A ordem sequencial dos marcadores de passagem não é uma *check-list*. Contrariamente ao que sucedeu com outras gerações, os jovens de hoje têm na sociedade contemporânea a liberdade total para compor o modo como se vão tornando adultos. São, sobretudo, transições incertas em que os jovens desempenham papéis de adulto mas não chegam a ser verdadeiramente *adultos*. Ser jovem hoje é uma etapa cada vez mais prolongada no tempo. Ser adulto hoje é cada vez mais uma incerteza. Tornar-se adulto, ou melhor, o processo de transição para a vida adulta, assume tal importância, dado o seu também *arrastamento* no tempo que quase se pode considerar a transição para a vida adulta, por si só, uma etapa independente do curso de vida nas sociedades contemporâneas da Europa.

Na Parte II desta investigação procuramos compreender como é que a transição para a vida adulta é considerada na vida dos jovens de alguns países europeus, através de técnicas de análise descritiva univariada e bivariada e de técnicas estatísticas de regressão logística. De grosso modo, a segunda parte desta dissertação representa os *resultados* a que foi possível chegar. Mas, mais do que resultados, o que foi alcançado foram pistas de investigação. E isto porque, em investigação, não é possível alcançar, em vez alguma, o fim do total conhecimento. O conhecimento (científico) é infinito e fazer investigação é voltar sempre ao início da pesquisa, embora já munidos de uma bagagem que propõe algumas respostas para as questões que desde o começo orientaram e motivaram a pesquisa. De seguida apresentamos as principais *conclusões* a que foi possível chegar com o desenvolver do presente trabalho de investigação.

A **primeira observação** que podemos fazer é a de que, numa perspectiva global, não parece existir uma homogeneidade de comportamentos, opiniões ou atitudes. Nem mesmo os países geograficamente próximos, ou até os que possuem

fronteiras em comum, parecem corresponder a um modelo idêntico. Portanto, o único padrão entre os países é a inexistência de padronização, prevalecendo a diversidade.

A análise dos dados permite-nos alcançar mais algumas ideias e estamos agora em condições de identificar três indicadores que poderão explicar as ‘novas’ transições para idade adulta, na Europa dos nossos dias. O primeiro centra-se nas exigências do mercado de trabalho: há uma evidente consciência por parte dos jovens europeus da necessidade que hoje os indivíduos têm de investir na sua formação para além do ensino obrigatório. E mais ainda, para uma maioria expressiva destes jovens europeus, é necessária pelo menos uma licenciatura ou a frequência de três anos além do ensino obrigatório, para que um indivíduo esteja em condições de se candidatar a um emprego remunerado semelhante ao que detêm no momento actual. Este é um claro reflexo da crescente competitividade e das novas exigências impostas pelo mercado de trabalho, que a revisão da literatura já havia identificado e que a análise dos dados veio confirmar (Kóvaks, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007).

O segundo indicador que emerge da nossa análise é a dificuldade em arranjar emprego. De forma complementar ao primeiro indicador, a dificuldade em arranjar um emprego é sentida pela quase totalidade dos jovens dos países analisados, ainda que alguns – poucos – detentores de nível de ensino superior afirmem sentir maior facilidade em encontrar um emprego equivalente ou até mesmo melhor do que aquele que já possuem. Alguns autores (Kulgelberg, 1998; Kóvaks, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007; Parente et al, 2011) direccionaram-nos no início não só para a ideia da elevada competitividade do mercado de trabalho mas também para os obstáculos que surgem aos jovens na procura e depois na aquisição de um emprego. As exigências do mercado de trabalho estão fortemente relacionadas com a dificuldade em arranjar um emprego. Estes dois indicadores poderão ser os responsáveis pelo prolongamento da “juventude”; uma juventude mais educada e que investe no seu futuro, adiando a vida de “adulto”, motivada pela dificuldade de encontrar emprego. Todavia, precisaremos de aprofundar a nossa investigação no sentido de melhor esclarecer esta relação.

E, por fim, surge um indicador que denominamos de estabilidade no emprego. Apesar da importância dada às oportunidades de formação que um emprego pago possa oferecer aos jovens trabalhadores, assim como da importância que alguns jovens atribuem ao salário elevado que possam retirar de um emprego, o factor “segurança” é aquele que mais importância tem para grande parte dos jovens inquiridos, independentemente da sua nacionalidade.

Numa **segunda observação**, a análise das diferenças entre género permitiu-nos conhecer melhor alguns dos aspectos que desde o início associamos ao processo de transição para a vida de adulto. Uma primeira análise mostrou-nos que, quanto à situação de homens e mulheres perante o ensino superior, um dos aspectos centrais desta pesquisa, há uma relação (*valor p* = 0,001, ao nível de confiança de 99%) entre o número de anos que os indivíduos completaram e o género desses mesmos indivíduos. A percentagem de mulheres que frequentam ou que já frequentaram o ensino superior é sempre superior à dos homens, considerando que mais de metade dos indivíduos que frequentam o ensino superior são do género feminino, independentemente de estarmos a considerar o 1º ciclo, o 2º ciclo ou mesmo o 3º ciclo de estudos.

Analisámos também o modo como os homens e mulheres perspectivam a tomada de decisões, aspecto característico da vida de adulto responsável, assim como observámos a importância que cada um dos indivíduos, do género masculino e feminino, atribuem aos vários valores perante a vida. Cada vez mais os jovens são responsáveis pela construção da sua própria vida, convivendo diariamente com a necessidade de fazerem escolhas e tomar decisões. Olhar para o modo como os jovens entendem os valores perante a vida ajuda-nos a compreender de que forma os jovens entendem a construção das suas biografias e como projectam o seu futuro, ainda que não haja certeza na realização desses planos individuais (Pais, 1990; Pais, 2003; Pais *et. al*, 2005; Kugelberg, 1998).

Tendo isto como enquadramento, procuramos identificar se existem ou não diferenças entre o género, no que diz respeito aos valores perante a vida dos indivíduos em transição para a vida adulta. A conclusão a que chegamos foi no sentido de não existir uma grande diferença entre a importância que os homens e as mulheres atribuem a esses valores. A comparação feita entre os valores perante a vida correspondia a um agrupamento de variáveis *mais tradicionais* e a outro de variáveis *menos tradicionais*, relativamente aos valores de vida. E tanto os homens como as mulheres se identificam mais com o segundo grupo de variáveis do que com o primeiro grupo. Deste modo podemos também concluir que a sociedade não tem uma influência muito forte sob a acção dos indivíduos em transição para a vida adulta, dado que muitos dos jovens não afirmam identificar-se com valores como *fazer o que é dito* ou *seguir tradições e costumes*.

À semelhança do que verificámos na observação anterior, também no que diz respeito às atitudes de homens e mulheres perante o trabalho, estas não se revelam

muito diferentes. Sabemos que para um jovem se *tornar adulto* tem, necessariamente, de conquistar um lugar relativamente estável no mercado de trabalho que lhe dê autonomia financeira para se autossustentar. Ao mesmo tempo o desemprego e as exigências da sociedade adiam a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Ao existir uma forma de escape a esta situação, através da continuação do percurso escolar pela via do ensino superior, adiar a vida adulta manifesta-se, para homens e mulheres, uma opção. E de facto isto faz algum sentido, tendo em conta que os dados nos indicam que, independentemente do género do indivíduo, o ensino superior é um factor que contribui positivamente para a situação dos jovens perante o emprego, dada a maior percentagem de jovens com ensino superior que estão a trabalhar, de ambos os géneros.

A **terceira observação** que podemos fazer relaciona-se com a análise das mudanças geracionais na transição para a vida adulta. Esta indicou-nos que, antes de mais, são os mais jovens aqueles mais frequentam o ensino superior, ainda que em todas as gerações em geral os indivíduos atribuam importância à formação. A forma mais evidente para analisarmos a dificuldade que os indivíduos sentem no momento da entrada no mercado de trabalho, dando assim o primeiro passo no processo de se *tornarem adultos*, está patente na variável que considera a dificuldade ou facilidade que os indivíduos possam sentir caso tenham de encontrar um novo emprego. Em todas as coortes, os indivíduos sentem que seria difícil encontrarem um novo emprego, ainda que seja entre os mais jovens que se acredita ser *menos difícil* encontrar emprego. Outra das observações que fizemos, relativamente às atitudes perante o emprego, mostrou-nos que os jovens de hoje são bastante exigentes na escolha de um emprego: procuram mais um salário elevado, oportunidades de formação e a possibilidade de usarem a sua iniciativa do que as outras gerações.

Por fim, com esta pesquisa alcançamos ainda uma **quarta observação**. Através das análises feitas ao longo do quarto capítulo foi possível selecionar um conjunto de variáveis que, modeladas através de um Modelo Linear Generalizado, nos permitiu traçar um perfil do jovem europeu com emprego. Deste modo, para dar resposta às questões inicialmente levantadas poderíamos dizer que tornar-se adulto, nas sociedades contemporâneas dos vários países europeus sobre os quais aqui nos debruçamos, não é, de modo algum, simples. Ainda assim, há uma maior probabilidade de conseguir emprego para os jovens que reúnam em si o seguinte perfil: os jovens entre os 17 e os 31 anos que estudamos têm maior probabilidade de estar a trabalhar e,

por esse motivo, de já ter dado o primeiro passo na vida adulta, se forem alguém do género masculino, cujo pai tenha frequentado o ensino superior e que não seja de nacionalidade portuguesa, espanhola ou húngara. Ao mesmo tempo essa maior probabilidade de ter entrado no mercado de trabalho corresponde a jovens mais próximos dos 31 anos e por norma mais activos no sentido de que tenham estado desempregados e também à procura de emprego nos últimos três meses.

Em suma, com esta pesquisa foi sobretudo possível lançar novas pistas para futuros estudos. Desde o início, e tendo em consciência o enquadramento deste trabalho de investigação no 2º ciclo de estudos, que foi precisamente isso que pretendíamos: identificar e analisar variáveis que nos conduzissem no estudo da transição para a vida adulta, com enfoque particular na entrada dos jovens no mercado de trabalho, de modo a compreender novos comportamentos.

O recurso à análise estatística (ora descritiva, ora de regressão logística) permitiu-nos quantificar as formas de transição para a vida adulta entre países, género e gerações. Traçámos o perfil mais provável do jovem europeu com emprego. Mas novas questões se levantam: como pode a Sociologia retratar e compreender os percursos de transição para a vida adulta? Que representações sociais têm os jovens sobre a vida adulta e sobre a entrada no mercado de trabalho, depois de concluídos os estudos? Que estratégias alternativas de trabalho encontram e percebem os jovens face à dificuldade na entrada no mercado de trabalho *tradicional*?

Como começamos por dizer, a produção de conhecimento científico é precisamente este acto de pesquisar, descrever, analisar, explicar e compreender com a finalidade mais explícita ou implícita de reunir mais conhecimento científico que permita aos investigadores voltar a questionar, aguçando a curiosidade e a necessidade de saber mais, e deste modo avançar na construção do conhecimento científico.

Referências

ADAM, Barbara; BECK, Ulrich; VAN LOON, Joost (2010), *The Risk Society and Beyond*, SAGE: London

ADÃO, Pedro e Silva (2002), “O modelo de *welfare* da Europa do Sul. Reflexões sobre a utilidade do conceito”, *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 38, pp. 25-59.

ALMEIDA, Ana Nunes e VIEIRA, Maria Manuel (2009), “At the entrance gate: students and biographical trajectories in the University of Lisbon”, *Portuguese Journal of Social Science* 8 (2): 165-176, doi: 10.1386/pjss.8.2.165/1

ARBO, Peter; Benneworth, Paul (2007), “Understanding the regional contribution of higher education institutions: a literature review”, Education Working Paper nº 9, OECD.

ARGENTIN, Gianluca (2011), “Studying after the degree: new pathways shaped by old inequalities. Evidence from Italy, 1995-2007” [*Working Paper* Nº 9453], *AlmaLaurea Inter-University Consortium*, Bologna.

BECK, Ulrich (1992), *Risck Society. Towards a New Modernity*, Londres, Sage.

BENEDIT, René (2011), “Rumos e transições juvenis nas sociedades modernas e de modernidade tardia” in PAIS, José Machado, BENDIT, René e FERREIRA, Vítor Sérgio (orgs.), *Jovens e Rumos*, Imprensa das Ciência Sociais: Lisboa.

BILLARI, Francesco C. (2004), *Becoming an Adult in Europe: A Macro(/Micro)-Demographic Perspective*, Max Planck Institute for Demographic Research: Rostock.

BILLARI, Francesco C. e LIEFBROER, Aart (2007), “Should I stay or shoud I go? The impacto f norms on leaving home”, *Demography*, Vol. 44, Number 1, pp.181-198.

BILLARI, Francesco C. e LIEFBROER, Aart (2010), “Towards a new pattern of transition to adulthood?”, *Advances in Life Course Research* 15, pp. 59-75.

BILLARI, Francesco C. e WILSON, Chris (2001), *Convergence towards diversity? Cohort dynamics in the transition to adulthood in contemporary Western Europe*, Max Planck Institute for Demographic Research, Rostock.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; VARGAS, Maria Carolina; PEDRO, Rodrigo Fornalski (2010), “A UNESCO e a responsabilidade social da educação superior”, apresentação realizada no XVIII Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE, “Deontologia, ética e valores na educação – Utopia e realidade”, Universidade de Lisboa, 18-20 Fevereiro.

CERVO, Amando e BERVIAN, Pedro (2002), *Metodologia Científica*. Prentia Hill: São Paulo

DURKHEIM, Émile (2007), *As Regras do Método Sociológico*, Editorial Presença: Barcarena.

ESS Round 5: European Social Survey Round 5 Data (2010). Data file edition 1.0. Norwegian Social Science Data Services, Norway – Data Archive and distributor of ESS data.

Eurostat (2012). European Commission – Statistics, disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes>

Eurydice (2007). *Organização do Sistema Educativo em Portugal*, disponível em http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/eurybase_en.php

Eurydice (2008). *The Education system in Sweden*, disponível em http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/eurybase_en.php

Eurydice (2009), *Key Data on Education in Europe 2009*. ECAEA/Eurydice: Brussels.

Eurydice (2010a). *Organization of the education system in Hungary*, disponível em http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/eurybase_en.php

Eurydice (2010b). *Organization of the education system in Norway*, disponível em http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/eurybase_en.php

Eurydice (2010c). *Organization of the education system in the United Kingdom – England, Wales and Northern Ireland*, disponível em http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/eurybase_en.php

Eurydice (2011a). *Organization of the education system in Czech Republic*, disponível em http://eacea.ec.europa.eu/pº/eurydice/eurybase_en.php

Eurydice (2011b). *Organization of the education system in Germany*, disponível em http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/eurybase_en.php

Eurydice (2011c). *Organization of the education system in Spain*, disponível em http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/eurybase_en.php

Eurydice (2012), *Key Data on Education in Europe 2012*, ECAEA/Eurydice: Brussels.

FEIXA, Carles (2011), “Tarzan, Peter Pan, Blade Runner: relatos juvenis na era global” in PAIS, José Machado, BENDIT, René e FERREIRA, Vítor Sérgio (orgs.), *Jovens e Rumos*, Imprensa das Ciências Sociais: Lisboa.

FELSENSTEIN, D. (1996), “The university in the metropolitan arena: impacts and public policy implications”, *Urban Studies*, 33(9), 1, 565-580.

FERREIRA, Vítor Sérgio (2011), “Transições para a idade adulta na Europa: idade dos marcadores tradicionais”, *Observatório Permanente da Juventude*, disponível em <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/julho-2011>.

FERREIRA, Vítor Sérgio e NUNES, Cátia (2010), “Transições para a idade adulta” in PAIS, José Machado e FERREIRA, Vítor Sérgio (orgs.), *Tempos e Transições de Vida – Portugal ao Espelho da Europa*, Imprensa das Ciências Sociais: Lisboa.

FORTY, Marie-Fabienne (1999), *O Processo de Investigação: da concepção à realização*. Lusociência: sine loco

GIDDENS, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*. Celta: Oeiras

GIDDENS, Anthony (2010), *As Consequências da Modernidade*. Celta: Oeiras

GUERREIRO, Maria das Dores e ABRANTES, Pedro (2005), “Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Volume 20, nº 58, pp. 157-212.

GUERREIRO, Maria das Dores e ABRANTES, Pedro (2007), *Transições Incertas. Os jovens perante o Trabalho e a Família*. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego: Lisboa.

HOSMER, David.; LEMESHOW, Stanley. (2000). *Applied Logistic Regression*, Canadá: Wiley.

- KÓVAKS, Ilona (2002), *As metamorfoses do Emprego*, Oeiras, Celta Editora.
- KUGELBERG, Clarissa (1998), “Imagens culturais dos jovens suecos acerca do início da vida adulta”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 27, pp. 41-57.
- MAROCO, João (2007), *Análise Estatística com a Utilização do SPSS*, Lisboa: Edições Sílabo.
- MAURITTI, Rosário (2002), “Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº39, pp. 85-116.
- MAURITTI, Rosário (2003), “Processos de transição para a vida adulta” in ALMEIDA, João Ferreira et. al., *Diversidade na Universidade: Um inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Celta: Oeiras.
- MELLO, Galvão de (1993), *Probabilidades e Estatística, Conceitos e Métodos fundamentais*. Escolar Editora: Lisboa.
- MILLS, C. Wright (1975), *A Imaginação Sociológica*. Zahar Editôres: Rio de Janeiro.
- MILLS, C. Wright (2000), *The Sociological Imagination*. Oxford University Press: New York
- NATA, Gil e MENEZES, Isabel (2010), “Ciclos de vida e atitudes perante a vida: satisfação perante a vida, religiosidades e redes de relações sociais” in PAIS, José Machado e FERREIRA, Vítor Sérgio (orgs.), *Tempos e Transições de Vida – Portugal ao Espelho da Europa*, Imprensa das Ciências Sociais: Lisboa.
- NIELSEN, Ann (1998), “Jovens para sempre? Uma perspectiva da individualização centrada nos trajectos de vida”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 27, pp. 59-78.
- NUNES, A. Sedas (1961), *Contribuição para a análise das gerações sociais*, Editorial Império: Lisboa.
- OECD (2010), *Education at a Glance 2010: OECD Indicators*, OECD Publishing.
- OECD (2011), *Education at a Glance 2011: OECD Indicators*, OECD Publishing.

OLIVEIRA, Luísa; CARVALHO, Helena e VELOSO, Luísa (2011), “Formas atípicas de emprego juvenil na União Europeia”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 66, pp. 27-48.

PAIS, José Machado (1990), “A construção sociológica da juventude – alguns contributos”, *Análise Social*, vol. XXV: 105-106, pp.139-165.

PAIS, José Machado (2003), *Culturas Juvenis*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa.

PAIS, José Machado (2009), “A juventude como Fase da Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse”, *Saúde Soc.*, vol.18, n.º3, pp. 371-381.

PAIS, José Machado (2010), “Cursos de vida, padronizações e disritmias” in PAIS, José Machado e FERREIRA, Vítor Sérgio (orgs.), *Tempos e Transições de Vida – Portugal ao Espelho da Europa*, Imprensa das Ciências Sociais: Lisboa.

PAIS, José Machado, CAIRNS, David e PAPPÁMIKAIL, Lia (2005), “Jovens europeus – retrato de diversidade”, *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, V. 17, n.º 2.

PAPPÁMIKAIL, Lia (2009), *Juventude, Família e Autonomia: Entre a norma e os processos de individualização*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais: Lisboa.

PAPPÁMIKAIL, Lia (2010), “Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta”, *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, vol. XX, pp. 395-410.

PAPPÁMIKAIL, Lia (2011), “A adolescência enquanto objecto sociológico: notas sobre um resgate” in PAIS, José Machado, BENDIT, René e FERREIRA, Vítor Sérgio (orgs.), *Jovens e Rumos*, Imprensa das Ciências Sociais: Lisboa.

PARENTE, Cristina; RAMOS, Madalena; MARCOS, Vanessa; CRUZ, Sofia Alexandra e NETO, Hernâni Veloso (2011), “Efeitos da escolaridade nos padrões de inserção profissional juvenil em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 65, pp. 69-93.

PESTANA, Maria Helena e GAGEIRO, João Nunes (2005), *Análise de dados para Ciências Sociais – A Complementariedade do SPSS*, Edições Sílabo, Lda: Lisboa.

PICOITO, Maria da Conceição (2007), *Aspectos sociais e demográficos na transição para a vida adulta entre os estudantes do ensino superior em Portugal no início do século XXI (um estudo exploratório)*, Tese de Mestrado em Sociologia, Universidade de Évora: Évora.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva: Lisboa

SCHIZZEROTTO, Antonio e LUCCHINI, Mario (2002), "Transitions to adulthood during the twentieth century. A comparative analysis of Great Britain, Italy and Sweden" in EPAG *Working Paper* Number 2002-36. Colchester: University of Essex. Disponível em: <http://www.iser.essex.ac.uk/epag/pubs/>

SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (orgs.) (2007), *Metodologia das Ciências Sociais*, Edições Afrontamento: Porto.

SMITHSON, Janet; LEWIS, Suzan e GUERREIRO, Maria das Dores (1998), "Percepções dos jovens sobre a insegurança no emprego e suas implicações no trabalho e na vida familiar", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 27, pp. 97-113.

TANNER, Jennifer Lynn e ARNETT, Jeffrey Jensen (2009), "The emergence of 'emerging adulthood' – The new life stage between adolescence and young adulthood" in FURLONG, Andy (ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood – New perspectives and agendas*, Routledge: Londres.

VIEIRA, Maria Manuel (2001). "Ensino superior e modernidade". *Fórum Sociológico* 5/6:169-84, disponível em: http://forumsociologico.fcsh.unl.pt/PDF/FS_5_6_Artigo9.pdf

VIEIRA, Maria Manuel (2011), Demografia, *Observatório Permanente da Juventude*, disponível em <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/maio2011>.

WALL, Karin (2001), "Introduction", in LYNNE, Chisholm e LILLO, Antonio e LECCARDI, Carmen e RICHTER, Rudolf, *Family forms and young generation in Europe*, Austrian Institute for Family Studies: Viena, disponível em: http://www.oif.ac.at/fileadmin/OEIF/Materialien/mat_16_family_forms.pdf

Anexo

Quadro i – Jovens por número de anos de ensino completos (%).

Países	Até 12 anos	Entre 13 e 17 anos	18 ou mais anos	13 ou mais anos
Alemanha	42,2	49,2	8,5	57,7
Espanha	29,9	47,7	22,4	70,1
França	30,3	59,6	10,2	69,8
Hungria	49,6	43,7	6,7	50,4
Noruega	37,5	54,2	8,3	62,5
Portugal	72,4	24,0	3,6	27,6
Reino Unido	33,0	53,9	13,1	67
República Checa	48,1	47,7	4,2	51,9
Suécia	54,3	42,8	2,9	45,7
Total	43,3	47,6	9,2	56,6

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Quadro ii – Opiniões dos jovens do ensino superior sobre a necessidade de se ter um nível de ensino além do obrigatório (%).

Países	Sim, é necessário	Não, não é necessário
Alemanha	68,1	31,9
Espanha	67,6	32,4
França	64,4	35,6
Hungria	82,4	17,6
Noruega	77,9	22,1
Portugal	78,4	21,6
Reino Unido	56,5	43,5
República Checa	76,0	24,0
Suécia	79,2	20,8
Total	70,1	29,9

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Quadro iii – valor *p* de Pearson para o teste qui-quadrado, por país, segundo a importância de factores na escolha de um emprego.

Países	Importância da segurança	Importância do salário elevado	Importância das oportunidades de formação
Alemanha	0,315	0,244	0,763
Espanha	0,783	0,106	0,000
França	0,164	0,599	0,912
Hungria	0,966	0,658	0,010
Noruega	0,026	0,006	0,534
Portugal	0,100	0,661	0,068
R. Unido	0,427	0,401	0,418
R. Checa	0,829	0,097	0,000
Suécia	0,04	0,844	0,017
Total	0,155	0,001	0,000

Fonte: ESS5-2010 Edição 1.0. Elaboração própria.

Quadro iv – Influência da idade em função do país, no facto de não se ter emprego

	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
R. Checa	*	1,74 5	1,77 9	1,81 3	1,84 8	1,88 4	1,92 1	1,95 8	1,99 6	2,03 5	2,07 4	2,11 4	2,1 56	*	*
Alemanha/ França	0,20 3	0,23 8	0,27 9	0,32 7	0,38 3	0,44 9	0,52 6	0,61 7	*	*	*	*	*	*	*
R.Unido	0,12 7	0,14 4	0,16 4	0,18 6	0,21 1	0,24 0	0,27 3	0,31 0	0,35 2	0,39 9	*	*	*	*	*
Noruega/ Suécia	0,02 8	0,03 5	0,04 3	0,05 3	0,06 5	0,08 0	0,09 9	0,12 2	0,15 1	0,18 6	0,22 9	0,28 2	*	*	*

* Valores não significativos no modelo.

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Quadro v – Influência da idade em função do país, no facto de se ter emprego

	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
R. Checa	*	0,573	0,562	0,552	0,541	0,531	0,521	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	*	*
Alemanha/ França	4,915	4,195	3,580	3,055	2,608	2,226	1,899	1,6	*	*	*	*	*	*	*
R. Unido	7,876	6,934	6,105	5,375	4,733	4,167	3,669	3,2	2,8	2,5	*	*	*	*	*
Noruega/ Suécia	35,521	28,80	23,359	18,94	15,36	12,45	10,10	8,1	6,6	5,3	4,3	3,5	*	*	*

* Valores não significativos no modelo.

Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

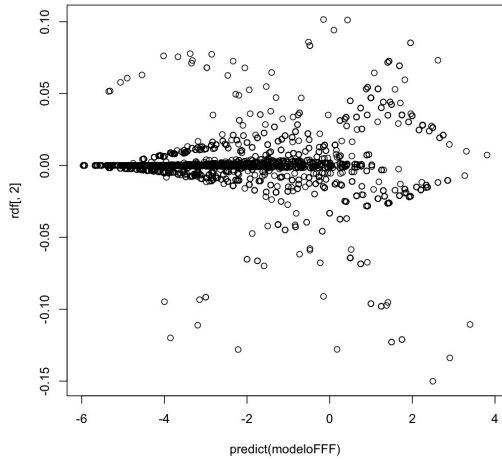
Quadro vi – Influência da idade em função da situação perante o desemprego, no facto de se ter ou não ter emprego

	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
OR	*	*	*	*	*	0,041	0,035	0,030	0,026	0,022	0,01	0,016	0,014	0,01	0,010
IC Inferior 95%	*	*	*	*	*	0,002	0,001	0,001	0,001	0,001	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
IC Superior 95%	*	*	*	*	*	0,926	0,847	0,776	0,712	0,655	0,60	0,555	0,511	0,47	0,436
1/OR	*	*	*	*	*	24,56	28,68	33,50	39,121	45,68	53,3	62,29	72,75	84,9	99,20
						7	8	1	4	49	9	0	55	7	7

* Valores não significativos no modelo.

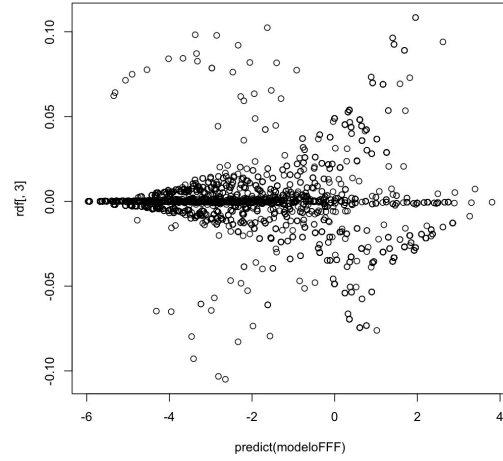
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

**Figura A1 – Análise de resíduos
(Df Betas: República Checa)**



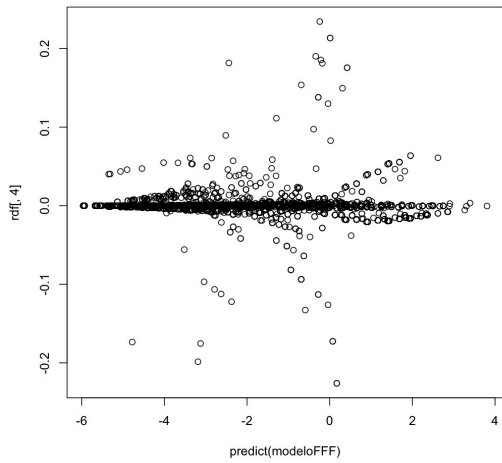
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

**Figura A2 – Análise de resíduos
(Df Betas: Alemanha/França)**



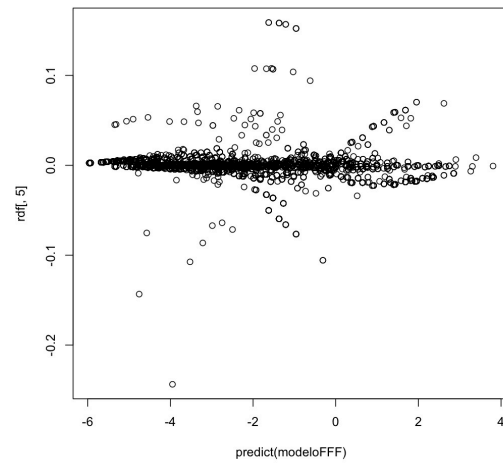
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

**Figura A3 - Análise de resíduos
(Df Betas: Reino Unido)**



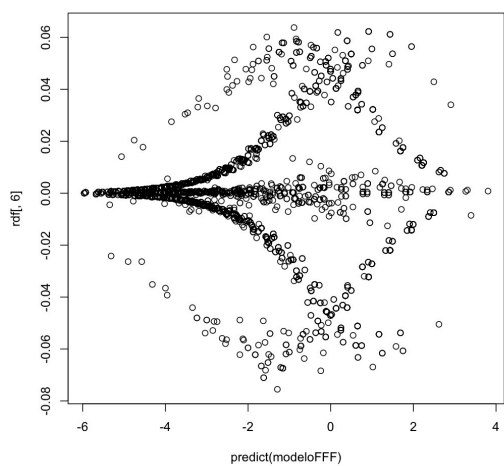
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

**Figura A4 – Análise de resíduos
(Df Betas: Noruega/Suécia)**



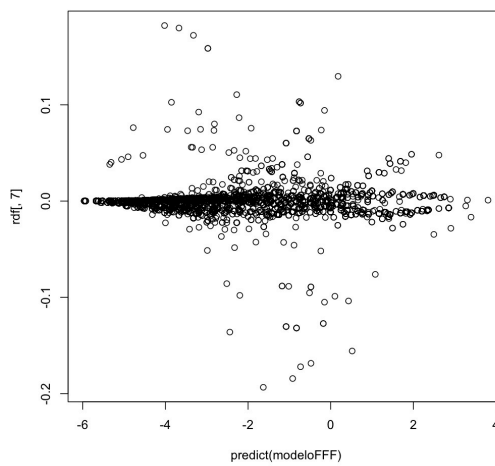
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

**Figura A5 - Análise de resíduos
(Df Betas: Género)**



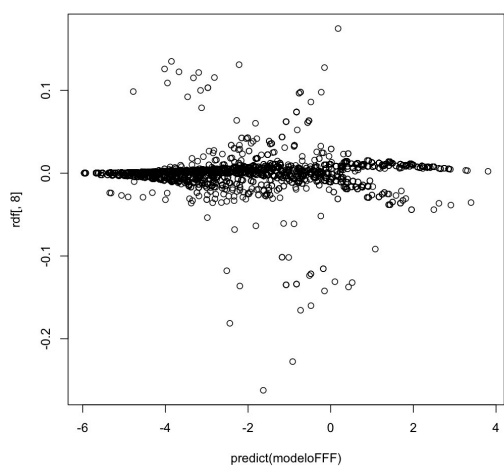
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

**Figura A6 – Análise de resíduos
(Df Betas: Idade)**



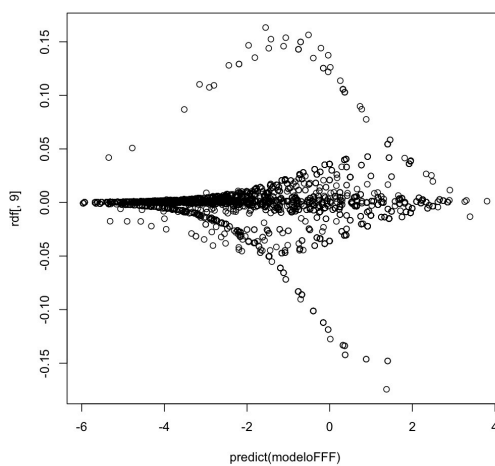
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

**Figura A7 - Análise de resíduos
(Df Betas: Esteve desempregado)**



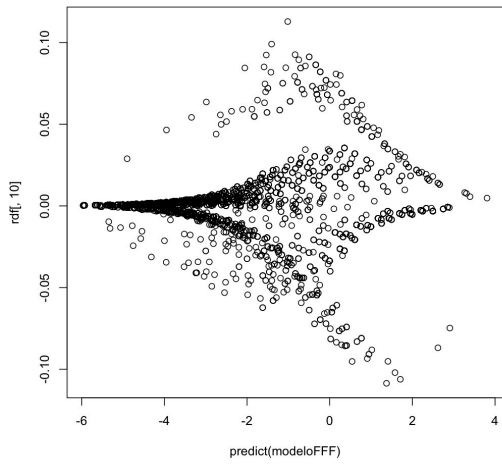
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

**Figura A8 – Análise de resíduos
(Df Betas: Situação da mãe perante emprego)**



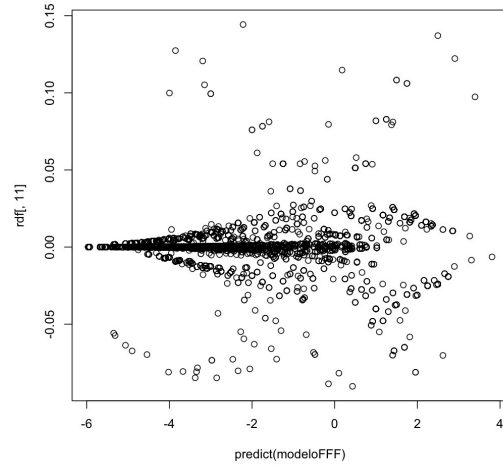
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Figura A9 - Análise de resíduos
(Df Betas: Qualificações do pai)



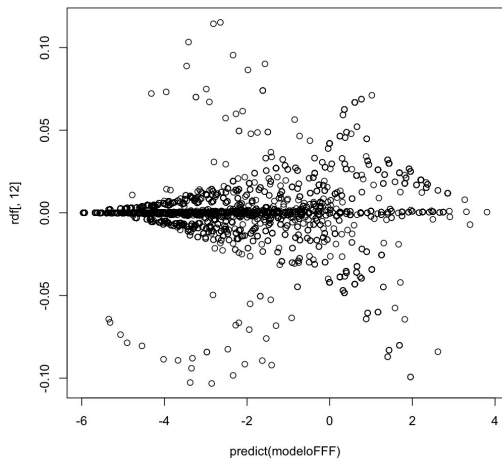
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Figura A10 – Análise de resíduos
(Df Betas: R. Checa*Idade)



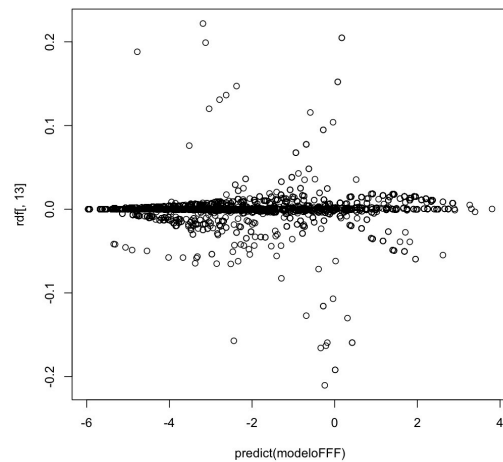
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Figura A11 - Análise de resíduos
(Df Betas: Alemanha/França*Idade)



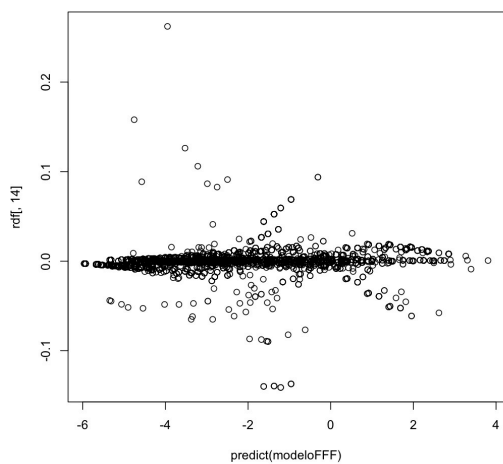
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Figura A12 – Análise de resíduos
(Df Betas: R. Unido*Idade)



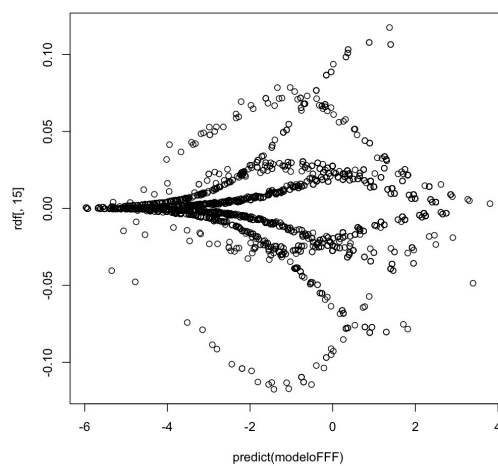
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Figura A13 - Análise de resíduos
(Df Betas: Noruega/Suécia*Idade)



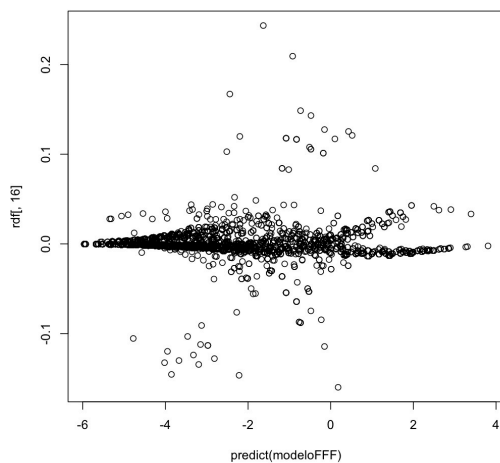
Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Figura A14 – Análise de resíduos
(Df Betas: Género*Situação da mãe perante o emprego)



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.

Figura A15 - Análise de resíduos
(Df Betas: Idade*Esteve desempregado)



Fonte: ESS, 2010. Elaboração própria.